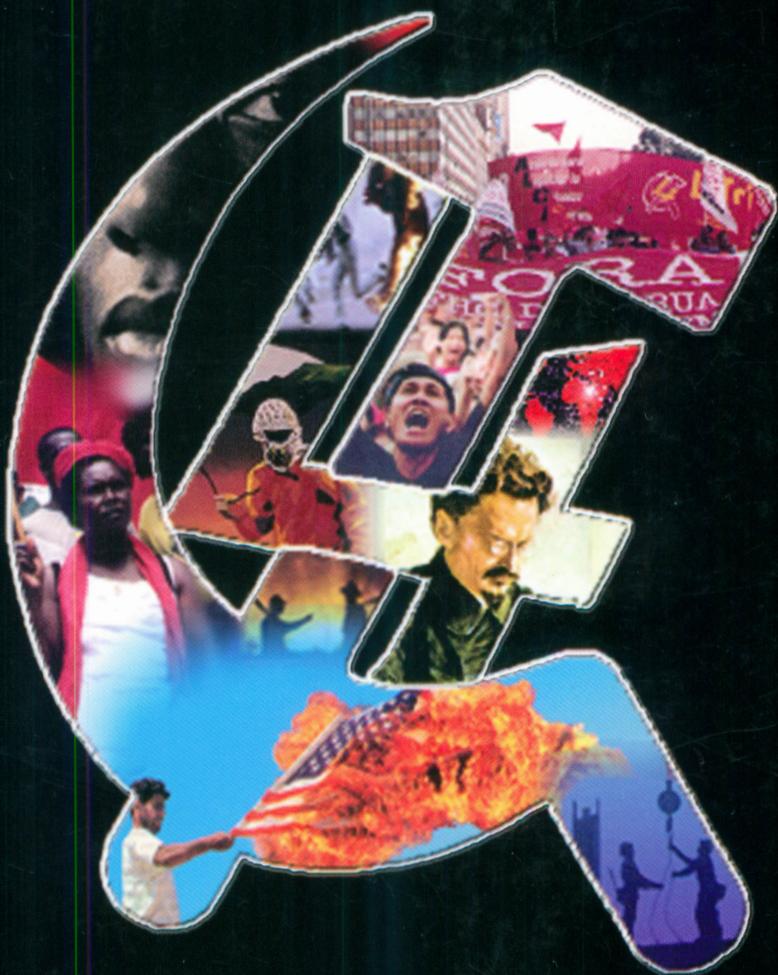


Marxismo Vivo

Revista de Teoria e Política Internacional - Nº 17 - Ano 2008 - ISSN 1806-1591

Kosovo: Independência ou colonização?



**70 anos da
Quarta
Internacional**

Marxismo Vivo

Revista de teoria e política internacional

Nº 17 – 2008

Marxismo Vivo é uma revista do
Instituto José Luís e Rosa Sundermman
CGC 73282.907/0001-64
Atividade principal 61.81
Rua dos Caciques, 265 – Saúde –
CEP 04145-000 – São Paulo – SP
Fone (11) 5581-5776

Impressão

Bartira Gráfica e Editora SA

Jornalista responsável

Maria Cecília Garcia
MTb 12.471

Editor

Martín Hernández

Capa

Nazareno Godeiro

Diagramação

Eduardo Perez

Revisão

Márcio Palmares

Tradução

Marcos Margarido
Márcio Palmares
Roberto Barros

Alejandro Iturbe

Bernardo Cerdeira

Cecília Toledo

José Welmowicki

Martín Hernández

Nazareno Godeiro

Marxismo Vivo – Revista de
teoria e política internacional
São Paulo – Brasil – Instituto José
Luís e Rosa Sundermman
ISSN 1806-1591

2000, nº 1, julho/setembro

2001, nº 2, outubro/janeiro

2001, nº 3, maio

2001, nº 4, dezembro

2002, nº 5, abril

2002, nº 6, novembro

2003, nº 7, novembro

2004, nº 8, março

2004, nº 9, julho

2004, nº 10, novembro

2005, nº 11, junho

2005, nº 12, dezembro

2006, nº 13, maio

2006, nº 14, outubro

2007, Edição especial – fevereiro

2007, nº 15, julho

2007, nº 16, dezembro

2008, nº 17, maio

www.litci.org

Apresentação	4
---------------------------	----------

Ano 2008

Kosovo: Independência ou colonização? JAN TALPE	6
A luta dos trabalhadores da GM do Brasil é estratégica AMÉRICO GOMES	16

Dossiê – 70 anos da IV Internacional

A degeneração da Terceira e a fundação da Quarta Internacional ALICIA SAGRA	29
O terror stalinista. Alguns números ALICIA SAGRA.....	43
Os critérios de Trotsky para construir a IV Internacional MARTÍN HERNÁNDEZ.....	44
Declaração da delegação bolchevique leninista à conferência das organizações comunistas e socialistas de esquerda LEON TROTSKY	52
Declaração do Bloco dos Quatro LEON TROTSKY	59
As bases de fundação da IV Internacional foram confirmadas pela história NAHUEL MORENO.....	62
O projeto estratégico da LIT-QI é reconstruir a IV Internacional BERNARDO CERDEIRA	65
O “trotskismo reformista” cruza a fronteira de classe BERNARDO CERDEIRA	80

Pontos de vista

A aristocracia operária fora dos países imperialistas JERÔNIMO CASTRO	91
--------------------------------------------------------------------------------	-----------

Livros

Prefácio ao livro <i>O Veredicto da História</i> , de Martín Hernández VALÉRIO ARCARY	97
------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------

Apresentação

No dia 3 de setembro deste ano se completam 70 anos de fundação da IV Internacional, que estabeleceu em seu programa o diagnóstico e a tarefa de toda uma etapa:

Os requisitos prévios objetivos para a revolução proletária não só estão maduros; começam a apodrecer. Sem uma revolução socialista no período histórico imediato toda a civilização humana estará ameaçada por uma catástrofe. Tudo depende agora do proletariado, e principalmente de sua vanguarda revolucionária. **A crise histórica da humanidade se reduz à crise da direção revolucionária”**¹

A IV Internacional foi fundada justamente para superar essa contradição por meio da construção da direção revolucionária do proletariado em âmbito mundial. No entanto, a nova Internacional não conseguiu cumprir seu objetivo. O poderoso aparato stalinista não só impediu que ela se transformasse nessa direção, como acabou destruindo-a como embrião dessa direção.

Esse resultado da história não demonstrou a vigência do stalinismo e o fracasso do trotskismo. Pelo contrário. A história mostrou, tal como dizia o programa de fundação da IV Internacional, que sem revolução socialista triunfante “...*toda a civilização humana estará ameaçada por uma catástrofe.*” Isto era verdadeiro em 1938 e é muito mais em 2008.

Por outro lado, a história também mostrou que o prognóstico da IV Internacional em relação à direção stalinista era verdadeiro. Se essa direção continuasse à frente dos Estados operários, este caminhariam, inevitavelmente, rumo à restauração do capitalismo.

Infelizmente esse prognóstico da IV Internacional se cumpriu. A restauração do capitalismo nos ex-Estados operários ocorreu e uma das maiores conquistas da história do movimento operário se perdeu. Mas dessa vez o stalinismo pagou caro por sua traição: as massas, com suas mobilizações, derrubaram a maioria dos governos que encabeçaram a restauração e, com eles, derrubaram o aparato stalinista.

Dessa forma, a batalha por construir (ou, nesse caso, reconstruir) a IV Internacional começou a ser travada em um novo patamar. Não porque a tarefa tenha se tornado fácil, ou porque não tenha que enfrentar inimigos poderosos, mas porque agora não tem que enfrentar o mais poderoso desses inimigos: o aparato stalinista, que extraía sua força e autoridade dos ex-Estados operários, da usurpação das conquistas da revolução.

Hoje, na etapa aberta a partir da queda do Muro de Berlim, pode ser detectada uma série notável de sintomas que indicam a existência de um incipiente mas importante processo de reorganização revolucionária, que é necessário

¹ Leon Trotsky, *O Programa de Transição*

orientar em direção à reconstrução da IV Internacional. Esse é o desafio que a história coloca diante de nós.

Nesta nova edição de ***Marxismo Vivo***, dedicada centralmente à IV Internacional, queremos resgatar a sua história, seus critérios de construção, seu programa e as propostas para a sua reconstrução no momento atual. Com isso, não estamos fazendo uma simples homenagem aos 70 anos de sua fundação, mas, com esta edição, estamos manifestando nosso compromisso militante com a tarefa iniciada por Leon Trotsky na década de 30. É o compromisso militante daqueles que consideram que sem uma direção revolucionária em âmbito mundial, o socialismo e o comunismo não passam de uma bela utopia ■

Kosovo: independência ou colonização?

Em 17 de fevereiro de 2008, o Kosovo declarou unilateralmente sua independência. Apoiamos o direito à autodeterminação desse povo, oprimido há muito tempo pela Sérvia, da mesma forma como apoiamos a autodeterminação dos povos basco, checheno e de muitos outros povos oprimidos.

Dito isto, “na época imperialista, é especialmente importante para o proletariado e a Internacional Comunista, estabelecer os fatos econômicos concretos e, na solução de todas as questões coloniais e nacionais, não proceder a partir de postulados abstratos, mas sim a partir de realidades concretas.”¹

O resultado da *Guerra dos Bálcãs* de 1912-13 incluiu não apenas o desmembramento do Império Otomano como também o fracionamento em pequenos países, segundo o beneplácito das grandes potências da época, da península entre o Mar Adriático e o Mar Negro. Ao final da Primeira Guerra Mundial, um Reino da Iugoslávia chegou a limitar a extensão daquilo que a partir de então se denominaria *balcanização*, e a reunir a Bósnia-Herzegovina, Sérvia, Montenegro, Macedônia e a maior parte das atuais repúblicas da Eslovênia e Croácia.

Com a invasão nazista em 1941 surge novamente o fracionamento, com a formação de dois regimes independentes, um ao redor da Croácia e outro ao redor da Sérvia, enquanto o Kosovo ficava anexado à Albânia, ocupada então pela Itália. Uma resistência de guerrilhas, dirigida por Tito e pelo Partido Comunista, se desenvolve em primeiro lugar na Croácia e se estende por todo o antigo reino, até 1943. Uma guerrilha monárquica sérvia dirigida por Draza Mihajlovic, os *Chetnics*, fará inicialmente causa comum com os comunistas contra os nazistas, mas declara a guerra mais tarde sob a ideologia da “Grande Sérvia”. Os Chetnics terminam por colaborar com o invasor e quando se anuncia a derrota da Alemanha e da Itália, recebem o apoio dos ingleses e dos norte-americanos para combater os comunistas. Entretanto, na conferência de Yalta (fevereiro de 1945), os Aliados trocam o fuzil de ombro e decidem apoiar Tito.

Tito consegue uma certa reunificação, criando em novembro de 1945 a *Federação Democrática da Iugoslávia*, que passa a ser a *República Federal Popular da Iugoslávia*, em 1946, e a *República Federal Socialista da Iugoslávia*, em 1963, incluindo seis repúblicas: Eslovênia, Croácia, Bósnia-Herzegovina, Montenegro, Sérvia

JAN TALPE

Tradução:
Márcio Palmares

¹ Lenin - *Informe da Comissão sobre as questões Nacionais e Coloniais*. 1920

Jan Talpe é membro da direção da LCT da Bélgica

e Macedônia. Esta República federal, em princípio “comunista” – mas nunca ocupada pelo Exército Vermelho –, permanecerá a meio caminho na distribuição das zonas de influência em Potsdam (agosto de 1945). Tito rompe com Stalin em 1948 e permanece fora do Pacto de Varsóvia, adotado em 1955.

Depois da morte de Tito (1980), outro dirigente do Partido Comunista, Slobodan Milosevic, ganha cada vez mais influência. Já em 1981, são reprimidas com sangue grandes manifestações de estudantes albaneses. Para o 600º aniversário da batalha de Kosovo, em 28 de junho de 1989, Milosevic pronuncia um discurso nacionalista diante de um milhão de sérvios no local da batalha, onde declara guerra às minorias: “A Sérvia está às vésperas de novas batalhas.”² É preciso dizer que em 26 de fevereiro desse ano, os mineiros de Kosovo haviam entrado em greve, contra a exploração pela minoria sérvia que controlava os pontos chave da administração e da indústria, e que os estudantes haviam descido às ruas para protestar contra a tutela de Belgrado.

Há algum tempo o governo federal e Milosevic (ex-diretor do Banco de Belgrado), aplicavam pontualmente os planos de reestruturação do FMI. A restauração capitalista era um fato.

Milosevic é um fervoroso defensor dos novos projetos econômicos e das mudanças na Constituição que, se forem adotadas, vão satisfazer os desejos do FMI, estabelecer a economia de mercado e abrir oportunidades ao setor privado e às inversões estrangeiras.³

Quando cai o Muro de Berlim, Milosevic já é presidente da Sérvia e apresenta suas idéias de uma “Grande Sérvia”, pregando um nacionalismo étnico. O novo embaixador americano em Belgrado, Warren Zimmerman, declara que Washington apóia “a unidade, a integridade territorial e a independência da Iugoslávia”.⁴ Milosevic coloca o Kosovo em xeque, que perde, em 23 de março de 1990, seu estatuto de província autônoma. Demite 430 professores de origem albanesa na universidade e 6000 docentes no secundário, que se negam a aplicar a política de “servização” cultural. Em dezembro de 1992 é reeleito presidente da Sérvia, dessa vez por sufrágio universal direto.⁵

A nova fragmentação

A queda do Muro de Berlim e a reunificação da Alemanha abrem o caminho às grandes potências para balcanizar novamente a Iugoslávia. Elas podem aproveitar a rebelião de distintos povos contra a dominação sérvia, acentuada sob Milosevic.

Em 30 de maio de 1990, Franjo Tudjman ganha as primeiras eleições “livres” na Croácia e é nomeado presidente dessa república da Federação. A região fronteira com a Sérvia dispunha de um estatuto especial com alguma autonomia, mas Trudman anulou-o em dezembro 1990, e os nacionalistas sérvios, dirigidos por Milan Babic, constituem então a região autônoma sérvia de Krajina, que termina fazendo a secessão em 1º de abril de 1991, com 1/4 do território.

Em junho de 1991, a Eslovênia e a Croácia declaram sua independência. Os nacionalistas sérvios de Babic resistem, com armas nas mãos. O Exército Federal iugoslavo, majoritariamente composto por sérvios e montenegrinos e

² *Le Spetacle du Monde*, abril de 1998, p.42

³ *The New York Times*, 8/08/88

⁴ *Le Spetacle du Monde*, abril de 1998, p.47

⁵ Para mais detalhes sobre este resumo histórico, veja-se o artigo sobre a Macedônia em *Presse Internationale* n° 19, de abril de 2001.

dirigido pelo esloveno Konrad Klosek, encarregado de garantir a unidade iugoslava, intervém contra as duas repúblicas separatistas. Mas elas têm o apoio das grandes potências, em particular da Alemanha reunificada, e o Exército Federal deverá se retirar depois de dez dias de guerra. A Alemanha e a Áustria reconhecem as repúblicas em 23 de dezembro do mesmo ano e os outros países europeus em 15 de janeiro de 1992.⁶ A Macedônia se declara independente em setembro de 1991. Pouco depois, acolhe a Força de Prevenção da ONU e em novembro de 1994 celebra um acordo de cooperação militar com os Estados Unidos, que instalam um contingente de 900 membros (350 dos quais norte-americanos) no país. Em 29 de fevereiro de 1992, a Bósnia-Herzegovina declara sua independência, fato reconhecido pela Croácia e pela Comunidade Econômica Européia em abril de 1992. Em maio de 1992, o Conselho de Segurança da ONU declara um embargo ao que restava da República Federal da Iugoslávia: Sérvia (com o Kosovo incluído) e Montenegro. Em 22 de maio de 1992, Bósnia, Croácia e Eslovênia são admitidas na Organização das Nações Unidas. Em abril de 1993 será a vez da Macedônia.

A Sérvia não aceitará este desenlace, que a priva, entre outras coisas, de importantes recursos aduaneiros. Haverá guerras sangrentas na Bósnia e na Croácia durante vários anos. O confronto armado já era latente na Croácia, mas em janeiro de 1992 se obtém um cessar-fogo, com a interposição dos capacetes azuis belgas. Entre 1992 e 1995, a guerra se desloca para a Bósnia-Herzegovina. As potências da OTAN, em primeiro lugar os Estados Unidos, intervêm cada vez mais no conflito, que termina em 14 de dezembro de 1995, cinco meses depois do massacre de Srebrenica, com os Acordos de Dayton (EUA), assinados pelos presidentes da Croácia, Franjo Tudjman, da Bósnia-Herzegovina, Alija Izetbegovic, e da Sérvia, Slobodan Milosevic. Havia então 20.000 soldados americanos na Bósnia.

Em 1997, na Albânia, a oposição ao governo bonapartista de Berisha, que fazia falsificações eleitorais e apoiava as “pirâmides” da especulação financeira, havia se apoderado das armas da polícia e constituído um Comitê Nacional de Salvação Pública. A revolução era o único poder armado do país. Mas os stalinistas do antigo Partido dos Trabalhadores albanês, que se convertera em Partido Socialista da Albânia, entraram no governo de Berisha e apelavam ao imperialismo para invadir o país, para “restabelecer a ordem”. Em abril, um exército de 6.000 soldados de oito países europeus, dirigido pela Itália, invadiu a Albânia, sem sequer se dar ao trabalho de declarar a guerra. O Comitê aceita finalmente desarmar o povo e participar das eleições de 29 de junho. Mas as armas não voltaram aos quartéis...

A guerra da Sérvia

O povo de Kosovo também se pronunciou a favor da independência no referendo de setembro de 1991. Mas Belgrado não reconheceu o resultado e intensificou a repressão. Milosevic proíbe a partir de então o ensino em língua albanesa nas escolas públicas. A partir de 1996, um Exército de Libertação do Kosovo (ELK-UÇK), reivindicando a independência, começa a se organizar. Em 1997, já controla grande parte do território.

⁶ Uma “Comissão Badinter”, estabelecida pela Comunidade Econômica Européia em 27 de agosto de 1991, declara a Iugoslávia “em dissolução”, “em desintegração”, ou também em “desmembramento”, sobre a base de um “princípio jurídico” do fato consumado (*uti possidetis*).

Em março de 1998, Milosevic promove um novo massacre, uma limpeza étnica que faz lembrar a de Karadzic, o aliado de Milosevic na Bósnia, ocorrida alguns anos antes. Em vários povoados da província de Drenica, a intervenção combinada das tropas policiais, militares e paramilitares utiliza armamento pesado, com blindados e helicópteros, para matar albaneses e destruir suas casas. Enquanto as tropas destroem povoados inteiros, como o de Donji Prekaz, paramilitares armados com facas ocupam-se em matar suspeitos de apoiar a guerrilha, assim como suas famílias. Esses ataques duraram quatro dias, com um resultado horroroso: casas queimadas, milhares de pessoas expulsas de seus alojamentos e várias dezenas de mortes. Nesta ocasião, a Liga Internacional dos Trabalhadores se colocou “ao lado da luta da maioria da população de Kosovo, contra a ditadura de Milosevic. A autodefesa armada dos trabalhadores e do povo de Kosovo frente à agressão sérvia assume uma importância fundamental.”⁷

A guerra da OTAN

Depois desse massacre, o governo dos Estados Unidos – seguido pela União Européia – troca o fuzil de ombro. Até então, apoiara a política da Grade Sérvia de Milosevic, mas agora havia o risco de que esse ditador assumisse uma atitude demasiado independente e, sobretudo, que uma revolução impulsionada por um povo em armas “desestabilizasse” toda a região, uma revolução que o antigo aliado não poderia controlar. Depois de ter visitado o Papa, a então Secretária de Estado americana Madeleine Albright declara: “Não vamos ficar observando como as autoridades sérvias farão em Kosovo o que não podem mais fazer na Bósnia”. Na Bósnia, deixaram Milosevic com as mãos livres, mas agora “apoiam” o povo de Kosovo. Kofi Annan, então Secretário Geral da ONU, disse que seria prudente manter a força de segurança da ONU na Macedônia. As tropas da ONU, 12.000 homens estacionados na Macedônia, garantiriam a empreitada. Um “Grupo dos Seis” (Estados Unidos, Rússia, Inglaterra, França, Itália e Alemanha) quer impor um “plano de paz” cuja primeira exigência é o desarmamento da guerrilha (que controlava já 60% do território de Kosovo). Em 24 de março de 1999, a OTAN começa os bombardeios sobre a Sérvia e sobre Kosovo. Quando a China se nega a prolongar o mandato da ONU para as forças situadas na Macedônia, elas trocam de insígnia e passam com armas e bagagens ao Kfor, o exército da OTAN na região. É a oportunidade para levar à prática a nova “doutrina” da OTAN, definida a propósito de seu 50º aniversário, celebrado na ocasião. Como a ONU não está sempre disponível, a OTAN se permite o “direito” de intervir militarmente, quando há “crises regionais em alguns países, dentro ou ao redor da região euro-atlântica, que sofrem de graves dificuldades econômicas, sociais ou políticas, que são vítimas de conflitos territoriais, de insuficiência ou fracasso de esforços reformistas, de violações dos direitos humanos e da dissolução dos Estados, que podem conduzir à instabilidade...”

Nessa ocasião, pela primeira vez desde o final da Segunda Guerra Mundial, a Bundeswehr alemã também participa da guerra, com 2000 soldados.

Grande parte da população mundial, comovida pelas imagens de milhares de kosovares que fugiam das tropas sérvias, via com simpatia a ação das

⁷ Declaração de 17.03.98.

potências imperialistas. E, sobretudo, a direção da guerrilha manifestava uma confiança sem limite no “apoio” ianque. Para a Liga Internacional dos Trabalhadores, não obstante, “nesta guerra do imperialismo contra a Iugoslávia, não somos neutros. Nesta guerra, ninguém pode continuar sendo neutro. Estamos sem dúvida alguma, e apesar de Milosevic, do lado do país atacado e pela derrota dos imperialistas da OTAN; por outro lado, ao buscar a colaboração das tropas imperialistas, a direção do ELK torna-se cúmplice de um ataque que não é somente contra Milosevic, mas contra os povos de todo o mundo. A direção do ELK capitula ao imperialismo e, portanto, abandona, na parte fundamental, a causa para a qual o povo kosovar a colocou à frente de sua luta.”⁸

A traição de Rambouillet

Depois de 78 dias de bombardeio sobre a Sérvia e sobre Kosovo, a Sérvia finalmente se renderá. Foram destruídas as indústrias químicas e de utensílios domésticos. A fábrica de automóveis Zastava foi bombardeada 4 vezes, com o objetivo de tornar impossível sua reconstrução. Foram destruídas 200 escolas, assim como quase todas as pontes sobre o Danúbio.

O Grupo dos Seis organiza uma conferência em Rambouillet, perto de Paris. Nesta ocasião, o chefe do ELK, Adem Demaçi, é substituído por Hashim Traci. Demaçi era um velho militante pela autodeterminação de Kosovo. Passara 28 anos de sua vida na prisão, e afirmara publicamente que os albaneses “não podem aceitar um estatuto colonial” dentro da Sérvia. Traci, um dos fundadores do ELK, havia passado os anos da guerra contra a Sérvia na Suíça.

Em 23 de fevereiro de 1999, a direção do ELK assina os Acordos de Rambouillet, que não somente impõem o desarmamento da guerrilha, como ainda dão às forças de ocupação da OTAN todos os direitos típicos de um colonizador. É uma dupla capitulação: ao imperialismo e a Milosevic.

A verdadeira razão da guerra em Kosovo ficará rapidamente evidente. A Sérvia, agora sob a tutela da OTAN, continuará governando o Kosovo. Em 10 de junho de 1999, a Resolução nº 1244 do Conselho de Segurança, “considerando que a situação na região continua representando uma ameaça para a paz e a segurança internacional”, reafirma “a soberania e a integridade territorial da República Federal da Iugoslávia”.

Trata-se também de não deixar nenhuma margem à guerrilha. A Resolução prevê “a retirada verificável e escalonada de Kosovo de todas as forças militares, paramilitares e de polícia segundo um calendário rigoroso, sobre a base do qual se procederá à entrada sincronizada da força internacional de segurança em Kosovo”. A Resolução decide explicitamente “desmilitarizar o Exército de Libertação de Kosovo (ELK) e os outros grupos armados de albaneses de Kosovo”. A presença internacional deverá agora “exercer as funções de administração civil básica” e não estará submetida ao embargo sobre as armas, decretado mediante a Resolução 1160 de 1998. Esta ocupação não tem limite no tempo. Continuará “enquanto o Conselho não decidir o contrário”.

⁸ Declaração da Liga Internacional dos Trabalhadores, maio de 1999

Em 11 de junho de 1999 é assinado um armistício entre a OTAN e a Sérvia (sempre incluindo Kosovo), que prevê explicitamente que a nova força de ocupação, a Kfor, “disporá de autoridade para adotar todas as medidas necessárias”. No dia seguinte, as tropas da OTAN, sob a ordem do general Jackson, realizam uma “ofensiva rápida e sincronizada de mais de 40.000 soldados” em Kosovo, com o fim de não deixar nenhuma oportunidade ao Exército de Libertação de Kosovo de ocupar o terreno. “A prioridade imediata consistia em velar para que nenhum vazio de segurança pudesse surgir entre as forças que se retiravam e as que chegavam, um vazio que poderia ser preenchido pelo ELK”.⁹

Em 21 de setembro de 1999, a ONU cria o *Kosovo Protection Corps* (KPC) para desmilitarizar o ELK,¹⁰ sob a direção de um antigo chefe militar do ELK, Agim Ceku. “O imperialismo havia conquistado a direção do ELK.”¹¹

Também em 1999 os Estados Unidos instalam em Kosovo o Acampamento Bondsteel, a maior base militar dos EUA na Europa, onde vale apenas a lei norte-americana.

A colonização

Em outubro de 1999, Hashim Tachi (novo chefe do ELK, Primeiro Ministro do governo regional de Kosovo desde 9 de janeiro de 2008), Bernard Kouchner (então administrador da ONU em Kosovo, hoje Ministro de Assuntos Exteriores francês), Mike Jackson (então comandante das forças de ocupação da OTAN, que passou depois a ser consultor de uma empresa de mercenários), Agim Ceku (então chefe do KPC, nomeado Primeiro Ministro do governo regional de Kosovo em março de 2006) e o General Wesley Clarck (então comendador supremo da OTAN, que passou depois a ser conselheiro militar de Hillary Clinton), protagonistas da colonização, colocam-se rapidamente de acordo.

Pouco depois, em março de 2000, Albin Kurti, um dirigente do *Movimento pela autodeterminação* (Lëvizja Vetëvendosje!), é condenado pelas autoridades sérvias a quinze anos de prisão por sua participação nas manifestações dos estudantes de Pristina.

Pacientemente, a administração colonial se instala. Em 1999, as tropas belgas estavam “permanentemente na região fronteiriça com a Sérvia, para dissuadir os sérvios de voltar ao Kosovo. Devíamos enfrentar uma ameaça externa. Seis anos mais tarde, já não nos orientamos mais às fronteiras, senão que devemos, ao contrário, evitar motins internos.” Essas tropas belgas são muito apreciadas “porque estamos bem formados para o controle das multidões (*Crowd and Riot Control, CRC*)”¹²

Os efetivos militares podem agora ser reduzidos. Até 2003, decide-se uma reestruturação no marco da OTAN. A presença belga nos Bálcãs, que começara dez anos antes, com 1000 homens, pôde ser reduzida a 400.¹³ Em novembro de 2005, uma equipe do enviado especial das Nações Unidas para o Kosovo (UNOSEK) estabelece negociações com Belgrado e Pristina sobre um “futuro estatuto” de Kosovo, sob a direção de Martti Ahtisaari.

⁹ Jackson - www.nato.int/docu/revue/1999/9903-05.htm

¹⁰ Resolução 1999/8 de 21 de setembro de 1999 da UNMIK (United Nations Interim Administration Mission in Kosovo)

¹¹ *Correio Internacional* n° 77 - setembro de 1999. Este número da publicação da LIT-QI relata o debate sobre o tema no Congresso Extraordinário de 1999. Está disponível em espanhol e em inglês na página da LCT, www.lt-cwb.com.

¹² *Vox*, 13.12.2005 (a revista do Ministério de Defesa da Bélgica, www.mil.be)

¹³ Intervenção do Ministro de Defesa André Flahaut nas jornadas diplomáticas - 04.09.2003

Em 10 de abril de 2006, o Conselho Europeu decide montar uma equipe de planificação para a tarefa, o *European Union Planing Team* (EUPT), com sede em Pristina, cujo objetivo reconhecido é retomar pouco a pouco as competências da Missão da ONU em Kosovo.¹⁴ “O objetivo em curto prazo é confiar a direção das operações à União Européia.”¹⁵ Em dezembro de 2006, o EUPT já está funcionando em Pristina.

Em 10 de fevereiro de 2007, depois de uma manifestação contra o plano Ahtisaari, na qual a polícia da ONU havia matado dois manifestantes, Albim Kurti é preso de novo, dessa vez pelos traidores do governo kosovar. Segundo Agim Ceku (então Primeiro Ministro de Kosovo), Kurti e os dirigentes do *Movimento para a autodeterminação* seriam “portadores de idéias anarco-revolucionárias”. O pleito começa em 19 de setembro 2007, diante de juízes “internacionais” nomeados pela autoridade da ONU, que negam ao acusado o uso da palavra.¹⁶

A “independência”

A palavra aparece pela primeira vez em um informe de Martti Ahtisaari para o Conselho de Segurança, em 26 de março de 2007. “O Kosovo não poderia permanecer em seu atual estado de indeterminação”. Trata-se, obviamente, de uma independência “limitada, sob a supervisão da comunidade internacional”.¹⁷ Na Cúpula Européia de 14 de dezembro de 2007, os 27 países membros se põem todos de acordo sobre essa conclusão e decidem assumir um papel de primeiro plano em Kosovo. Em 24 de janeiro de 2008, Hashim Tachi, Primeiro Ministro do governo regional de Kosovo, abre o jogo: a independência de Kosovo se declararia “em quatro ou cinco semanas”. No dia seguinte, chegou a notícia de que a Alemanha e os Estados Unidos concordavam em reconhecer essa independência, mas que conviria esperar o segundo turno das eleições presidenciais na Sérvia.¹⁸

À medida que se aproximava a “declaração unilateral de independência”, a União Européia acelerava a implementação das ferramentas necessárias para a colonização. Um instrumento central é a EuLex, uma missão “civil” composta por 2.200 pessoas, policiais, juristas e aduaneiros, ligados aos serviços e ministérios respectivos. É a missão mais importante jamais criada no estrangeiro pela União Européia. O início da intervenção da EuLex deveria ocorrer antes da declaração da independência, para não passar por um reconhecimento de fato do novo Estado. Essa decisão foi efetivamente tomada em 16 de fevereiro, um dia antes da “declaração de independência”, mas já fora designado seu chefe, Yves de Kermabon, em 7 de fevereiro. O início propriamente dito tem outra data: 120 dias depois da decisão, por coincidência, exatamente o período em que a missão da ONU, a MINUL (que devia transferir seus poderes ao governo kosovar em quatro meses), ficaria no país. A EuLex, definida como “civil”, será incluída no marco da “European Security and Defense Policy” (ESDP). E, novamente por coincidência, deixará no país a presença de 17.000 soldados da OTAN.¹⁹ O objetivo da EuLex é, sempre segundo a decisão de 16 de fevereiro, o de garantir que a justiça, a polícia e as aduanas sejam “livres de toda interferência polí-

¹⁴ www.eupt-kosovo.eu

¹⁵ *Vox*, 17.10.2006

¹⁶ <http://balkans.courriers.info/article9217.html>

¹⁷ www.um.org

¹⁸ International Herald Tribune, que cita “fontes diplomáticas”

¹⁹ *Le Soir*, 15.02.2008

tica e se ajustem às normas internacionalmente reconhecidas e aos usos europeus”. A EuLex reterá “algumas responsabilidades executivas”. Os diplomatas europeus consideram que o Kosovo permanecerá “sob vigilância internacional” por um período de 5 a 10 anos.²⁰ Ao lado da EuLex há também a Representação Especial da União Européia (EUSR), sob a direção de Pieter Feith, “para acompanhar o processo político” e garantir os negócios.

Finalmente, num domingo, 17 de fevereiro de 2008, é declarada “unilateralmente” a independência, de acordo com o plano de Martti Ahtisaari.

O novo país é reconhecido imediatamente pelos Estados Unidos, que conservam a plena soberania sobre seu Acampamento Bondsteel. Alguns países europeus (Chipre, Grécia, Eslováquia, Romênia, Bulgária, Espanha) hesitam em reconhecer a independência. A Espanha teme um precedente para o País Basco. A Grécia ainda não conseguiu digerir o fato de que uma parte da Macedônia não se encontra mais dentro de suas fronteiras; e o Chipre teme um precedente para a formalização da divisão da ilha. Esses países apelam para a Resolução 1244 da ONU, que garante a integridade territorial da República Federal da Iugoslávia, isto é, atualmente a Sérvia. Mas os Ministros de Assuntos Exteriores dos 27 Países da Comunidade Européia, reunidos em 18 de fevereiro em Bruxelas, tentam manter uma aparência de unanimidade e consideram que se trata de um caso particular: “Visto o conflito dos anos 90 e o período prolongado de administração internacional em virtude da Resolução 1244 do Conselho de Segurança, o Kosovo constitui um caso particular que não questiona os princípios da Carta das Nações Unidas e do Ato final de Helsing” (acerca da inviolabilidade das fronteiras).²¹ Javier Solana viaja imediatamente ao Kosovo depois da proclamação da independência. A Bélgica reconhece o país em 25 de fevereiro.²²

O fato é que se os 27 não estão muito de acordo sobre a “independência” auto-proclamada de Kosovo, estão bem de acordo sobre a colonização do país, sobre a missão EuLex²³ e sobre as Representações Especiais. A colonização não deveria encontrar obstáculo em alguns caprichos diplomáticos. Os detalhes das competências da EuLex continuam sendo secretos, mas na imprensa afirma-se apesar de tudo que “se supõe que os policiais aconselharão e supervisionarão a polícia de Kosovo, ou inclusive a substituirão se ela se mostrar incapaz de manter a ordem. Os juízes europeus atuarão ao lado de seus homólogos, mas poderão substituí-los em caso de insuficiência – por exemplo, em assuntos de corrupção.”²⁴

O povo kosovar e suas três bandeiras

Essa “independência” não tem nada a ver com o direito à autodeterminação dos povos. A luta para encontrar a unidade e a autodeterminação de um povo despedaçado há um século pelas grandes potências é considerada um crime. Está previsto explicitamente na nova “Constituição” que o Kosovo não poderá se unificar com a Albânia.²⁵ Kurti e seu *Movimento para a autodeterminação* é arrastado frente aos tribunais do colonizador. Inclusive a “bandeira” do novo Estado é imposta pelo colonizador, que excluiu explicitamente que a águia bicéfala da bandeira albanesa pudesse figurar nela.²⁶

²⁰ <http://fr.news.yahoo.com/euronews/20080216>

²¹ *Le Soir*, 18.02.2008

²² Por decreto real. Tal ato é uma prerrogativa do executivo, segundo o Artigo 167 §1 parágrafo 1 da Constituição.

²³ Para a Espanha, Grécia e outros recalcitrantes, bastava simplesmente não dizer nada. Um “procedimento de silêncio” estabelecia “a unanimidade” se nenhum país se manifestasse até 15 de fevereiro.

²⁴ *Le Soir*, 15.02.2008

²⁵ *Le Soir*, 18.02.2008

²⁶ Fora aberto um “concurso” para apresentar projetos de bandeira, onde se excluía explicitamente o motivo do águia bicéfala, original da bandeira albanesa.

Na celebração da independência nas cidades de Kosovo, duas bandeiras eram agitadas pela multidão: a bandeira dos EUA, a da ilusão segundo a qual as tropas da OTAN haviam libertado o povo da opressão sérvia, uma ilusão cultivada há anos pela traição dos dirigentes da luta de libertação nacional, e a bandeira albanesa com a águia bicéfala, a de um povo que busca sua unidade e sua independência.

Uma terceira bandeira estava ausente das ruas: a do “novo país”, imposta pelos colonizadores, com as mesmas cores da União Européia e as estrelas da EuLex. Ela está agora hasteada junto à *Stars and Stripes*, sobre a maior base militar norte-americana da Europa.

A luta continua

Em 1º de julho de 1999, representantes dos sindicatos da Sérvia e de Kosovo se encontraram no Congresso da Confederação Européia de Sindicatos. Esses trabalhadores observavam: “O drama da Iugoslávia vem do fato de que nos retiraram a condição de trabalhadores, para que ficássemos marcados pela divisão étnica e religiosa.”

Os mineiros de Trepca têm consciência do que significa a ocupação do país. Em 2000 já afirmavam: “A Kfor francesa ocupa nossas minas e as fábricas nas quais produzimos o metal, e se nega a nos deixar entrar. Nos últimos anos, nós mineiros perdemos quase tudo o que tínhamos ganhado com nosso trabalho.”²⁷

Albim Kurti dizia, já em novembro de 2007, que “o Kosovo necessita instituições soberanas e democráticas”.²⁸ E por ocasião da declaração de independência, afirmava: “Falamos da *data* da independência, mas não da *substância* da independência: a soberania. Não teremos Ministro de Defesa, nem verdadeiro Exército, nem Ministro de Assuntos Exteriores, nem sede na ONU [devido à negativa da Rússia], e não será assegurada a integridade territorial. A missão da UE não deve prestar contas diante do povo de Kosovo e suas leis. Haverá 2.200 policiais e juristas europeus por cima das leis. Por que não enviam 2.200 economistas, médicos e professores? Nas últimas eleições, só 37% da população votou. Os políticos são os homens mais ricos do país.”²⁹

Enquanto isso, pichações que apagam a palavra EuLex já aparecem nos muros de Pristina.³⁰ A resistência contra a colonização está em marcha.

Uma vez mais, demonstra-se que não há solução no capitalismo para os problemas de nacionalidade. Como dizia Trotsky há quase um século: a única saída real para o povo dos Balcãs é a Federação das Repúblicas Socialistas dos Balcãs, nas quais sejam garantidos os direitos das minorias. Temos confiança que os povos chegarão a isso, com suas lutas pela verdadeira libertação nacional. Segundo Trotsky (1912):

“A luta pela autodeterminação econômica e nacional-cultural dos povos balcânicos é travada sob condições impostas artificialmente e que não foram criadas pelo próprio povo balcânico. [...] Sobre este tabuleiro de xadrez, os reis e os ministros não são os verdadeiros jogadores e sim, mais precisamente, as

²⁷ *Correio Internacional* nº 78 - março de 2000

²⁸ <http://balkans.courriers.info/article9217.html>

²⁹ *Le Soir*, 18.02.2008

³⁰ *Le Soir*, 21.02.2008

próprias peças. Os verdadeiros jogadores observam o quadro de cima. [...] A diplomacia européia recortou os Bálcãs em pedaços, de tal modo que as partes isoladas, criadas artificialmente, possam neutralizar e paralisar umas às outras com conflitos mútuos.”³¹

É preciso expulsar as tropas da OTAN dos Bálcãs, bem como toda e qualquer tropa estrangeira; repudiar a EuLex e defender o direito de autodeterminação dos povos balcânicos, com as fronteiras que eles queiram aceitar. Viva a luta do povo kosovar contra a colonização! ■

³¹ L. Trotsky, 1912

A luta dos trabalhadores da GM do Brasil é estratégica contra o imperialismo e uma referência internacional

Quando o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, em São Paulo, iniciou a luta contra o rebaixamento salarial e a retirada de direitos na General Motors, em janeiro deste ano, não imaginava que poderia se transformar em uma referência nacional e internacional. Para entender por que isso ocorre é necessário compreender que o processo de “reestruturação produtiva” que estamos vivendo faz parte de um plano global do imperialismo para responder às suas crises. Crises que levam a uma retração da produção e à queda da taxa de lucro.

O objetivo desse processo não é reverter a tendência geral, mas diminuir seu impacto e dar certo “fôlego” para postergar uma recessão econômica profunda, que seria a base material de um processo revolucionário. Por isso, sua aplicação passa a ser absolutamente necessária, sobretudo neste momento em que há fortes indícios da aproximação de uma crise econômica mundial. Consequentemente, não pode haver concessões nessa área; para as grandes transnacionais, é uma batalha de vida ou de morte.

Outro aspecto importante é que para aplicá-lo o imperialismo e a patronal contam com o apoio fundamental e a sustentação político-ideológica da burocracia sindical e das direções traidoras do movimento de massas. Sem o apoio das burocracias sindicais, eles teriam muito mais dificuldades para aplicação desse projeto e inclusive se colocaria a possibilidade de não conseguirem implementá-lo.

Observamos então que ganham corpo os ensinamentos de Trotsky sobre o que ele chamou de **enfermidade geral, a degeneração burguesa dos aparatos sindicais na época do imperialismo**, que ocorreria **não só nos velhos centros metropolitanos mas também nos países coloniais. Os líderes sindicais são, na imensa maioria dos casos, agentes políticos da burguesia e de seu estado.**¹

AMÉRICO
GOMES

¹ A indústria nacionalizada e a administração operária, Os Sindicatos na Época de Decadência do Imperialismo

Américo Gomes
é dirigente do
PSTU-Brasil

Frente a estes dois aspectos — a necessidade de mudanças estruturais no sistema produtivo por parte do imperialismo e a “parceria” dos dirigentes sindicais nesse processo — entende-se por que a vitória dos trabalhadores da GM e de seu sindicato, ao rejeitar as propostas da empresa, foi uma vitória praticamente inédita e passou a ser uma referência. Mas é importante ter consciência de que essa vitória está ameaçada; a empresa continua com iniciativas para reverter essa decisão e novos ataques poderão vir no sentido de reverter esse resultado.

O inimigo é muito poderoso. Por isso, é fundamental romper o isolamento, pois a luta dos operários da GM contra as medidas de reestruturação produtiva necessita de mobilizações dentro da fábrica, no Brasil e no mundo.

Agravam-se as características do imperialismo pós-crise de 70

Com a redução dos níveis de produtividade e a tendência decrescente da taxa de lucro, o sistema taylorista/fordista entrou em crise como modelo de produção industrial, em virtude de sua incapacidade de responder à retração do consumo. A crise da década de 70 levou ao que se chamou de “estagnação” (estagnação com inflação). Vieram então as políticas recessivas orientadas pelo receituário neoliberal, com alta das taxas de juros e aplicações financeiras nos mercados especulativos. Foram as privatizações, desregulamentação de direitos trabalhistas e desmonte do setor produtivo estatal. Os investimentos imperialistas produtivos reduziram sua expansão e começaram a cair, enquanto os investimentos financeiros foram incrementados e predominaram as exportações de capitais.

Acentuaram-se as características do imperialismo elencadas por Lenin² com: maior concentração de capitais por meio das fusões de monopólios e oligopólios; crise do “Estado de bem estar social” e hegemonização política e econômica das grandes potências, internacionalização, integração e articulação do sistema de produção mundial; desindustrialização e desnacionalização.

Resultado: depois de 1970, quando cerca de 7 mil empresas multinacionais empregavam 30 milhões de trabalhadores, o mundo passou a conviver com 72 mil empresas transnacionais, que operam 980 mil filiais e empregam 96 milhões de empregados. Hoje elas controlam 15% do PIB mundial. Em 2006, as 500 maiores corporações transnacionais foram responsáveis por uma receita de 21 trilhões de dólares, somente as três maiores (Wal-Mart Stores, Exxon Móbil e Royal Dutch Shell) obtiveram um PIB equivalente ao brasileiro.

O comércio exterior de vários países consiste muitas vezes em trocas realizadas intracorporações, e atualmente 40% de todas as trocas do mundo são dessa natureza, os investimentos estrangeiros diretos representam 1/4 do produto mundial.³

As empresas multinacionais se transformam em corporações transnacionais que operam por cima dos Estados nacionais, alterando a relação matriz/filial e produzindo bens e serviços em escala global. Essa acelerada internacionalização provocou a formação de *holdings* financeiros em paraísos fiscais e associações com bancos para serviços financeiros, empréstimos, pagamento de lucros,

² CF. V.I. Lênin, Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo.

³ Márcio Pochmann. A Transnacionalização da Terceirização na Contratação do Trabalho.

royalties e outras operações. Com isso, o mundo assistiu a um aumento sem precedentes da concentração da pobreza, do desemprego e do trabalho mal remunerado nos países menos desenvolvidos.

Acumulação flexível na indústria

Por outro lado, ocorre um redesenho do setor industrial⁴. Dentro das fábricas impôs-se um novo padrão de gestão do trabalho para “um novo modo de acumulação capitalista”. Alguns o denominaram *toyotismo* (um processo que altera, mescla e até mesmo substitui o “taylorismo/fordismo” pelas formas produtivas flexibilizadas e desregulamentadas). No entanto, nos parece melhor chamá-lo “padrão de acumulação flexível”. Flexível porque teoricamente flexibilizaria tudo: o processo de trabalho, os mercados de trabalho, os produtos e os padrões de consumo. É como se fosse um reflexo do mercado financeiro: “mais fluido e mais volátil”.

No que se convencionou chamar de “mundo do trabalho” ocorrem profundas mudanças nas mais distintas esferas: transformações no plano da organização sociotécnica do universo produtivo; reterritorialização da produção e reorganização no movimento sindical. Há também a interpenetração entre atividades industriais, agrícolas e de serviço, com a construção de agroindústrias, indústrias de serviço e serviços produtivos.

Esse processo inicia-se no Brasil na década de 70, durante a ditadura militar, ainda de maneira isolada em empresas como a Volkswagen de São Bernardo; Johnson & Johnson e Embraer em São José dos Campos e General Electric, em São Paulo. O *kanban** chega em 1977 na Yanmar Motores Ltda em Indaiatuba.⁵ Cresce na década de 80, com a ampliação das inovações tecnológicas e introdução da automação industrial de base microeletrônica, mas se generaliza e se consolida nos anos 90 e 2000.

O governo Collor abriu espaço para este projeto, mas foi FHC, fundamentalmente, que a partir de 1994 estabeleceu o contexto propício para sua implementação com: reestruturação produtiva, crescimento do desemprego, retirada de direitos, privatizações, terceirização e a abertura e desregulamentação do mercado. Lula mantém a conjuntura política que dá base a este projeto e busca consolidá-la através das reformas no Estado.

Tudo isso foi feito sob a justificativa de que as empresas buscavam a inserção na competitividade internacional e pela aplicação nas subsidiárias dos padrões das transnacionais, para redução de custos.

O aumento da produtividade

Com essa reestruturação produtiva, algumas empresas, como a Belgo-Mineira, por exemplo, aumentaram a produtividade da mão-de-obra em 23,5% e a devolução de produtos caiu 65%. De 1993 a 1998 a indústria petroquímica brasileira, na relação produção/nível de emprego, passou de 757 (t) para 1535 (t), um salto de 103%.⁶

A indústria automobilística bateu recorde de produção, operando no início de 2008 perto do limite de sua capacidade instalada total (3,3 milhões de carros

* *Kanban* é uma palavra japonesa que significa registro ou placa visível. Na produção industrial, é um cartão de sinalização que controla os fluxos de produção. Coloca-se um *kanban* em peças ou partes específicas de uma linha de produção para indicar a entrega de uma determinada quantidade. Quando se esgotarem todas as peças, o mesmo aviso é levado ao seu ponto de partida, onde se converte num novo pedido para mais peças. É uma forma de agilizar a entrega e a produção de mercadorias, permitindo que a produção se realize *just in time*.

⁴ Cf. Armando Boito Jr. Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil.

⁵ Eurenice Oliveira, *Toyotismo no Brasil*. Expressão Popular.

⁶ Druck Graça e Franco Tânia. *A Perda da Razão Social do Trabalho, Terceirização e Precarização*. Boitempo.

este ano). A velocidade das fábricas já é maior que em 2007 e em janeiro desse ano superou em 15,5% o resultado de dezembro passado⁷. Todas as 120 grandes empresas responsáveis por 30% do PIB brasileiro operaram processos de reestruturação produtiva, desde a Petrobrás, Vale do Rio Doce, Gerdau, Gessy Lever, Varig, Mendes Júnior, Andrade Gutierrez, Montreal Engenharia, Sadia, Shell do Brasil, Caemi Minerações e Brahma, para citar algumas de maneira diversificada⁸.

Crescimento industrial com desemprego

“Há então um movimento pendular que caracteriza a classe trabalhadora: por um lado, cada vez menos homens e mulheres trabalham muito, em ritmo e intensidade que se assemelham à fase pretérita do capitalismo (...) No outro lado do pêndulo, cada vez mais homens e mulheres trabalhadores encontram menos trabalho.”⁹

Um terço da força humana disponível para o trabalho no mundo (mais de um bilhão de pessoas) se encontra exercendo trabalho precarizado, instável, temporário, terceirizado ou estão desempregados¹⁰. Para dar um exemplo concreto, a Ford possuía no mundo, em 1976, 444 mil empregados e a GM 748 mil. Em 2006, a Ford estava com 283 mil e a GM com 288 mil. Fecharam-se 161 mil postos de trabalho na Ford e 460 mil na GM. Isto significa que em 30 anos 620 mil empregos metalúrgicos simplesmente sumiram do mapa.

O Brasil é “ponta de lança” desse processo. Em 1986 estava na 13ª colocação no ranking do desemprego no mundo, com 1,68% do desemprego mundial e com a participação do PEA de 2,75%; em 1999, foi para o 3º lugar com 5,6% do desemprego mundial e uma participação no PEA global de 3,12%.¹¹

No auge da expansão industrial nos anos 80, no Brasil, 20% do total de empregos eram industriais, em 2000 o número caiu para 13%.¹² A PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) aponta que a taxa de desemprego registrou em 2006 a maior queda em dez anos, ficou em 8,5%, mas não chegou ao nível de 1997: 7,8%. A População Economicamente Ativa (PEA) em 1981 era de 46 milhões de pessoas, em 2002 são 86 milhões. Os bancários eram 1 milhão no Brasil em 1985 e em 2007 apenas 400 mil.¹³

Nos setores industriais, isso se materializa da seguinte forma: a indústria petroquímica chegou a empregar 20 mil trabalhadores na Região Metropolitana de Salvador em 1993; já em 1998 eram somente 6 mil.¹⁴ Na região metropolitana de São Paulo o tempo médio de desemprego aumentou de 22 semanas em 1995 para 53 em 2003.

Em um artigo que escrevemos em 1994 intitulado “Job Killers” indicamos que a Volkswagen e a Ford empregavam no Brasil em 1987 65 mil trabalhadores, sendo que em 1994 eram apenas 45 mil. Hoje, 2008, chegam no máximo a 20 mil. Somente a Volkswagen, com o “Programa de Salvação” da empresa no início de 2006, extinguiu 20 mil empregos. Na região do ABC paulista houve uma redução de 140 mil empregos nos últimos 27 anos na indústria metalúrgica. Em Campinas a redução foi de 30 mil.

⁷ O Brasil é o 7º produtor mundial de automóveis.

⁸ Dossiê Centro Pastoral Vergueiro.

⁹ Druck Graça e Franco Tânia. Idem.

¹⁰ Idem.

¹¹ Pochman. O Emprego na Globalização.

¹² Idem.

¹³ Druck Graça e Franco Tânia. Idem.

¹⁴ CF. Druck Graça e Franco Tânia. Idem.

Produção e emprego na indústria montadora no Brasil (emprego em 31 de dezembro de cada ano)

Ano	Veículos	Trabalhadores	Veículos p/ trabal.
1980	1.165.174	133.683	8,7
1981	780.883	103.992	7,5
1982	859.304	107.137	8,0
1983	896.462	101.087	8,9
1984	864.653	107.447	8,0
1985	966.708	122.217	7,9
1986	1.056.332	129.232	8,2
1987	920.071	113.474	8,1
1988	1.068.756	112.985	9,5
1989	1.013.252	118.369	8,6
1990	914.466	117.396	7,8
1991	960.044	109.428	8,8
1992	1.073.761	105.664	10,2
1993	1.391.376	106.738	13,0
1994	1.581.389	107.134	14,8
1995	1.629.008	104.614	15,6
1996	1.813.881	102.072	17,8

Fonte: Anfavea (1996) e Carta da Anfavea (jan. 1997), In: Bresciani, 1997, pp. 47-48.

Os dados abaixo permitem uma visão mais nítida.

Montadoras - Brasil

	1991	1995	Crescimento
Produção	960,2 mil	1.635,6 mil	70%
Emprego	109,4 mil	103,9 mil	- 5%
Produtividade	8,8%	15,7%	78%

Autopeças - Brasil

	1991	1995	Crescimento
Faturamento	US\$ 9,8 bi	US\$ 17 bi	74%
Emprego	255.600	223.900	- 12%
Produtividade	US\$ 38,5 mil	US\$ 75,9 mil	97%

Fonte: Boletim DIEESE, set. 1996, nº 186, p. 6.

A epidemia da terceirização

Uma das generalizações deste novo modo de produção flexível é a terceirização; são milhares de homens e mulheres terceirizados, subcontratados e precarizados fora da indústria: os trabalhadores em *call centers*, motoboys, *telemarketing*, *fast food* e os cyberproletários das áreas de informática. Com isso se estabelece o que na universidade se chama de nova “morfologia” do trabalho: o trabalhador flexível, polivalente e multifuncional, em um processo de precarização estrutural do trabalho, com o aumento do sobretrabalho.¹⁵

A verdade é que a terceirização ou subcontratação passa a ocupar o lugar central nas chamadas novas formas de gestão e organização do trabalho. Deixa de ser utilizada de forma marginal e periférica e se torna prática-chave para a reestruturação produtiva, transformando-se na principal via de flexibilização dos contratos e do emprego. Ela viabiliza um grau de liberdade do capital para gerir e dominar a força de trabalho quase sem limites.¹⁶ A verdade é que a reestruturação é muito mais precarização e terceirização do que introdução de novas tecnologias.¹⁷ Hoje, as empresas multinacionais sozinhas empregam 98 milhões de trabalhadores, sendo 39,3 milhões, ou 40%, de terceirizados¹⁸.

Em 2004 a empresa Nike contava com 600 mil trabalhadores dispersos em 51 países. Desses, somente 24 mil eram diretos, já que 95% de seus trabalhadores são terceirizados. Índices similares são os da Benetton e da Microsoft. No Brasil, em 1969, a Petrobrás tinha 62 mil trabalhadores, número que chegou a 39.614 em junho de 1998¹⁹. Hoje, a empresa conta com 76 mil funcionários, mas em suas áreas trabalham cerca de 228 mil trabalhadores, ou seja, são mais de 150 mil trabalhadores terceirizados, sem falar nos precarizados na Bolívia, Argentina e Equador. No Brasil, dados de 2007 indicam que 50% da população economicamente ativa está em empregos informais²⁰.

Calcula-se que no próximo período serão criadas 6,7 milhões de novas ocupações anuais terceirizadas por meio de subcontratação. Conseqüências: emprego, condições de trabalho e saúde de qualidade inferior, além da fragmentação da organização sindical.

As direções sindicais como parceiras dos patrões

Mesmo nos estudos mais sérios e de maior nível feitos nas universidades brasileiras (e são muitos) sobre os processos de “reestruturação produtiva” releva-se o papel dos dirigentes sindicais como ferramentas-chave para a implementação dos processos de reestruturação produtiva e a subordinação dos operários às propostas patronais. De maneira geral, os dirigentes sindicais e os sindicatos são vistos como vítimas, que não conseguem se adaptar ou responder politicamente a uma nova realidade criada pelo imperialismo. Mas a verdade é que na atual época imperialista os patrões transnacionais desenvolveram uma política de cooptação dos dirigentes sindicais, através do convencimento político-ideológico, mas também, e fundamentalmente, através de um sistema de corrupção e privilégios pessoais.

A década de 90 ganha a marca da dinâmica da ofensiva neoliberal contra a classe trabalhadora, mas nela também a maioria das direções sindicais ou ade-

¹⁵ Druck Graça e Franco Tânia. Idem.

¹⁶ Idem.

¹⁷ Idem.

¹⁸ Márcio Pochmann, op. cit.

¹⁹ *Contratados, Organizar para Lutar*, Sindipetro-RJ.

²⁰ Druck Graça e Franco Tânia. Idem.

rem diretamente aos projetos neoliberais ou passam a defender uma política mais negociadora e menos conflituosa. O elemento “direção sindical” tem sido fundamental para o convencimento dos trabalhadores para a implementação do projeto de reestruturação produtiva.

A Força Sindical

A Força Sindical é uma central sindical no Brasil que, tendo à frente o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, foi fundada em 1991 com doações do governo que chegaram a milhões de dólares e que em 1994 fez abertamente campanha para Fernando Henrique Cardoso.

Suas propostas programáticas incluem a defesa do mercado, o capitalismo e que o sindicato é mero intermediário da venda da força de trabalho. Defendem o que chamaram de *Sindicalismo de Resultados*:

“O sindicalismo de resultados não se resume à perseguição de ganhos materiais imediatos para os trabalhadores, mas inscreve-se numa vertente sindical de modernização do conjunto das relações capital-trabalho no Brasil. É neste ponto que reside a originalidade da parceria: ela é a proposta de política sindical para um sistema político liberal e democrático nos termos do modelo europeu de relação entre sindicato e empresa. O sindicato nesta concepção abdica do projeto de revolução em prol da melhoria gradual e contínua das condições de vida e de trabalho dos operários.”²¹

Em 1993, na privatização da CSN, o Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, filiado à Força Sindical, propôs ao BNDES a utilização do fundo do PIS/PASEP para a compra de ações da empresa por parte dos trabalhadores, para ver se estes compravam 20% das ações. Imprimiu 37 mil manuais defendendo a privatização. “O engajamento do sindicato era, mais do que nunca, decisivo para o convencimento dos trabalhadores quanto à validade da privatização.”²²

A Central Única dos Trabalhadores (CUT)

A Central Única dos Trabalhadores foi criada em 1983, num cenário de lutas e greves do final da década de 70 e início de 80, com um perfil classista e até socialista. No entanto, ela mudou sua estratégia do ponto de vista político na IV Plenária Nacional da CUT, em agosto de 1990, em Belo Horizonte, onde pela primeira vez a direção aprova a proposta de “sindicalismo propositivo”. Esta mudança foi consagrada no IV Congresso, realizado em São Paulo, em setembro de 1991. Não que não tivessem existido negociações e tentativas de conciliação durante os governos Sarney e até mesmo Collor, mas a partir da década de 90 a direção da CUT defende uma ação sindical que se caracterizaria por uma prática propositiva e fragmentadora.

Passaram a achar que a flexibilização e a redução de direitos eram efetivamente necessárias para a manutenção de suas organizações e da “empregabilidade”. Entendendo que a “globalização” da economia e o “pensamento único” eram e são inevitáveis, recusavam e se recusam a lutar contra ele. Em março de 1992, dando prosseguimento a essa política, participam das Câmaras Setoriais

²¹ Monteiro Geraldo. Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda: 50 anos brasileiros.

²² CF. Gracioli. Privatização da CSN. Da Luta de Classes à Parceria.

como um marco apresentado por eles de alternativa estratégica para o conjunto do sindicalismo:

“A câmara setorial da indústria automobilística veio consolidar o novo modelo de ação sindical priorizado pela direção da CUT nos anos 90. Esse modelo se caracteriza pela substituição da prática confrontadora por uma prática propositiva, e pelo predomínio dos acordos descentralizados sobre os acordos de categoria, em oposição à negociação predominantemente unificada que havia sido a marca do “novo sindicalismo”, desde o seu surgimento no final dos anos 70.”²³

O III Congresso dos Metalúrgicos de São José dos Campos, em 1993, teve entre suas principais resoluções “um categórico Não às Câmaras Setoriais que vinham ocorrendo (...) Para os presentes, as Câmaras Setoriais secundarizavam a mobilização em troca da negociação permanente com patrões e empregados.”²⁴

As Câmaras Setoriais que existiram de 1992 a 1994 cobraram um preço alto da classe trabalhadora e aumentaram substancialmente os lucros dos patrões. O governo Itamar proibiu em outubro de 1994 o reajuste mensal de salário determinado por elas, mas as montadoras durante estes três anos aumentaram seu faturamento em 50% e reduziram sua participação no IPI de 2% para 1,1%. Quando as Câmaras encerraram seus trabalhos a Ford e a Mercedes do ABC demitiram em um único mês três mil operários. No total, em 1991, as montadoras empregavam 54 mil trabalhadores; em 1994, 48,5 mil, menos cinco mil postos de trabalho. No conjunto dos metalúrgicos do ABC o emprego caiu 26,29%, de 196.494 para 144.815. Já a produção aumentou 29,53% de 92/93 e mais 13,66% de 93/94, e as vendas cresceram 43,4% em 92/93 e 13,7% em 93/94.²⁵

Conclusão: a direção da CUT em 1994 apresenta o documento “Modelo de desenvolvimento, político, industrial e reestruturação produtiva: as propostas da CUT” onde defende que: “O principal desafio de uma nova estratégia produtiva para o país está em tornar compatíveis as necessidades presentes de reestruturação industrial às de reversão das desigualdades sociais e regionais.”²⁶

A CUT discute o ritmo dessa abertura, critica o modo ‘açodado’ como o governo estaria promovendo-a, mas não o questiona como uma ação regressiva do imperialismo. Com essa política esses dirigentes defendem que o ‘enxugamento’ das grandes montadoras é inevitável, se se quiser preservar sua ‘competitividade’. Frente às demissões, a posição do sindicato consiste em negociar: o montante, as condições e os critérios das demissões, descartando, de antemão, a luta contra elas.²⁷

Cooptação e parceria total no século XXI

“As fábricas estão se modernizando e cortando emprego, e farão isso de qualquer jeito, com ou sem a participação do sindicato. Nosso papel é negociar o ritmo de modernização das empresas.” (Luis Marinho, revista *Veja*, edição de março de 1998)

Hoje, a atuação dos sindicatos pode ser resumida da seguinte maneira: **parceiros no processo de reestruturação produtiva e de retirada de direitos.**

²³ Idem, p.131.

²⁴ Informe das Resoluções do III Congresso dos Metalúrgicos de São José dos Campos.

²⁵ Neste acordo, trocamos aumento de salário por abono, e o reajuste, de 6,14, que seria feito em 1 de setembro foi feito somente em 1 de janeiro. Em compensação, foi pago um abono de 2 mil reais em 21 de setembro.

²⁶ P.13

²⁷ Boito Jr, Armando. Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil.

Na Mercedes Bens do ABC a Comissão de Fábrica tem negociado o que eles chamam de “resistência possível”:

“...a comissão de fábrica decidiu negociar porque hoje isso significa intervenção. Vimos que a reestruturação era irreversível, mas que era possível intervir através da negociação. Nós optamos pela negociação. Não traz benefício, mas se não intervir (a reestruturação) traz prejuízo para o trabalhador (entrevista com membro da comissão de fábrica em 2/2/2001).²⁸

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo tem participado do processo de reestruturação produtiva desde a década de 90. Na Volks o tema do primeiro encontro tinha um simbólico nome de: “Construindo o Futuro”, e o objetivo era a “construção do clima favorável às mudanças”.²⁹

Em 1997 os Sindicatos dos Metalúrgicos do ABC e Taubaté, ambos da CUT, assinaram o “protocolo de intenções” para “desenvolver o mais rapidamente possível alternativas para aumentar a competitividade das fábricas Anchieta e Taubaté.” (O parceiro, 1997).³⁰

Em novembro, a Volkswagem anunciou a demissão de dez mil funcionários, as negociações concluídas em janeiro de 1998 garantiram: demissão dos aposentados, abertura de um “Plano de Demissão Voluntária”, banco de dias (ampliando o banco de horas), redução do adicional noturno de 30 para 25%, aumento no desconto da alimentação e transporte, metas para o PLR, terceirização na ala 3 e parte da ala 5, política salarial diferenciada, para “cargos não ligados a atividades-fins da empresa”. Surpreendentemente esse acordo foi apresentado pelo Sindicato como uma vitória, pois a planta permaneceu no ABC.

No final de 1998, a Volkswagem ameaça com mais 6.500 demissões na Anchieta e 1.000 em Taubaté. No final das negociações foi aprovado: a redução de salários e jornada em 15%, com a fragmentação do PLR de maneira que os vencimentos mensais não diminuíssem. Novamente o sindicato anuncia como uma vitória, porque barraram as demissões.

Em 2001 a empresa quer mais: maior flexibilização da jornada, e, para ajudar nas negociações, faz 3 mil demissões. Luis Marinho vai para a Alemanha, em meio à greve. Depois de negociar e de frequentar os “bordéis” germânicos por conta da direção da empresa, saiu com a seguinte proposta: licença remunerada para 1.500 funcionários, PDV com meta de 700, manutenção da semana de 4 dias com redução de 15% do salário, recomposto por meio de PLR, banco de horas e abono, salário de ingresso diferenciado, redução de 28% nas atividades indiretas, terceirização e demissões por baixo desempenho e problemas disciplinares. Novamente, uma “vitória”.

Chega 2003 e o sindicato assina com a empresa um acordo quase inteiramente voltado para a prática de “outsourcing” e terceirização da fundição. O acordo previu 1897 postos terceirizados e uma nova faixa salarial 16% inferior a inicial.

Poucos meses depois, a Volkswagem anuncia 3.933 demissões, cerca de duas mil na Anchieta. Formou-se o projeto “Autovisão” com o desligamento de 1.923 trabalhadores. Houve greve, ao final dela se acordou que os desligados poderiam optar em ir para o CFE (Centro de Formação e Estudo), aderir ao PDV, ou ficar em casa recebendo salário até 2006, quando todos foram demitidos.

²⁸ Fabiana Santana Previtalli. O Caso da Mercedes Bens no ABC e em Campinas. p.151

²⁹ Luci Praun. A reestruturação negociada na Volkswagem.

³⁰ Idem, Ibidem.

Essa prática de derrotas, tidas como vitórias, é chamada por Marinho e pela CUT de “negociação para valer”.

A Volkswagen, que na década de 80 chegou a ter 40 mil funcionários, hoje, depois de toda prática sindical e de todas as vitórias, tem 10 mil.

Para a pesquisadora Luci Praun: “A lógica concorrencial, instituída pela empresa e abraçada pelo setor majoritário do sindicalismo cutista, na prática acaba dificultando qualquer ação coletiva dos trabalhadores, inclusive no âmbito restrito das plantas da Volks, que competem entre si por novos projetos, deixando a classe refém dos interesses do capital.”³¹

Isso não ocorre somente no Brasil. Esta mesma lógica política levou na Alemanha o sindicato ligado ao IGMetal a aceitar um acordo de rebaixamento de direitos com a “condição” de que a produção do Golf fosse feita lá. Com isso, além de rebaixar direitos, a produção do Golf saiu da Bélgica e 3.200 trabalhadores perderam o emprego. Os operários belgas reagiram com uma greve de 7 semanas, que contou com o apoio de diversas outras categorias, e realizou uma Marcha em Bruxelas com mais de 20 mil pessoas, logicamente abafada pelos instrumentos de comunicação para o resto do mundo. Além das demissões na planta da Volks em Bruxelas, também trabalhadores das empresas fornecedoras como Johnson Control, Arivin Meritor, Alcoa, etc., perderam os empregos.

Como o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Automobilística dos EUA e do Canadá (UAW - *United Auto Workers*) fez um acordo provisório com a General Motors, a greve dos 73 mil trabalhadores acabou apenas dois dias depois de seu início.

Esse acordo liberou a GM de sua obrigação de garantir a assistência médica de seus quase 400 mil aposentados e seus dependentes através da criação de um fundo de investimento multibilionário controlado pelo sindicato, que se responsabilizará pelo pagamento dos benefícios. Além disso, o acordo estabelece um sistema de duas categorias salariais dentro da empresa, o primeiro em toda a história dos contratos nacionais assinados pelo UAW. Reduzirá os custos trabalhistas (salários e benefícios) nas novas contratações para as chamadas “funções não-produtivas” para uma média de US\$ 27 por hora, comparada à média atual de US\$ 73 por hora. Com isso, reduzirá salários e benefícios da próxima geração de trabalhadores da indústria automobilística. Tem validade de quatro anos, prevê três abonos, mas nenhum reajuste salarial, ou seja, é o fim do reajuste salarial.

Junto com isso o sindicato e a empresa oferecerão acordos de demissão e aposentadorias precoces para tirar os atuais trabalhadores de seus empregos, para serem substituídos por uma força de trabalho muito mais barata.

O *Wall Street Journal* assim descreveu o acordo: “Durante grande parte do último meio século, as três grandes fabricantes de automóveis de Detroit colaboraram com o UAW para criar uma aristocracia de trabalhadores industriais, cujos salários e benefícios tornaram-se o parâmetro da classe média americana. Se a proposta de acordo anunciada ontem for ratificada pelos associados do sindicato — e for feita também na Ford Motor Co. e na Chrysler LLC — essa época da história industrial americana pode ter chegado ao fim.”

³¹ Idem, Ibisem.



Para assinar este acordo a UAW foi beneficiada em administrar um fundo de investimento de até US\$ 70 bilhões.

Os trabalhadores da GM são um pólo de resistência

Não é que somente os metalúrgicos da GM de São José dos Campos estão lutando contra as propostas de reestruturação produtiva e redução de direitos feitas pela direção da empresa. A excepcionalidade é que nesta luta os trabalhadores têm a seu lado a direção do sindicato, como um elemento organizador deste enfrentamento.

A direção da empresa quer aplicar nesta unidade os mesmos planos que as outras montadoras empregaram em suas plantas em todo o mundo: redução de direitos e salários. E este argumento é constantemente utilizado: “Somente aqui não reestruturamos e flexibilizamos, se continuarmos assim seremos menos competitivos.”

Por isso, ao rejeitar essas propostas, os trabalhadores conseguiram uma vitória praticamente inédita, e com isso passaram a ser uma referência mundial. Mas essa vitória está ameaçada pela nova ofensiva da empresa.

Os patrões da região formaram a *Frente em Defesa do Emprego* (que engloba empresários, câmara municipal, prefeitura e igreja, e conta com o apoio dos sindicatos da CUT e da Força Sindical), que ataca o Sindicato em todos os meios de comunicação afirmando que este é “contra a geração de empregos na região”. Conseguiram uma vitória importante aprovando o Banco de Horas e a reestruturação produtiva na Ford de Taubaté (outra cidade industrial na mesma região) em condições muito piores que a GM, em acordo com o Sindicato desta fábrica.

A direção da GM anuncia que rerepresentará a proposta e afirma que se desta vez ela não for aprovada dentro de 4 anos a fábrica poderá ser fechada. Suspendeu dois diretores do sindicato por 10 dias: Vivaldo Moreira Araújo e Eliane dos Santos, sob a alegação de que pararam as linhas de montagem para os trabalhadores realizarem assembleias.

Não adianta fazer concessões

Alguns trabalhadores e muita gente da população afirma que o sindicato é “radical” e que talvez fosse possível fazer alguma concessão para a GM manter seus investimentos em São José. O problema é que não adianta fazer concessões, porque eles sempre querem mais e mais. As grandes multinacionais são gananciosas.

Nas fábricas do ABC paulista aconteceu a mesma coisa, os Sindicatos dos metalúrgicos de lá (da CUT e da Força Sindical) aceitaram as Câmaras Setoriais, o Banco de Horas e o rebaixamento de salários há alguns anos, e agora: desemprego e redução de jornada com redução de salários.

O Sindicato quer os empregos em São José dos Campos, apesar de saber que os trabalhadores das outras cidades também necessitam deles e que a empresa usa desta política para dividir a classe e acabar com a solidariedade operária, mas o sindicato quer empregos sem o aumento da exploração e sem o corte de direitos.

Para gerar empregos: redução da jornada sem redução de salários

Os trabalhadores da GM não estão somente contra a retirada de direitos e o Banco de Horas em sua fábrica; eles querem a Redução da Jornada sem Redução de Salário em todo o país.

Essa proposta é fundamental para combater a política dos patrões, que neste momento de aquecimento econômico colocam os trabalhadores para trabalhar em um ritmo acelerado, que está levando os trabalhadores a uma estafa impressionante e em jornadas que vão de domingo a domingo. Com a diminuição da jornada outros poderão trabalhar, tendo acesso ao trabalho formal e uma remuneração melhor.

Além disso, quando chegar a crise, as demissões virão em massa, e será fundamental que a classe se conscientize de que a melhor maneira de combater o desemprego será a redução da jornada. Não se combate o desemprego apenas abrindo novas frentes de trabalho. É indispensável diminuir a jornada de trabalho. “Trabalhar menos para que todos trabalhem”.

“O trabalho disponível deve ser repartido entre todos os operários existentes, e essa repartição deve determinar a duração da semana de trabalho. O salário médio de cada operário continua o mesmo da antiga semana de trabalho. O salário, com um mínimo estritamente assegurado, segue o movimento dos preços. Nenhum outro programa pode ser aceito para o atual período de catástrofes.”³²

Mesmo a Redução da Jornada sem Redução de Salários é somente uma proposta de transição dentro do regime capitalista que vivemos, porque para acabar com o desemprego de uma vez por todas é necessário um governo socialista dos trabalhadores, que caminhe para a construção de uma sociedade socialista. Mas isso a mobilização de todos pode conseguir.

Próximos passos

É preciso denunciar que a direção da GM fala em democracia, mas trabalha de maneira ditatorial. A maior prova disso foi a punição dos dois diretores que chamaram os trabalhadores para a assembléia. Por isso estamos realizando uma campanha nacional e internacional CONTRA AS PUNIÇÕES DE VIVALDO E ELIANE.

Reforçar as panfletagens dos materiais da GM principalmente nas fábricas metalúrgicas e em particular as grandes montadoras do ABC, Campinas, São Caetano, Gravataí, Paraná, Taubaté e Volta Redonda.

Junto com a CONLUTAS e demais entidades sindicais realizar um “Encontro Nacional dos Trabalhadores em Luta Contra A Redução de Direitos Pela Redução da Jornada sem Redução de Salários”.

Realizar uma ampla campanha sobre a população com a produção de cartas aos operários, à sua família e à população; campanha de mídia com propaganda em outdoors, rádio e televisão além da produção de camisetas e adesivos.

Fomentar uma campanha internacional de solidariedade aos trabalhadores da GM. Hoje temos dirigentes sindicais que foram para o Equador, para a

³² Trotsky. O Programa de Transição.

Venezuela e Estados Unidos, e em maio uma delegação dos trabalhadores da GM vai a Rosário, Argentina, e em julho metalúrgicos alemães e belgas virão a São José dos Campos.

Por outro lado, é preciso lutar contra o banco de horas, o sistema de compensação de horas extras implantado nas fábricas pela patronal com o apoio da burocracia sindical da CUT e da Força Sindical. O sistema estabelece que um trabalhador pode trabalhar depois de sua jornada de trabalho sem receber hora extra. Por exemplo, um trabalhador que tinha uma jornada de trabalho de oito horas e trabalhava dez, ganhava duas horas extras. Hoje ele não recebe mais essas duas horas; elas ficam acumuladas no banco de horas. Quando a empresa estiver com pouca produção, ela pode mandar o trabalhador para casa e descontar dele as horas que estão nesse banco. Isso possibilita à empresa adequar a jornada de trabalho dos empregados às suas necessidades de produção e demanda de serviços. Detalhe: os trabalhadores não podem “sacar” as horas que estão acumuladas no banco se tiverem algum problema na família, como doença e morte de um parente. Só a empresa pode movimentar essa “conta”. Por outro lado, o banco de horas suprime o direito do trabalhador metalúrgico a receber um acréscimo de 50% nas horas extras, porque nesse sistema as horas extras trabalhadas têm o mesmo valor de uma hora normal.

Com isso, o empresariado vem extraindo lucros ainda maiores, às custas de uma superexploração da classe trabalhadora. Fazer frente a essa situação é algo urgente para os trabalhadores, e a luta da GM é uma demonstração importante de que a classe está disposta a lutar ■

A degeneração da III Internacional e a fundação da IV

A fundação da IV Internacional foi precedida de uma série de polêmicas: se era oportuno construir uma nova Internacional em meio à derrota, ou se havia preparação suficiente para fazê-lo. Hoje, 70 anos depois de sua fundação, somam-se a esses questionamentos novos problemas, que surgiram após a queda do Muro de Berlim, em particular o combate à necessidade de um Partido Mundial democraticamente centralizado. Inclusive setores que reivindicam o trotskismo afirmam que o grande erro de Trotsky foi ter fundado a Quarta Internacional.

Em contraposição, a realidade confirma cada vez mais o programa da IV que, segundo Trotsky, sintetiza-se em três palavras: *Ditadura do Proletariado*, apoiada na defesa intransigente da democracia operária, em todos os níveis, enquanto impulsiona a luta contra o capitalismo, o imperialismo e as burocracias em todo o mundo. Mas a Quarta Internacional, como organização, hoje não existe.

Trotsky, num chamado pela IV Internacional de março de 1934, escreveu o seguinte:

“A classe operária ascende por si mesma entalhando uma rocha de granito. Às vezes escorrega alguns passos; às vezes o inimigo dinamita as escadas que foram cortadas; às vezes caem porque foram feitas de um material pobre. Depois de cada queda devemos nos levantar; depois de cada escorregão devemos subir de novo; cada degrau destruído deve ser substituído por dois novos.”

Quando a realidade nos exige, e volta a nos apresentar novas oportunidades para avançar na reconstrução desses degraus, é útil ver como os revolucionários que nos precederam atuaram nesta longa marcha da construção da direção revolucionária mundial.

A construção da organização revolucionária mundial passou por várias fases, correspondentes às diferentes fases do capitalismo e aos diferentes graus de organização da classe operária. Assim, a Primeira Internacional tem a ver com os inícios da organização do movimento operário como classe. Trotsky definiu esse período como de *antecipação*. “O Manifesto Comunista foi a antecipação teórica do movimento operário moderno. A Primeira Internacional foi a antecipação prática das associações operárias mundiais. A Comuna de Paris foi a antecipação revolucionária da ditadura do proletariado”.

ALICIA SAGRA

Tradução:
Marcos
Margarido

Alicia Sagra é membro da direção da Frente Operária Socialista - Argentina



Depois veio a *Segunda*, que dirigiu a construção dos grandes partidos e sindicatos, e cumpriu um grande papel na educação do movimento operário, mas que morreu como Internacional revolucionária ao apoiar seus próprios imperialismos durante a I Guerra Mundial.

Das ruínas da II Internacional surgiu um pequeno grupo de dirigentes, entre os quais estavam Lenin, Trotsky, Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, que continuaram lutando pelos princípios marxistas pisoteados pela Segunda: a independência de classe, o internacionalismo proletário e a construção do partido revolucionário mundial.

Esta luta teve um resultado vitorioso. Em janeiro de 1919, no marco da vitória da Revolução Russa, em meio à Guerra Civil e com uma política consciente do Partido Bolchevique, a *Terceira Internacional* é fundada. Foi caracterizada por Lenin como “a Internacional da ação”, porque assumia a tarefa de pôr em prática a primeira grande contribuição de Marx à teoria política: a luta da classe operária pela implantação da ditadura do proletariado.

A maior conquista do proletariado mundial

A III Internacional foi, ao lado do Partido Bolchevique, a maior conquista do movimento operário. Ela não foi uma frente única como a Primeira, nem uma federação de partidos socialistas como a Segunda. Com a Terceira deu-se um salto qualitativo. Foi o primeiro Partido Revolucionário Mundial. Um partido que respondia à época imperialista de luta pelo poder, da Revolução Socialista, por isso não só tinha posições programáticas que correspondiam a essa tarefa, mas também o regime de funcionamento necessário para isso: o centralismo democrático.

No calor da vitória da Revolução de Outubro, partidos que rompiam com a social-democracia em todo o mundo integravam-se às fileiras da III Internacional, a Internacional Comunista.

Em quatro anos foram realizados quatro congressos. Em suas resoluções eram feitas análises e oferecidas respostas principistas sobre a democracia burguesa, o parlamentarismo, o trabalho nos sindicatos, a frente única operária, a organização operária, a questão racial, o trabalho da mulher, o governo operário, etc. Assim, as bases essenciais para um programa revolucionário mundial foram construídas nesses difíceis quatro anos. Faltava sistematizá-lo. O terceiro congresso (1922) aprovou essa tarefa, que não pôde ser cumprida, já que pouco tempo depois começaria o processo que culminou com a degeneração do Estado russo, do partido bolchevique e da Terceira Internacional.

A última batalha de Lenin

Lenin identificava as “deformações burocráticas” do Estado desde 1920. Quando o Partido Bolchevique tomou o poder, herdou o atraso e a barbárie de séculos. A destruição produzida pela Primeira Guerra Mundial e depois pela Guerra Civil baixou ainda mais o nível cultural geral do país. A terrível situação econômica levou a uma luta desmoralizadora pelas condições básicas de sobrevivência, que teve grande incidência no processo de burocratização.

Em dezembro de 1922, Lenin escreveu a Trotsky propondo-lhe formar, para o XII Congresso do partido, “um bloco contra a burocracia em geral e contra a Secretaria de Organização em particular”.¹

Em 4 de janeiro de 1923, escreveu um posfácio à sua carta sobre a direção, que é conhecida como seu testamento político: “O camarada Stalin, convertido em secretário geral, concentrou em suas mãos um poder ilimitado, e não estou seguro de que saiba utilizá-lo sempre com prudência suficiente”. Propunha que o partido “refletisse sobre o modo de remover Stalin” de seu cargo de secretário geral.

Em 5 de março Lenin escreveu a Trotsky pedindo que defendesse aqueles que discordavam de Stalin no Partido Comunista da Geórgia. Escreveu a Stalin no mesmo dia, ameaçando o rompimento de todas as relações com ele.

Mas a batalha que Lenin preparava para o XII Congresso do Partido Comunista russo não pôde ser dada. Em 9 de março ele sofreu um novo ataque que o manteve totalmente paralisado até sua morte, ocorrida em 24 de janeiro de 1924.

O Congresso foi adiado para abril. Stalin, assustado pelo ambiente criado, aceitou reescrever seu informe sobre as nacionalidades e votar pelo documento de Trotsky sobre economia. O afastamento de Lenin da atividade política adiou o enfrentamento, mas seis meses depois foi reiniciado com toda a força.

A O posição de 1923

No final de 1922, Stalin formou um bloco com Kamenev e Zinoviev no Politburo² do Partido Bolchevique. Zinoviev dirigia a organização do partido em Petrogrado e Kamenev em Moscou, as principais cidades russas. Além disso, Zinoviev era presidente da Internacional Comunista. Este bloco, conhecido como a Troika, tinha a maioria do Comitê Central e não era baseado num acordo programático, mas no apoio mútuo para se manterem como os principais dirigentes do partido.

Em 1921, o Partido Bolchevique aprova a aplicação da Nova Política Econômica (NEP), proposta por Trotsky há um ano. Depois de duvidar, pelos riscos que implicava, Lenin finalmente a defende, como um mecanismo para reanimar a economia soviética, destruída pelos anos da Guerra Civil. A idéia básica era possibilitar uma restauração limitada do livre mercado, com a manutenção do controle dos “centros decisivos” da economia pelo Estado soviético, para estabelecer um vínculo entre as cidades e a economia camponesa. Em 1923, com a aplicação da NEP, a agricultura e a indústria leve haviam avançado consideravelmente, mas não a indústria pesada. Era necessário um plano econômico coerente que desenvolvesse sistematicamente a indústria pesada e com ela a indústria nacionalizada e planejada, em detrimento do setor camponês anárquico e atrasado. Mas a Troika, que não tinha nenhum programa, cedia às pressões da economia, onde os camponeses ricos (kulaks) representavam o maior setor.

Lenin estava totalmente convencido da necessidade de desenvolver a indústria. Em novembro de 1922, escreve:

“A salvação da Rússia não reside apenas numa boa colheita – isso não é suficiente – tampouco depende unicamente das boas condições da indústria

¹ Lenin, *Últimos Escritos & Diário das Secretárias*, Aldeia Global Editora, 1979.

² Politburo: abreviatura de Birô Político (NT).

leve que fornece os artigos de consumo aos camponeses – isso tampouco é suficiente – também necessitamos da indústria pesada... (e isso) exige fundos do Estado, e se não somos capazes de provê-los, estamos destinados a perecer como Estado civilizado, para não falar de Estado socialista”.³

Lenin era também um grande defensor do monopólio estatal do comércio exterior, para impedir que os camponeses ricos e os novos setores exploradores estabelecessem relações diretas com o capital internacional. Mas Stalin e Bukharin⁴ tentavam enfraquecer este monopólio, capitulando às pressões dos kulaks.

Em outubro de 1922, um Comitê Central, do qual Lenin não participa, votou uma medida que conduzia à destruição do monopólio estatal do comércio exterior. Em 15 de dezembro Lenin escreveu a Stalin: “Inclusive entrei em inteiro acordo com Trotsky para a defesa de minhas opiniões acerca do monopólio estatal do comércio exterior... Estou convencido de que Trotsky sustentará minhas opiniões de modo não pior do que eu...”.⁵

Em 18 de dezembro o Comitê Central retratou-se. Mas a Troika se negou a mudar suas políticas básicas. Negou-se a cobrar impostos dos camponeses ricos para conseguir os fundos necessários para o desenvolvimento da indústria pesada. Como consequência dessa política, em 1923 o desemprego foi duplicado em relação ao ano anterior, os salários eram pagos irregularmente e, em alguns casos, reduzidos. Uma série de grandes greves ocorreu entre agosto e setembro, em resposta a essas políticas. Esse descontentamento com a política oficial também se expressou na aparição de diferentes grupos dentro do partido. Ao mesmo tempo, a Troika era incapaz de aplacar o descontentamento dos camponeses. O atraso da indústria encarecia os produtos industrializados utilizados pelo campo.

Em 8 de outubro de 1923, Trotsky enviou uma carta ao Comitê Central, atribuindo o surgimento de grupos no partido a dois fatores: “a) o regime partidário radicalmente incorreto e doente e b) a insatisfação dos operários e camponeses pela grave situação econômica causada, não só pelas dificuldades objetivas, mas pelos erros flagrantes e radicais na política econômica.”⁶ Na mesma carta, Trotsky exigia que o “burocratismo secretarial” fosse substituído pela democracia partidária na medida necessária para evitar que o partido fosse ameaçado pela “ossificação e degeneração”. Trotsky explicava que durante um ano e meio vinha dando essa batalha no Comitê Central e que agora, em vista da crise produzida pelas políticas aplicadas, considerava-se livre para levá-la fora do organismo.

Em 15 de outubro, 46 líderes do partido enviaram um Manifesto ao Comitê Central. Faziam uma forte crítica à política econômica e denunciavam que o partido era manipulado por uma camarilha burocrática que estava separando o partido das massas.

A Troika viu-se forçada a abrir a discussão e anunciou que as páginas do Pravda seriam abertas para a publicação das diferentes posições em 7 de novembro.

Pouco depois, as organizações do partido no Exército, o Comitê Central da Juventude Comunista e a maioria das células da juventude declararam seu apoio aos “quarenta e seis”.

A reação da Troika não se fez esperar. Antonov Ovseenko, um dos “quarenta e seis”, chefe da tomada do Palácio de Inverno em outubro de 1917, herói da

³ Lenin, *Obras Completas*, Tomo XXXII.

⁴ Dirigente da ala direita do partido.

⁵ Lênin; *Últimos Escritos e Diário das Secretárias*, Aldeia Global Editora, 1979.

⁶ E. H. Carr, *El interregno*.

Guerra Civil na Ucrânia e chefe dos comissários políticos do Exército Vermelho, foi destituído de seu cargo. O Comitê Central da Juventude Comunista foi desagrégado e substituído por pessoas dispostas a apoiar a linha da Troika.

Ao mesmo tempo, tentando neutralizar algumas críticas, publicou uma resolução do Politburo em 7 de dezembro, onde condenava-se: “A aguda diferenciação da situação material dos membros do partido”, “uma estreiteza da visão oficial”, “a burocratização que estava sendo observada nos postos do partido” e fazia um chamado à “real e sistemática aplicação da democracia operária”.

A Oposição de Esquerda

Em 11 de dezembro uma carta aberta de Trotsky a todo o partido é publicada no Pravda. Nela, chamava todos seus membros a assumir as promessas contidas na resolução do Politburo de 7 de dezembro.

Com o apoio público de Trotsky (até esse momento só havia dado a batalha no interior do Comitê Central) a luta no partido adquiriu um caráter mais intenso. Trotsky era o único dirigente com autoridade e popularidade próximas às de Lenin. Era conhecido como um dos grandes oradores de sua época, como um dos líderes da revolução junto a Lenin e artífice da vitória da Guerra Civil. Além disso, grandes dirigentes estavam de seu lado, como Preobrazhenski, Rakovski, Muralov, Sosnovski, Piatakov.⁷

Como disse o trotskista norte-americano Dave Frankel: “Se o fator principal da disputa fosse a habilidade política e os êxitos alcançados pelas pessoas que compunham as duas frações, os opositoristas teriam vencido facilmente”.⁸ Mas a disputa foi definida pelo peso do aparato. A Troika enviava seus representantes de uma fábrica a outra em automóveis oficiais. Os opositores eram ameaçados com a perda de trabalho ou com a remoção a regiões longínquas. Os nomes dos oradores com inclinações opositoristas eram anotados nas reuniões do partido e seu passado era investigado com o objetivo de encontrar algo que pudesse ser utilizado como chantagem.

À medida que a eleição dos delegados ao XIII Congresso avançava, onde seria definida a discussão, o peso do aparato se fazia sentir ainda mais, sobretudo nas regiões afastadas de Moscou. Nas conferências distritais do partido em Moscou, a oposição obteve 36% dos delegados, mas em nível nacional foi diferente. O XIII Congresso, realizado em janeiro de 1924, reconheceu apenas três delegados (em 218) da Oposição. Essa prova de força da Troika foi contundente, e a Oposição viu-se obrigada a renunciar a suas atividades. O regime do partido instaurado no XIII Congresso foi resumido por S.I. Gusiev, um novo membro da Comissão Central de Controle: “A autoridade é obtida não apenas pelo trabalho, mas pelo medo. E agora a Comissão Central de Controle e a Inspeção de Operários e Camponeses tiveram êxito em impor o medo. Neste aspecto, sua autoridade está crescendo”.

A derrota da revolução alemã

Apesar do resultado do XIII Congresso, Trotsky não abandona a batalha no partido e aposta que um triunfo da revolução permitiria corrigir a política e

⁷ Eugeni Preobrazhenski: o principal economista bolchevique, ingressou em 1903, dirigiu a luta clandestina nos Urais e permaneceu neste local dirigindo os bolcheviques durante a revolução e a primeira parte da Guerra Civil. Christian Rakovski: encabeçou o primeiro governo soviético na Ucrânia, depois de haver dirigido os comunistas na Bessarábia durante a guerra civil. Depois foi embaixador soviético na França e na Inglaterra. Nikolai Muralov: uniu-se aos bolcheviques em 1903, dirigiu os Guardas Vermelhos no assalto ao Kremlin em outubro de 1917. Comandante do distrito militar de Moscou na Guerra Civil. Membro da Comissão Central de Controle do partido. Lev Sosnovski: um dos mais destacados jornalistas bolcheviques e chefe do departamento de agitação e propaganda. Sobre Yuri Piatakov, Lenin disse, em seu testamento político, que ele era um dos mais destacados líderes da jovem geração.

⁸ Dave Frankel, *Historia de la Oposición de Izquierda*.

recuperar um regime doente. Em 1923 há um ressurgimento da revolução alemã. A crise econômica provoca uma extraordinária resposta das massas e uma greve dirigida pelo Partido Comunista causa a queda do governo e o surgimento de um novo, onde participam os social-democratas. O partido social-democrata perde forças na classe operária, enquanto o Partido Comunista, com 300 mil militantes, dirigia greves e crescia nos sindicatos e comissões de fábrica.

Desde junho, Trotsky vinha insistindo perante a Internacional Comunista para que o partido alemão fosse preparado para disputar o poder, e se oferecia para viajar para a Alemanha. A proposta de Trotsky não foi aceita, e Stalin aconselhou que “os alemães se contenham e não ataquem” porque “se o poder na Alemanha, por assim dizer, caísse de podre e os comunistas o recolhessem, tal operação terminaria num fracasso e num colapso”.⁹

Essa posição da Internacional combinou-se com a debilidade da direção alemã, que ordenou a retirada por não poder responder à situação, e, nas palavras de Trotsky, “assim presenciamos na Alemanha uma demonstração clássica de como é possível perder uma situação revolucionária de importância histórica mundial”.

Em setembro de 1924, Stalin dá um salto no abandono do leninismo ao enunciar sua teoria do “socialismo num só país”. Em resumo, a teoria de Stalin dizia que existiam países maduros para o socialismo e outros não, e a URSS era o único que estava maduro. Essa teoria servia para justificar sua política de subordinar os interesses da revolução mundial aos interesses imediatos da burocracia soviética.

A Oposição Conjunta

A aplicação da NEP serviu para reanimar a economia destruída pela guerra civil mas, ao mesmo tempo, foi dando origem a um setor cada vez mais forte de novos exploradores, principalmente no campo. Em 1925, 37% dos camponeses não produziam excedentes e uma parte deles nem sequer conseguia produzir para seu próprio consumo, e tinha que trabalhar parte de seu tempo para os kulaks¹⁰. Estes já eram suficientemente fortes para chantagear as cidades, reter a colheita e causar uma elevação enorme dos preços. As culturas dos camponeses pobres não conseguiam alimentar as grandes cidades. Apenas uma produção em larga escala poderia fornecer excedentes suficientes para alimentar as cidades e exportar. A questão era quem iria desenvolver essa produção: os camponeses pobres trabalhando coletivamente ou os kulaks a partir da exploração dos mais fracos? A política de concessões aos kulaks, que era atacada pela Oposição de Esquerda, levava à segunda variante.

Zinoviev e Kamenev começaram a se diferenciar dessa política e inclinavam-se cada vez mais para o lado dos trabalhadores das cidades e dos camponeses pobres. Aproximavam-se das posições da Oposição de Esquerda, que haviam ajudado a derrotar. Em outubro de 1925, Zinoviev dizia que o maior perigo enfrentado pelo partido era “obstruir a luta de classes no campo e subestimar o perigo dos kulaks”.

Na polêmica sobre o campo, Bukharin representava a ala direita do partido e defendia uma política pró-kulak. Stalin, porta-voz da burocracia que ele havia

⁹ E. H. Carr; *El Interregno*, citação de carta de Stalin a Zinoviev e Bukharin.

¹⁰ Camponeses ricos, que exploravam trabalho assalariado.

ajudado a construir no aparato do partido, uniu-se naquele momento a Bukharin contra a esquerda.

O outro elemento que interferiu na mudança de posição de Zinoviev e Kamenev foi a nova teoria do *socialismo num só país*. Eles eram produto de décadas de atividade revolucionária, a maior parte delas vividas no exílio na Europa. Estavam dispostos a formar um bloco com Stalin para impedir que Trotsky assumisse a direção do partido, mas resistiam à renúncia da perspectiva da revolução internacional.

Por iniciativa de Nadezda Krupskaja, viúva de Lenin, Zinoviev e Kamenev formaram um bloco para enfrentar Stalin no XIV Congresso do Partido Bolchevique, mas foram derrotados. No final de janeiro de 1926, os dois foram afastados de seus cargos no partido e no Estado, abrindo uma possibilidade de aproximação com a Oposição de Esquerda. É assim que a Oposição Conjunta surge em junho de 1926.

Em *Minha Vida* Trotsky descreve assim a primeira reunião:

A primeira vez que voltamos a nos encontrar, Kamenev apressou-se a me dizer: “Basta você apresentar-se em público na mesma tribuna que Zinoviev e o partido reconhecerá imediatamente qual é seu verdadeiro Comitê Central”. Aquele otimismo burocrático não pôde menos que me fazer rir. Pelo visto, Kamenev não dava importância a todo o trabalho de desmoralização do partido que a Troika (Stalin, Kamenev e Zinoviev) vinha realizando no espaço de três anos.

O partido havia mudado muito. De 472 mil membros no início de 1924, havia passado a 1,078 milhão em 1926. Todos esses novos membros foram educados na campanha contra o “trotskismo”. Em 1926, a maioria do partido era formada por elementos dispostos a votar de acordo com as ordens do aparato.

Em julho de 1926, a Oposição Conjunta apresentou seu programa ao Comitê Central. Enfatizava a necessidade de uma industrialização planejada, e nesse contexto defendia a melhoria da situação dos operários e dos camponeses pobres. Pedia aumento de salários, mais créditos para formar fazendas coletivas e a organização dos camponeses pobres em oposição aos kulaks. Levantava bandeiras em defesa dos setores particularmente oprimidos, como as nacionalidades não russas e as mulheres. Finalmente, defendia a democratização do partido e dos soviets. Denunciava as conseqüências da teoria do socialismo num só país na arena internacional e seus efeitos desorientadores nos partidos da Internacional Comunista.

O Comitê Central rejeitou as propostas da Oposição Conjunta e declarou suas reuniões ilegais. Apesar disso, a Oposição chegou a ter oito mil membros, número similar aos militantes do setor Stalin-Bukharin. Mas a grande massa do partido estava afastada da discussão.

Em outubro de 1926, o Comitê Central expulsou Trotsky do Politburo, privou Kamenev de sua condição de militante, e Bukharin substituiu Zinoviev na presidência da III Internacional. A derrota da Oposição no interior da URSS era evidente, mas Trotsky voltou a apostar na revolução mundial.

A revolução chinesa: Stalin conduz à derrota

A revolução chinesa explode em 30 de maio com uma greve geral que se estende por todo país. O Partido Comunista chinês foi formado em 1920. Tinha mil membros em 1925, depois de maio passou a quatro mil, além de nove mil organizados na Juventude. Mas o partido estava de mãos atadas a uma política incorreta. Havia sido impelido pela Internacional, contra a opinião da direção chinesa, a entrar no Kuomintang.¹¹

Trotsky, que fazia parte de Comissão Especial sobre a China, insistia no rompimento com o Kuomintang e na convocação dos trabalhadores para construir soviets. Mas nem a direção do PCUS nem a Internacional aceitaram mudar a política.

Em janeiro de 1927, os soldados de Chiang Kai Shek¹² ocupam as organizações camponesas e os sindicatos e matam seus dirigentes. Em 12 de abril, todas as sedes comunistas, sindicatos e jornais foram ocupados pelo exército do Kuomintang e seus defensores foram massacrados. Como resposta, o PC chinês organizou uma greve de 100 mil trabalhadores. Uma mobilização de operários desarmados foi crivada de balas pelo exército de Chiang no dia seguinte.

A Internacional Comunista fez apenas uma modificação tática: aliar-se à ala esquerda do Kuomintang. Trotsky insistia na necessidade de romper com todos os setores desse partido. Em 15 de julho de 1927, a “esquerda” do Kuomintang expulsou o PC chinês.

Somente após isso a Internacional mudou sua política. Definiu que a esquerda do Kuomintang havia deixado de conduzir uma guerra revolucionária, e que esta havia sido convertida numa guerra contra-revolucionária. E chamou o PC chinês a atuar de forma independente, organizar soviets e dirigir a insurreição. Já era tarde. Essa política desesperada de Stalin, que queria apresentar uma vitória no XV Congresso do PCUS a qualquer custo, só conseguiu aprofundar a derrota. O PC chinês embarcou numa série de ações aventureiras, terminadas na sangrenta insurreição de Cantão entre 11 e 13 de dezembro de 1927, custando a vida de quase seis mil de seus mais fiéis e abnegados militantes.

Expulsão e exílio

Trotsky, prevendo um grande desastre, exigia que a questão chinesa fosse discutida em todo PCUS. Como Stalin negou-se a fazer isso, apelou ao Comitê Executivo da Internacional. Stalin respondeu redobrando o ataque contra a Oposição, destituindo ou transferindo seus dirigentes. O ponto culminante ocorreu em 7 de novembro de 1927, na celebração do décimo aniversário da revolução. A Oposição participou com faixas com suas próprias palavras de ordem: “Luta contra o kulak e o burocratismo”, “Acelerar a industrialização”, “que se cumpra o testamento de Lenin”, “Contra a divisão do partido, conservemos a unidade bolchevique”. A coluna da Oposição foi atacada por grupos armados, e Trotsky e Zinoviev, junto a centenas de membros da oposição, foram expulsos do partido em 14 de novembro, acusados de organizar uma mobilização contra-revolucionária.

¹¹ *Partido Nacional do Povo*, nacionalista burguês, que aspirava terminar com a dominação imperialista e unificar a China sob um regime capitalista estável.

¹² Principal dirigente do Kuomintang.

Perante a expulsão, a Oposição Conjunta divide-se. Zinoviev, Kamenev e seus seguidores capitulam. Não só aceitam as decisões, mas também denunciam suas próprias posições como sendo “equivocadas e antileninistas”. Os seguidores de Trotsky continuaram a luta. Em 12 de janeiro de 1928, Trotsky é informado de que seria exilado no Turquestão, sob o artigo 58¹³. Em 18 de janeiro, foi expulso e saiu de Moscou acompanhado de sua esposa e seu filho Leon Sedov. Passou um ano exilado em Alma Ata.

Depois da expulsão de Trotsky, a Oposição de Esquerda continuou a luta e apostando na regeneração do partido. Com a derrota da revolução européia, a URSS permaneceria isolada e a direção stalinista comprometeria seriamente possíveis vitórias futuras, mas o pêndulo da história voltaria para o lado revolucionário, cedo ou tarde. Até que chegasse o momento, era necessário

salvaguardar as tradições revolucionárias, manter o contato com os elementos avançados dentro do partido, analisar o desenvolvimento do período termidoriano e preparar-se para o próximo levante revolucionário tanto na URSS quanto em escala mundial.¹⁴

O desterro de Trotsky é seguido pelo de outros dirigentes (Preobrazhensky, Rakovsky, Smilga, Serebriakov, Spronov). Mil e quinhentos “trotskistas” são expulsos do partido e milhares de opositoristas enviados rapidamente à Sibéria.

Giro à “esquerda” de Stalin

A crise econômica na URSS tomou a forma de uma escassez artificial de grãos no inverno de 1928. A colheita de 1926-27 foi muito boa e havia enriquecido os camponeses. No entanto, a rejeição de Stalin ao incentivo e planificação da industrialização havia produzido uma grande escassez de produtos industrializados. Os camponeses preferiram armazenar seus grãos ao invés de entregá-los ao governo soviético na colheita seguinte. Isso provocou uma grande fome.

Após a expulsão da Oposição de Esquerda no Congresso de 1927, os partidários de Stalin começaram a atacar Bukharin, que já era presidente da III Internacional, acusando-o de ter uma política internacional direitista. No décimo primeiro aniversário da Revolução Russa, em novembro de 1928, as faixas oficiais diziam: “O perigo está na direita”, “Luta contra o kulak”, “Acelerar a industrialização”. As mesmas palavras de ordem que há um ano serviram para acusar a Oposição de Esquerda de contra-revolucionária.

Em janeiro de 1929, Trotsky foi deportado do território da URSS. Em abril, os dirigentes da Oposição de Direita foram condenados pelo Comitê Central e desacreditados publicamente. Em julho, Bukharin foi destituído de seu cargo de presidente da Internacional e em novembro foi expulso do Politburo. Todos os dirigentes da Oposição de Direita capitularam e aceitaram todas as acusações feitas a eles.

Depois de anos fazendo concessões aos camponeses ricos, Stalin anunciou a coletivização forçada e “a destruição dos kulaks como classe”. A coletivização

¹³ Seção do código criminal que tratava da atividade de contra-revolucionária.

¹⁴ Trotsky; *Stalin, el gran organizador de derrotas.*

foi bem recebida entre os cinco a oito milhões de camponeses mais pobres. Obviamente, não passou o mesmo com os kulaks, nem tampouco com os camponeses médios, que não haviam sido preparados para essa mudança.

O exército ia às aldeias camponesas e afirmava que quem estivesse contra a coletivização estava a favor dos kulaks e contra o Estado soviético. As famílias contrárias à coletivização eram expulsas de suas terras e levadas a lugares desabitados da Sibéria, onde eram deixados sem abastecimento. Entre 1932 e 1933 ocorreu uma verdadeira fome nas aldeias camponesas. A coletivização forçada degenerou numa Guerra Civil no campo e calcula-se que o número de pessoas mortas superou os seis milhões.

O mesmo aventureirismo foi aplicado na indústria. Em 1929, Stalin assumiu parte do programa da Oposição de Esquerda, anunciou que a “chave da reconstrução da agricultura está no ritmo acelerado de desenvolvimento industrial”. No meio do ano, os fundos destinados aos investimentos na indústria foram quadruplicados. Depois dos primeiros êxitos que comprovaram as possibilidades de crescimento industrial, políticas delirantes começaram a ser aplicadas. O plano quinquenal deveria ser cumprido em quatro anos.

Toda essa expansão industrial foi paga pelo movimento operário soviético. Em 1932, o salário era a metade daquele de 1928. As condições de trabalho pioraram e o chicote burocrático começou a se fazer sentir. Voltou-se a implantar o sistema de trabalho por tarefa. Um dia de ausência do trabalho era motivo para demissão. Em agosto de 1932 aprovou-se a pena de morte para quem roubasse a propriedade “socialista”. Instauraram-se os passaportes internos. Impuseram-se os incentivos materiais, resultando em grandes diferenças de salários e privilégios para operários-modelo. Essa diferenciação entre os trabalhadores serviu para esconder os privilégios cada vez maiores da burocracia. A norma leninista de que os funcionários do partido não recebessem salários maiores que o salário médio dos operários foi descartada. As péssimas condições de trabalho causaram uma redução aguda da produtividade e da qualidade do trabalho. Em 1931, a qualidade do trabalho baixou 11,7 %.

A resposta de Trotsky aos capituladores

Este giro à “esquerda” confundiu grande parte dos opositores desterrados em lugares remotos da URSS ou fora do país, que argumentavam que Stalin estava aplicando o programa da Oposição de Esquerda. Em julho de 1929, três líderes da Oposição de Esquerda, Preobrazhenski, Radek e Smilga, conduziram outros 400 a repudiar suas posições e a suplicar a readmissão ao partido. Em novembro, outro grupo de centenas de opositores – dirigidos por Smirnov, Mrakovsky e Bieloborodov – também capitulou.

Trotsky calculava que o número de expulsos do partido em agosto de 1929 estava entre 15 e 20 mil e em relação à sua situação dizia:

Entre eles havia não poucos elementos integrados por acaso, jovens e imaturos. Também havia velhos e cansados. Ao serem deportados, os membros da Oposição encontraram-se nas condições mais terríveis e no mais completo

isolamento. Suas famílias achavam-se num estado de miséria total. A separação ideológica, o isolamento político e a opressão material provocaram necessariamente efeitos de decomposição...

E respondia ao argumento dos capituladores:

O problema central não radica nas cifras do plano quinquenal burocrático em si mesmo, mas na questão do partido como arma principal do proletariado. O regime do partido não é algo autônomo: expressa e assegura a linha política do mesmo (...) Neste sentido, o regime do partido é, para um marxista, o controle indispensável da linha política (...)”¹⁵

A luta da Oposição de Esquerda não estava dirigida apenas contra a política econômica de Stalin-Bukharin, mas (e com a mesma intensidade) contra a teoria do “socialismo num só país”, contra o regime burocrático do partido e da Internacional, e contra as desastrosas políticas aplicadas na revolução chinesa. Os capituladores haviam abandonado e renegado esta luta. Ao capitular ao regime de Stalin, abandonavam a luta por uma política e uma direção revolucionárias.

A Oposição de Esquerda Internacional

As numerosas deserções na URSS foram um duro golpe para a Oposição de Esquerda, que começava sua organização em nível internacional. Representantes das oposições da França, Estados Unidos, Alemanha, Bélgica, Espanha, Itália, Tchecoslováquia e Hungria reuniram-se em Paris em 6 de abril de 1930 e resolveram fundar a Oposição de Esquerda Internacional. Trotsky toma um cuidado especial na redação de sua plataforma, já que não aceita que, por “acordos metodológicos” possam ser confundidos com a Oposição de Direita que defende uma política oposta. Os opositores russos, chineses, austríacos, mexicanos, argentinos e gregos, que não puderam participar da reunião, deram seu apoio.

O ultra-esquerdismo do terceiro período. A vitória do nazismo e a morte da Terceira como Internacional revolucionária

A política da III Internacional dirigida por Stalin caracterizou-se pelo oportunismo até 1928. A partir desta data foi iniciada uma política ultra-esquerdista que se manteve durante seis anos, conhecida como o “ultra-esquerdismo do terceiro período”.

A grande inovação deste terceiro período foi a concepção do “social-fascismo”, a partir da qual todo tipo de unidade de ação com as organizações operárias reformistas de massas era rechaçado. Segundo Stalin “a social-democracia e o fascismo não se contradizem, mas se complementam. Não são antípodas, mas gêmeos”. Essa concepção teve uma trágica repercussão na Alemanha.

A Oposição de Esquerda Internacional foi conformada como fração da III Internacional. Trotsky dizia:

¹⁵ Leon Trotsky, *Un documento despreciable*; Escritos, Tomo I (1929-1930), v.1, pág. 273, Editorial Pluma, 1979.

Isso significa que a Oposição de Esquerda não aceita o regime organizativo criado pela burocracia stalinista como algo definitivo. Ao contrário, seu objetivo consiste em arrancar a bandeira do bolchevismo das mãos da burocracia usurpadora e redirecionar a Internacional Comunista segundo os princípios de Marx e Lenin (...) Só uma imensa catástrofe histórica pode provocar a morte da III Internacional.¹⁶

Essa catástrofe aconteceu. Hitler foi designado chanceler da Alemanha em 30 de janeiro de 1933 e em março assumiu poderes ditatoriais. O mais grave, segundo Trotsky, foi que o poderoso proletariado alemão, enganado e desmobilizado pelos dirigentes de seus partidos, foi derrotado sem oferecer resistência.

Desde 1930, quando Hitler iniciou seu avanço até o poder, Trotsky escreveu centenas de artigos para alertar a classe operária alemã sobre o perigo que a ameaçava. Em dezembro de 1931 dizia:

Operários comunistas, vocês são centenas de milhares, são milhões, não podem fugir para nenhum lugar, não há passaportes suficientes. Se o fascismo chegar ao poder, passará como um tanque sobre seus crânios e colunas vertebrais. A salvação depende da luta implacável. A vitória requer a unidade combativa com os operários social-democratas. Tenham pressa, operários comunistas: resta-lhes pouco tempo!

Essa política foi rejeitada. A vitória de Hitler foi possibilitada pela política suicida ultra-esquerdista do Partido Comunista Alemão que, seguindo as orientações de Moscou, negou-se a fazer uma frente única com a social-democracia para enfrentar o nazismo.

A partir de 1933, Trotsky considerou o PCA morto, abandonando sua estratégia de reformá-lo, e chamou a formação de um novo partido revolucionário na Alemanha, em março. Ele explicou essa mudança dizendo: “assim como o doutor nunca abandona o paciente que tem um sopro de vida, tivemos como tarefa a reforma do PCA enquanto existia alguma esperança. Mas seria um erro criminoso ligar-se a um cadáver”.¹⁷

Embora o perigo do fascismo não tenha conseguido despertar o partido alemão, Trotsky ainda confiava na reação da Internacional. Mas a Internacional Comunista anuncia em 7 de abril de 1933 que “a linha política do Comitê Central do PCA, com Thaelmann à frente, foi completamente correta, antes e depois do golpe de estado de Hitler”. Com essa resolução, a III Internacional estava assinando seu atestado de óbito como Internacional revolucionária.

Trotsky defendeu a construção de uma nova Internacional marxista em julho de 1933, enquanto reafirmava a necessidade de defender as conquistas socialistas da propriedade estabelecidas na URSS, independente da burocracia stalinista e completamente oposta a ela, dizendo que apenas assim, com uma nova Internacional de massas, que unisse os destinos da URSS aos da revolução mundial, a grande vitória de 1917 poderia ser mantida. Em outubro do mesmo ano, dez anos depois de haver começado sua luta no interior da URSS, Trotsky chegou à conclusão de que a burocracia stalinista somente poderia ser liquidada com uma nova revolução, a revolução política. As reformas do PCUS e da

¹⁶ Leon Trotsky, *Tareas y Métodos de la Oposición de Izquierda Internacional*; Escritos, Tomo IV (1932-1933), v.1, pág. 69, Editorial Pluma, 1979.

¹⁷ Leon Trotsky; *¿Partido Comunista Alemán o un nuevo partido?*, Escritos, Tomo IV (1932-1933), v.1, pág. 205, Editorial Pluma, 1979.

Internacional Comunista eram impossíveis. A longa luta da Oposição havia sido derrotada. O stalinismo conseguiu destruir as maiores vitórias organizativas dos trabalhadores do mundo: o Partido Bolchevique e a III Internacional. Era necessário começar a reconstruir o destruído.

A fundação da IV Internacional

Trotsky chega à conclusão de que não há tarefa mais importante nem mais urgente que construir a IV Internacional, como única forma de preservar os princípios leninistas e para estar preparado para o próximo ascenso revolucionário que, muito provavelmente, viria depois da Guerra Mundial que se aproximava.

Mas a tarefa não foi fácil. O avanço do stalinismo e do fascismo dificultaram-na num grau extremo. A nefasta teoria da “Frente Popular” de aliança com a burguesia, incentivada desde a URSS, teve que ser combatida. Bem como as posições daqueles que, impressionados pela barbárie stalinista, negavam-se a defender as conquistas da revolução, os “antidefensistas”.

Por outro lado, da mesma forma que durante dez anos Trotsky recebeu as críticas dos que opinavam que a luta pela reforma do PCUS e da Terceira não se justificava, agora a maioria de seus seguidores não estava convencida de que a IV Internacional deveria ser fundada. Os argumentos centrais eram que não havia chegado o momento, que seria construído algo muito fraco, que se estava em pleno retrocesso... Numa grande quantidade de cartas, por várias vezes, Trotsky responde a esses setores céticos. No Programa de Transição volta a fazê-lo:

Os céticos perguntam: mas chegou o momento de criar uma nova Internacional? É impossível, dizem, criar uma Internacional “artificialmente”, “apenas grandes acontecimentos podem fazê-la surgir” (...) A Quarta Internacional já surgiu de grandes acontecimentos: as maiores derrotas do proletariado na história.

A causa dessas derrotas está na degeneração e na traição da antiga direção. A luta de classes não tolera interrupções. A III Internacional, imitando a Segunda, está morta para a revolução. Viva a IV Internacional!”

Mas os céticos não se calam: “Já é o momento de proclamá-la?” A IV Internacional, respondemos, não tem necessidade de ser proclamada. Ela existe e luta. É fraca? Sim, suas fileiras são pouco numerosas, pois ela ainda é jovem. Ela se compõe sobretudo de quadros dirigentes. Mas esses quadros são a garantia do futuro.

Fora desses quadros, não existe neste planeta uma só corrente revolucionária digna desse nome. Se nossa Internacional é ainda fraca numericamente, é forte por sua doutrina, sua tradição, seu programa, pela têmpera incomparável de seus quadros.

Finalmente, em 3 de setembro de 1938, a IV Internacional é fundada em Paris, sob um forte ataque do terror stalinista. Por problemas de segurança, Trotsky não participa da reunião. A Conferência dura um dia e aprova o “Programa de Transição”, um “Manifesto contra a Guerra Imperialista” e



outros documentos. Não pôde votar os estatutos porque Rudolf Klement, o encarregado de prepará-los e de organizar a Conferência, havia sido assassinado pela GPU dez dias antes.

Participaram delegados da URSS, Grã Bretanha, França, Alemanha, Polônia, Itália, Grécia, Holanda, Bélgica e EUA, mais um delegado representando a América Latina (o brasileiro Mário Pedrosa). Começava novamente o difícil trabalho de reconstrução, e em momentos em que a contra-revolução era predominante. Mas não se começava do zero: a tradição e as resoluções dos quatro primeiros congressos da III Internacional foram a base programática, principista e metodológica da IV Internacional ■

O terror stalinista. Alguns números

Há números que falam por si quanto à magnitude da contra-revolução stalinista. Em agosto de 1917, vinte e um bolcheviques foram eleitos membros do Comitê Central. Destes, sete tiveram morte natural¹; dois foram assassinados pelo exército branco²; um foi assassinado por um agente da GPU³; dez foram fuzilados nas prisões stalinistas⁴; e o vigésimo-primeiro, Muranov, desapareceu sem deixar vestígios; supõe-se que tenha sido assassinado em 1938.

Trinta e um bolcheviques fizeram parte do Comitê Central entre 1918 e 1921: oito morreram de causas naturais⁵; dezoito foram assassinados pelo terror stalinista⁶; um foi vítima do terror stalinista, mas sobreviveu⁷; um desapareceu⁸; um manteve-se vivo e foi membro do Comitê Central até 1961.

Em outubro de 1917 foi eleito o primeiro Comitê Político (Polítburo) do Comitê Central, formado por sete membros⁹. Apenas dois morreram naturalmente¹⁰. Os outros cinco foram assassinados pelo terror stalinista.

Os membros soviéticos do primeiro Comitê Executivo da III Internacional foram Lenin, Trotsky, Zinoviev, Bukharin e Radek. Apenas Lenin teve morte natural. Dos 139 membros e candidatos do Comitê Central eleito no XVII Congresso do Partido, 98 foram presos e fuzilados entre 1937 e 1938. Dos 1956 delegados a esse congresso, 1108 foram presos e acusados de atividades contra-revolucionárias.

A “limpeza” feita por Stalin não ficou limitada à Rússia, mas se estendeu à III Internacional. É o que mostra a lista de refugiados desaparecidos na URSS. Alemães: Kupferstein, um dos líderes da Frente Vermelha que matara dois oficiais nazistas num enfrentamento; os escritores Ernest Ottwal e Gunther; os membros do Comitê Central do Partido Comunista alemão, Heinz Neumann, Heckert e Remmele. Poloneses: o deputado Sokhatsi, o membro do Comitê Central Anton Wernwe, o poeta Vandurski, o romancista Bruno Jascinski.

O húngaro Bela Kun, que foi chefe do governo dos soviets da Hungria em 1919 e antitrotskista furioso, morreu torturado na prisão. Os sobreviventes da revolução finlandesa tiveram o mesmo destino. Membros dos comitês centrais dos partidos comunistas búlgaro, iugoslavo, chinês, entre outros, estavam nos campos de concentração, em isolamento. As famílias das vítimas russas ou estrangeiras também eram internadas em campos de concentração em regiões isoladas.

Esses números são uma trágica e contundente demonstração de que o stalinismo, longe de ser uma continuação do leninismo, teve que destruir fisicamente todos aqueles que poderiam refletir a tradição bolchevique para poder impor seu projeto político ■

ALICIA SAGRA

¹ Lenin, Sverdlov, Noguín, Dzerzhinski, Artien, Kollontai e Stalin.

² Uritsky e Shaumian.

³ Trotsky.

⁴ Zinoviev, Kamenev, Rikov, Bukharin, Miliutin, Kretinski, Sokolnikov, Bubnov, Smilga e Berzin.

⁵ Lenin, Dzerzhinski, Sverdlov, Artien, Noguín, Stuchka, Stalin e Kalinin.

⁶ Zinoviev, Kamenev, Yevdokimov, Smirnov, Trotsky, Radek, Serebriakov, Sokolnikov, Rikov, Bukharin, Rakovski, Bieloborodov, Smilga, Krestinski, Rudzutak, Bubnov, Miliutin e Preobrazhenski.

⁷ Stassova.

⁸ Muralov.

⁹ Lenin, Trotsky, Zinoviev, Kamenev, Sokolnikov, Bubnov e Stalin.

¹⁰ Lenin e Stalin.

Os critérios de Trotsky para construir a Quarta Internacional

Existem várias organizações, em âmbito internacional, que defendem a reconstrução da Quarta Internacional. Às vezes essas organizações se aproximam – ou inclusive se fundem – com outras organizações trotskistas ou que se aproximam do programa trotskista. No entanto, na maioria dos casos, essas experiências terminam em rotundo fracasso. Por vezes isso se deve ao surgimento de profundas divergências mas, por outras, deve-se à utilização de métodos equivocados para encarar as aproximações e unificações.

Devido à dispersão do movimento trotskista e à fragilidade de suas organizações é difícil pensar na reconstrução da Quarta Internacional a partir do desenvolvimento de uma única organização. Nesse sentido, as fusões entre organizações trotskistas, e dessas com outras que se aproximam de seu programa, tornam-se inevitáveis.

Quando uma organização revolucionária enfrenta esse tipo de tarefa – aproximações e unificações – é comum que surja todo tipo de dúvida. Com quais organizações é correto iniciar um processo de aproximação que possa confluir em uma fusão? Quando essas organizações são identificadas, o que deve ser priorizado: a atividade em comum ou o debate programático? Que programa apresentar para iniciar a discussão: um programa mínimo ou o programa da revolução? Qual deve ser o peso das discussões de balanço em seu interior?

Retornar a Trotsky

Em relação a Trotsky e à Quarta Internacional, muito se discute sobre se foi ou não correto construir uma nova organização internacional em 1938. Da mesma forma, muito se fala sobre o método que Trotsky usou para elaborar o programa da Quarta, o Programa de Transição. Mas, em relação às correntes trotskistas, pouco se tem estudado – e, muito menos, discutido – sobre os critérios e métodos usados por Trotsky para relacionar-se com outras organizações visando à construção da Quarta Internacional.

Durante quase toda a década de 1930, Trotsky desenvolveu um intenso trabalho de aproximação com vários grupos e partidos. Esse trabalho está repleto de ricas lições que devem ser estudadas por aqueles que pretendem dar passos consistentes em direção à reconstrução da Quarta Internacional.

MARTÍN
HERNÁNDEZ

Tradução:
Roberto Barros

Todas as citações
foram extraídas dos
Escritos de Leon
Trotsky, Editorial
Pluma, Bogotá.

Martín Hernández é
membro da direção da
LIT-QI

Contra a autoproclamação

A partir de reais ou supostas traições de determinados setores do movimento trotskista, após a morte de Trotsky, várias correntes do trotskismo – algumas minúsculas e/ou com dirigentes inexpressivos – se autoproclamaram a “Quarta Internacional”, já reconstruída. Esse tipo de comportamento foi muito negativo para o movimento trotskista, em especial para a sua batalha pela reconstrução da própria Quarta.

A postura autoproclamatória dessas correntes tem pouco a ver com as idéias e a prática que Trotsky utilizou para construir a Quarta Internacional. Quando Trotsky, em 1927, foi deportado da URSS, tanto o Partido Comunista quanto a Terceira Internacional sofriam um rápido processo de burocratização e degeneração. Nesse marco Trotsky, junto a seus camaradas da Oposição de Esquerda, formada a partir de 1923, eram os genuínos representantes da melhor tradição bolchevique. Trotsky em particular – por ter sido, junto a Lenin, o grande dirigente da Revolução de Outubro, do Partido Bolchevique e da Terceira Internacional – encarnava essa representatividade. Ele era a única pessoa no mundo que tinha autoridade para chamar à construção de uma nova Internacional. No entanto, nesse momento estava contra esse chamado porque, para Trotsky, a organização – nesse caso, a Terceira Internacional – era mais importante que sua própria pessoa ou o seu grupo. A esse respeito, ele dizia:

“É muito importante o que está em jogo nessa luta: a Revolução de Outubro e o partido de Lenin, não apenas o partido da URSS, mas também o partido internacional de Lenin. **A luta entre o leninismo e o stalinismo não está resolvida.** (...) A repressão não nos desviará de nosso rumo. **A violência mais sangrenta e envenenada de Stalin não nos separará do partido, não nos colocará em oposição a esse partido que Stalin tenta estrangular**”.¹

Dois anos mais tarde Trotsky declarava:

“Apoiando-se na experiência da Revolução de Outubro e da Terceira Internacional, a Oposição de Esquerda repudia a idéia de criar partidos comunistas paralelos. A Oposição de Esquerda Internacional e suas seções nacionais consideram-se frações do Comintern* e dos partidos comunistas nacionais. A linha da fração significa adotar o caminho da reforma interna do partido e do Estado operário. Apesar de todas as calúnias da burocracia stalinista e seus admiradores, a Oposição permanece solidamente no terreno da reforma”.²

Trotsky manteve essa posição durante dez anos porque considerava que só:

“uma catástrofe histórica de imensas proporções, como a derrubada do Estado soviético, arrastaria com ela a Terceira Internacional. Ao mesmo tempo, a vitória do fascismo na Alemanha e a derrota do proletariado alemão dificilmente permitiriam ao Comintern sobreviver às conseqüências de sua política desastrosa.”³

Foi somente no ano de 1933 que uma *catástrofe histórica de imensas proporções* fez com que Trotsky mudasse a sua política. Nesse ano, na Alemanha, a política de Stalin possibilitou a vitória de Hitler e, diante disso, nenhum partido da Internacional esboçou qualquer questionamento. Isso acabou por demonstrar

¹ Leon Trotsky, “Quem triunfará?”, agosto de 1930.

² Leon Trotsky, “Tarefas e métodos da Oposição de Esquerda Internacional”, dezembro de 1932.

³ Idem.

* Comintern era a III Internacional.

que a Terceira Internacional, assim como a Segunda, estava morta para a revolução.

Foi somente a partir daí que Trotsky chamou à construção de novos partidos revolucionários e uma nova Internacional. Mas ainda assim negou-se a proclamar sua corrente internacional – a Oposição de Esquerda Internacional – enquanto a Quarta Internacional. Pelo contrário, iniciou um longo processo de relacionamento com organizações que rompiam ou se afastavam da social-democracia e do stalinismo, com o objetivo de construir a nova Internacional junto a esses setores.

Sobre isso, disse:

“seria aventureirismo puro ‘proclamar’ que nossa organização atual é a Internacional Comunista ou, utilizando esse rótulo, unir-nos mecanicamente com outras organizações opositoras. É impossível ‘proclamar’; a perspectiva atual ainda é de construí-la. Mas desde já podemos e devemos proclamar a necessidade de criar uma nova Internacional”.⁴

Trotsky manteve essa posição, frontalmente contrária a fundar de forma apressada a Quarta Internacional, mesmo quando a Oposição de Esquerda Internacional se aproximou de uma série de organizações com as quais achava que haveria de trabalhar para fundar a Quarta. Assim, em uma conferência internacional realizada em Paris – da qual participaram quatorze organizações comunistas e socialistas de esquerda – disse:

“Todo o desenvolver do processo indica a orientação para uma nova Internacional. No entanto, isso não significa que estamos propondo imediatamente a nova Internacional. Já o teríamos feito, sem vacilar, se as organizações aqui representadas tivessem já chegado a um acordo real, ou seja, provado pela experiência em relação aos princípios e métodos da luta revolucionária. Mas não o fizemos. Somente o trabalho revolucionário em comum e uma séria crítica recíproca nos farão chegar a um consenso principista e, portanto, à Internacional”.⁵

Trotsky e o centrismo

Em muitas organizações existe a idéia de que a Quarta Internacional só poderá ser reconstruída a partir da fusão dos trotskistas. No entanto, não foi este o critério usado por Trotsky para fundar a Quarta Internacional. Para ele – como para Lênin, quando chamou à construção da Terceira Internacional – a nova Internacional deveria ser construída a partir da fusão das correntes revolucionárias com as organizações centristas que se aproximavam de posições revolucionárias. Ninguém estudou e combateu o centrismo como Trotsky mas, igualmente, ninguém como Trotsky defendeu tanto a necessidade de ter uma política para fazer avançar o centrismo em direção a posições revolucionárias.

Trotsky partia da base de que:

“... as duas correntes fundamentais da classe operária mundial são o social-imperialismo por um lado e o comunismo revolucionário por outro. Entre estes dois pólos há uma série de correntes e agrupamentos de transição que

⁴ Leon Trotsky, “É impossível permanecer na mesma ‘Internacional’ com Stalin, Manuilski, Lozovski e Cia.”, 20 de julho de 1933.

⁵ Leon Trotsky, “Declaração da delegação Bolchevique-Leninista à conferência das organizações comunistas e socialistas de esquerda”, 17 de agosto de 1933.

mudam constantemente de roupagem e se encontram sempre em estado de transformação e deslocamento: às vezes deslocam-se do reformismo ao comunismo, outras do comunismo ao reformismo... **Quando se desloca para a esquerda e afasta às massas do reformismo, o centrismo cumpre uma função progressiva.**"⁶

Era justamente a essas organizações, que se deslocavam da direita à esquerda – o centrismo de esquerda – que Trotsky começava a chamar, a partir do ano 1933, a construir junto com a Oposição de Esquerda, uma nova Internacional. Esta política de Trotsky em relação ao centrismo não o levava a diminuir o papel do partido revolucionário, pelo contrário. Para Trotsky somente a atuação dos revolucionários poderia possibilitar que as correntes centristas avançassem em direção à revolução pois sempre considerou que:

“a posição do marxismo está muito acima de todas as variantes do centrismo e de seus erros...”⁷

A política de Trotsky em relação ao centrismo pôde materializar-se já no início de sua batalha para a construção de uma nova Internacional quando, em Paris, realizou-se a conferência internacional antes mencionada. Dessa conferência participou a Oposição de Esquerda Internacional, a qual distribuiu uma declaração, redigida por Trotsky, que é uma verdadeira aula de política revolucionária (p. 52).

Nessa declaração fazia-se a seguinte caracterização dos participantes:

“... são de origens políticas muito diversas. Alguns romperam com a Segunda Internacional em decorrência dos últimos anos; outros provêm das fileiras da Terceira Internacional; outros, finalmente, têm uma origem mista ou intermediária. Alguns atuaram como partidos independentes; outros se consideravam frações e trabalhavam enquanto tal”⁸

A conferência – como se pode observar pela descrição anterior – era um típico evento do centrismo de esquerda e ali Trotsky, longe de autoproclamar a Oposição de Esquerda Internacional como a nova Internacional, vai fazer um chamado vibrante às organizações centrista de esquerda para construir, juntos, essa Internacional:

“Camaradas! Sem condução, sem direção internacional, o proletariado não poderá se libertar de sua atual opressão. A criação de uma nova Internacional não depende somente do desenvolvimento objetivo dos acontecimentos mas também de nossos próprios esforços... Essa possibilidade se abre diante de nós com a condição de que nossa política seja correta. **Tratemos então de não perder esta oportunidade, unificando nossas forças.** Nossa responsabilidade revolucionária é imensa. Que nosso trabalho criativo se eleve à altura dessa responsabilidade”⁹

A questão do programa

É importante ressaltar os critérios que Trotsky utiliza para avançar em um projeto comum com os centristas de esquerda em direção à construção de uma

⁶ Leon Trotsky, “Que é o centrismo?”, 28 de maio de 1930.

⁷ Leon Trotsky, “As tarefas da Oposição”, março de 1929.

⁸ Leon Trotsky, “Declaração da Delegação Bolchevique-Leninista à conferência das organizações comunistas e socialistas de esquerda”, 17 de agosto de 1933.

⁹ Idem.



nova Internacional. Por um lado, destacava a necessidade de combinar uma ação prática na luta de classes com a elaboração programática.

“Não se pode preparar uma nova Internacional sem tomar parte ativa nos acontecimentos. Por suposto, **seria falso contrapor a discussão programática à luta revolucionária**. É necessário combiná-las. Saudamos o fato de que o congresso tenha posto em sua pauta problemas urgentes referentes à luta contra o fascismo e contra a guerra; em qualquer destes terrenos estamos dispostos a dar um verdadeiro passo adiante, ombro a ombro com as demais organizações”.¹⁰

Por outro lado é necessário destacar que Trotsky inicia o debate programático com o centrismo não a partir dos pontos em comum que poderiam unir os revolucionários a eles senão a partir dos pontos centrais do programa dos revolucionários. Desta forma Trotsky tenta evitar um acordo em base a um programa intermediário (centrista), que iria na contramão da evolução progressiva do próprio centrismo. Assim assinala no manifesto dirigido às correntes centristas:

“A política revolucionária é inconcebível sem a teoria revolucionária. No mínimo, aqui temos que iniciar desde os princípios. Baseamos-nos em Marx e Engels. Os primeiros congressos da Internacional Comunista deixaram-nos uma valiosa herança programática: o caráter da época moderna enquanto época imperialista, isto é, de decadência capitalista; a natureza social do reformismo moderno e os métodos para combatê-lo; a relação entre democracia e ditadura proletária; o papel do partido na revolução proletária; a relação entre o proletariado e a pequena burguesia, especialmente o campesinato (questão agrária); o problema das nacionalidades e a luta de libertação dos povos coloniais; o trabalho nos sindicatos; a política de frente única; a relação com o parlamentarismo etc. Os quatro primeiros congressos submeteram todas estas questões a uma análise principista que ainda não foi superada...”.¹¹

Um dia antes de realizar-se a Conferência de Paris, a Oposição de Esquerda conseguiu chegar a um acordo com outras três organizações que também participaram desse evento. Com essas organizações apresentou-se um texto em comum (que também foi redigido por Trotsky) conhecido como “*A Declaração dos Quatro*” (p. 59) no qual, em dez pontos, se estabelecem as bases para iniciar a discussão do programa para a nova Internacional. Nesses pontos, defendidos pelos trotskistas e três organizações centristas, não há o menor traço de centrismo. Eles abordam desde a ditadura do proletariado até a impossibilidade do socialismo em um só país passando pela concepção bolchevique-leninista de partido.

A atualização programática

Sempre que se aborda a necessidade de reconstruir a Quarta Internacional e a necessidade, portanto, de elaborar um programa para encarar essa tarefa, surgem invariavelmente os que opinam que o programa já existe, *i.e.*, o Programa de Transição elaborado por Trotsky. Sem dúvida, a Quarta internacional reconstruída terá que se basear no Programa de Transição o qual conserva, no essencial, total vigência. No entanto este programa, em função do momento em

¹⁰ Idem

¹¹ Idem

que foi elaborado – ao ano de 1938 – encontra-se desatualizado. A atualização dos programas e elaborações foi sempre uma necessidade dos revolucionários. Foi justamente a tarefa que Trotsky encarou na década de trinta e que teve sua máxima expressão no próprio Programa de Transição.

Sobre a questão da atualização do programa bolchevique Trotsky afirmava:

“A Oposição de Esquerda Internacional baseia-se nos quatro primeiros congressos do Comintern. Isso não significa que aceite cegamente, ao pé da letra, suas decisões: muitas resoluções são de caráter conjuntural e os fatos posteriores desmentiram-nas. Mas todos os princípios essenciais (em relação ao imperialismo e ao Estado burguês, a democracia e o reformismo, o problema da insurreição, a ditadura do proletariado, as relações com o campesinato e as nacionalidades oprimidas, o trabalho nos sindicatos, o parlamentarismo, os soviets, a política de frente única) seguem sendo a mais alta expressão da estratégia proletária na época histórica da crise geral do capitalismo. De acordo com o espírito e o significado das resoluções dos quatro primeiros congressos, e como continuação das mesmas, a Oposição de Esquerda estabelece, desenvolve teoricamente e realiza na prática tais princípios...”¹²

A partir daí desenvolve o programa da Oposição de Esquerda Internacional conhecido como *Os Onze Pontos*, que eram justamente uma atualização em relação às elaborações dos quatro primeiros congressos da Terceira Internacional.

Como fazer as discussões com outras organizações

Infelizmente é bastante comum que nas discussões entre organizações trotskistas – e destas com organizações centristas de esquerda – exista falta de paciência, intolerância, exigências desmedidas, manobras, falta de lealdade. A respeito desta questão uma vez mais é necessário observar as recomendações de Trotsky. Fazendo um balanço da Conferência de Paris assinalava:

“A intransigência revolucionária não consiste em exigir que se reconheça *a priori* nossa ‘liderança’, nem em apresentar, continuamente, a nossos aliados, ultimatoss e ameaças de rupturas, de eliminação de assinaturas etc. Esses métodos, deixamos-lhes, por um lado, aos burocratas stalinistas e, por outro, a alguns aliados impacientes. Somos muito conscientes de que mais de uma vez surgirão desacordos entre nós e nossos aliados. Mas esperamos – mais ainda – estamos convencidos, de que a marcha dos acontecimentos revelará, na prática, a impossibilidade de participar simultaneamente no bloco principista dos quatro e no bloco sem princípios da maioria. Sem recorrer a ‘ultimatoss’ impróprios reivindicamos, no entanto, nosso pleno direito não só a levantar nossas bandeiras senão também colocar abertamente a nossos aliados o que opinamos a respeito do que consideramos seus erros. Esperamos da parte deles a mesma franqueza. Assim se fortalecerá nossa aliança”¹³

Também Trotsky se referiu a uma questão sumamente espinhosa: a questão dos balanços. A experiência do movimento trotskista está repleta de exemplos de relações que se frustram a partir do momento em que uma organização

¹² Leon Trotsky, “Tarefas e métodos da Oposição de Esquerda Internacional”, dezembro de 1932.

¹³ Leon Trotsky, “A Conferência de Paris: um firme núcleo para uma nova Internacional”, 1º de setembro de 1933.

exige a outra, como condição para se unificar, que exista um balanço comum sobre o passado. Como encarava Trotsky esta questão? Numa carta na qual abordava a unificação dos militantes da Oposição de Esquerda na Alemanha com o SAP assinalava:

“Naturalmente, a unificação teria que se efetuar em base a um documento programático. Por suposto, o documento teria que **se referir unicamente ao futuro, não ao passado**, extraindo deste só as lições necessárias para encarar as novas tarefas.”¹⁴

Portas fechadas para as seitas

O trotskismo, por várias décadas, viu-se obrigado a viver na marginalidade. Isso fez com que surgissem em seu interior pequenas seitas que vivem de parasitar outras organizações. Estas seitas, quando se dá um processo de reagrupamento revolucionário, são as primeiras em tentar se somar a eles pois vêem a possibilidade de multiplicar sua atuação parasitária. Frente a esta realidade surge sempre a pergunta: que fazer com este tipo de organizações? Trotsky deu uma resposta categórica:

“O princípio da democracia partidária nada tem que ver com o princípio de portas abertas... A Oposição de Esquerda só poderá crescer e se fortalecer mediante a depuração dos elementos estranhos e casuais de suas fileiras. A insurgência revolucionária que se seguiu à guerra não só arrastou à jovem geração do proletariado senão também fez reviver a uma grande variedade de grupos sectários que buscavam uma saída pelos caminhos do anarquismo, o sindicalismo, o propagandismo puro etc. Muitos deles esperavam encontrar na Internacional Comunista um terreno propício para suas confusas idéias. Elementos pequeno-burgueses boêmios, despojados de seus lugares pelas comoções da guerra e do pós-guerra também optaram por se refugiar sob a bandeira do comunismo... Por sua vez, os insatisfeitos se afastaram imediatamente da política ou tentaram se unir à Oposição...

Ao assumir a tarefa de unificar suas fileiras em nível nacional e internacional, a Oposição de Esquerda teve que tomar como ponto de partida os diversos grupos existentes. Desde o início, o núcleo básico da Oposição de Esquerda Internacional compreendeu que uma combinação mecânica dos diferentes grupos que se consideravam parte dela só serve para começar, e que a necessária seleção dos elementos deve se fazer em base ao trabalho teórico e político e à crítica interna. Efetivamente, durante os últimos quatro anos a Oposição de Esquerda não só se dedicou a esclarecer e aprofundar a teoria nos diversos países, senão também a depurar a organização dos elementos boêmios, estranhos, sectários e aventureiros, carentes de posições principistas, de uma verdadeira devoção à causa, de uma vinculação com as massas, sem nenhum sentido de responsabilidade e disciplina e, por isso, bem mais propensos a escutar a voz do arrivismo...

No que diz respeito aos métodos principistas, a Oposição de Esquerda Internacional jamais rompeu com grupo ou camarada algum sem antes esgotar todos os métodos de persuasão ideológica. Precisamente por essa razão, a

¹⁴ Leon Trotsky, “A Oposição Alemã e o SAP”, 18 de agosto de 1933.

tarefa de selecionar quadros é de caráter orgânico e permanente. Mediante um estudo de todos e cada um de seus quadros em base a suas atuações anteriores, a Oposição de Esquerda deve levar a cabo a depuração dos elementos estranhos a suas fileiras. A experiência demonstrou que somente desta forma, a organização poderá se estender e educar seus quadros proletários...

“Dentro de um partido de massas seria possível conviver com os bordiguistas, sempre sob uma firme disciplina na ação. Mas no marco de uma fração é totalmente inadmissível, especialmente em vista da experiência que tivemos ao apoiar a ficção de chegar à unidade com um grupo estranho que permanece ideologicamente rígido e sectariamente isolado. Jamais os bordiguistas observaram uma atitude leal para com a nossa organização internacional. Ao obrigar a todos seus membros, acima de suas posições pessoais, a falar e votar, nas reuniões e conferências da Oposição Internacional, de acordo com a maioria de sua fração, o grupo Prometeo localizou sua disciplina nacional acima da internacional. Com isso violou os princípios não só do centralismo democrático senão também do internacionalismo. Isto basta para demonstrar que os bordiguistas jamais foram parte orgânica da Oposição de Esquerda. Se, apesar disso, seguem aferrados a sua adesão formal à Oposição de Esquerda Internacional é só para ocultar o caráter de seita nacional de seu grupo. Mas a política de ocultamento não é uma política marxista. Conquanto reconhece a honestidade e a abnegação revolucionária de muitos bordiguistas, a Oposição de Esquerda acha que chegou o momento de proclamar abertamente: o grupo Prometeo não pertence à Oposição de Esquerda Internacional”.¹⁵

Por fim é necessário destacar uma citação de Trotsky que tem muito valor para a relação dos revolucionários com todas as organizações políticas:

“Uma das regras mais importantes da estratégia revolucionária diz: vigia a teu aliado tanto quanto a teu inimigo. Crítica recíproca em base à plena igualdade; aqui não há nenhuma diplomacia dissimulada dos dirigentes; tudo se faz e se fará diante dos olhos das massas, sob seu controle, com o propósito de educá-las. Não existem outros métodos para a política revolucionária. Também é aconselhável recordar outras normas da política revolucionária: não se assustar desnecessariamente e não assustar aos demais sem propósito, não fazer acusações falsas, não buscar a capitulação onde não existe, não substituir a discussão marxista pelas disputas sem princípios”¹⁶ ■

¹⁵ Leon Trotsky, “Tarefas e métodos da Oposição de Esquerda Internacional”, dezembro de 1932.

¹⁶ Leon Trotsky, “Algo mais sobre a Conferência de Paris”, 10 de dezembro de 1933.



Declaração da delegação bolchevique leninista à conferência das organizações comunistas e socialistas de esquerda

Entre os dias 27 e 28 de agosto de 1933 foi realizada uma conferência internacional em Paris, da qual participaram quatorze organizações comunistas e socialistas de esquerda. A Oposição de Esquerda Internacional participou dessa conferência, à qual apresentou uma declaração, redigida por Trotsky, na qual eram estabelecidas as bases programáticas para a construção de uma nova Internacional.

LEON TROTSKY

Tradução:
Marcos Margarido

O colapso das duas Internacionais

Apesar da evidente desintegração do capitalismo internacional como sistema econômico e social, o movimento operário mundial atravessa atualmente uma crise mais profunda que a ocorrida após o aniquilamento da Comuna de Paris¹, ou aquela produzida pela guerra imperialista. Dois partidos operários do país mais industrializado da Europa, que contavam com treze milhões de eleitores, o Partido Social-democrata e o Partido Comunista, capitularam sem combate perante o regime fascista. Duas Internacionais foram postas à prova e entraram em bancarrota.

A social-democracia, cuja bancarrota ficou evidente na guerra imperialista de 1914 a 1918, tentou reconstituir suas fileiras depois da catástrofe mundial para impedir que os operários passassem ao comunismo e à Terceira Internacional. A derrota da social-democracia alemã confirma que o reformismo, que levou a Segunda Internacional ao desastre, não levou nem pode levar os trabalhadores a nenhum lugar, além de novas catástrofes. A social-democracia, que até o último momento aferrou-se ao capitalismo putrefato, viu-se arrastada pelo processo de decadência deste último. Mas a Terceira Internacional, cujo objetivo era organizar as forças do proletariado para um levante revolucionário contra a burguesia de todos os países e pela vitória do socialismo, também fracassou. Caiu vítima do centrismo burocrático, baseado na teoria e na prática do socialismo num só país; em uma palavra, naufragou nesse conjunto de erros

¹ A *Comuna de Paris* foi a primeira experiência de governo operário. Manteve-se no poder de 18 de março de 1871 a 28 de maio do mesmo ano, exatamente setenta e dois dias, antes de ser derrotada numa sangrenta série de batalhas. Em *Leon Trotsky on the Paris Commune* (Pathfinder Press, 1970), são publicados cinco artigos sobre a Comuna.

que entrou para a história com o nome de stalinismo. No momento em que o capitalismo, desgarrado pelas contradições mundiais, pôs na ordem do dia a revolução internacional, a Comintern² transformou-se num eco submisso e impotente da conservadora e nacionalmente limitada burocracia soviética.

Hoje, nas novas condições da Alemanha de Hitler, milhares de comunistas tentam salvar o partido oficial, mantendo a velha política. Com toda nossa simpatia por estes sacrificados lutadores, temos que dizer-lhes que de nada servirão os esforços e sacrifícios mal orientados. Sob o terror fascista, a política stalinista está condenada ao desastre total num curto prazo. Na Alemanha, um novo partido revolucionário ilegal deve ser construído sobre novas bases.

Depois que a marcha viva dos acontecimentos demonstrou que o fascismo e a social-democracia, os recursos extremos do capitalismo, excluem-se não só política, mas também fisicamente, a simples conclusão derivada desta experiência deveria servir de base para a agitação internacional, empurrando a social-democracia à frente única com os partidos comunistas.

Apesar de todas as evidências, a burocracia da Comintern voltou a defender a teoria do social-fascismo³ mais firmemente do que nunca, e depois de bloquear totalmente a possibilidade de uma aproximação das organizações reformistas de massas, substituiu a política proletária da frente única por blocos carnavalescos com impotentes cenáculos de pacifistas e aventureiros. Se a catástrofe alemã não ajudou a burocracia stalinista, nada mais a ajudará. São necessários novos partidos e uma nova Internacional.

A posição dos bolcheviques leninistas

Os participantes desse congresso são de diversas origens políticas. Alguns romperam com a Segunda Internacional no decorrer dos últimos anos; outros provêm das fileiras da Terceira Internacional; outros, finalmente, têm uma origem mista ou intermediária. Alguns atuaram como partidos independentes; outros se consideravam frações e como tais trabalhavam. Se estas organizações reúnem-se hoje pela primeira vez num congresso para tentar encontrar os fundamentos para um trabalho comum, este fato por si já implica que todas admitem abertamente a necessidade de unificar a vanguarda proletária sobre novas bases.

Com relação à Alemanha, nossa organização internacional (bolcheviques leninistas), depois de sérios e agitados debates, adotou esta posição quase por unanimidade. No que diz respeito à Comintern de conjunto, começamos a discutir formalmente a questão há apenas quinze dias. Falamos aqui em nome do plenário internacional dos bolcheviques leninistas, que aprovou esta declaração. Nossas seções nacionais ainda não tiveram tempo de se expressar plenamente. Mas o desenrolar dos acontecimentos e da própria Oposição de Esquerda apresenta o problema de tal maneira que não nos cabe dúvida de qual será o veredicto de nossas organizações. De qualquer modo, a última palavra corresponde a elas.

Provavelmente alguns dos participantes do congresso opinem que demoramos demais para romper com a burocracia stalinista. Este não é o lugar para voltar às velhas disputas. No entanto, é um fato que nossa política, que leva em

² Comintern: abreviatura de *Internacional Comunista* (NT).

³ *A teoria do social-fascismo*, uma invenção de Stalin, sustentava que a social-democracia e o fascismo não eram antipodas mas gêmeos. Como os social-democratas não eram mais que uma variedade (“social”) do fascismo, e como praticamente todo o mundo, salvo os stalinistas, era fascista de algum modo (liberal-fascista, sindical-fascista ou trotskista-fascista), era inadmissível para os stalinistas fazer frente única com qualquer outra tendência, contra os fascistas comuns e habituais. Nenhuma teoria foi mais útil a Hitler nos anos prévios a sua conquista do poder na Alemanha. Nem bem os stalinistas deixaram de lado esta teoria no final de 1934, sem ter a decência de dar uma explicação, e já estavam cortejando não só os social-democratas, mas políticos capitalistas como Roosevelt e Daladier, aos quais, ainda no início desse ano, chamava de fascistas.

consideração as condições objetivas e não os estados subjetivos de ânimo, permitiu-nos formar organizações estáveis de bolcheviques leninistas em mais de vinte países. Embora em sua maioria sejam organizações de quadros e não de massas, contam com a valiosa vantagem de estar unidas por uma concepção programática e estratégica que evoluiu gradualmente com os grandes acontecimentos e lutas do proletariado.

A luta contra o reformismo

Pelo já dito fica evidente que nossa ruptura com a burocracia centrista de nenhuma maneira suaviza nossa posição em relação ao reformismo. Ao contrário, neste momento é mais irreconciliável que nunca. O principal crime histórico da burocracia stalinista consiste precisamente em que toda sua política serviu de ajuda inestimável à social-democracia, evitando assim que o proletariado tomasse o caminho revolucionário.

Para nós, bolcheviques leninistas, e esperamos que também para vocês, não cabe sequer pensar num trabalho permanente comum com organizações que não tenham rompido com as bases principistas do reformismo, que continuem esperando a regeneração da social-democracia como partido ou que considerem sua missão conseguir a unificação da Segunda com a Terceira Internacionais. Os grupos imbuídos de tais tendências só podem levar o proletariado ao retrocesso. E nós, apoiando-nos nas lições do passado, queremos ir adiante.

As “vinte e uma condições” para ser membro da Internacional Comunista⁴, elaboradas naquele momento por Lênin para diferenciar-se decididamente de todo tipo de reformismo e anarquismo, adquirem novamente uma atualidade urgente nesta etapa. Certamente, não nos referimos ao texto deste documento, que deve ser alterado radicalmente de acordo com as condições deste período moderno, mas ao seu espírito geral de intransigência marxista revolucionária.

Apenas sob a condição de separar-se irreconciliavelmente do reformismo é possível e necessário cooperar amistosamente com todas as organizações que hoje evoluem do reformismo ao comunismo. Condenamos e rejeitamos categoricamente o modo de atuar da burocracia stalinista, que trata todas as organizações revolucionárias que - por culpa da própria Comintern - não estão dentro dela, de “social-fascistas de esquerda”, e no dia seguinte a uma catástrofe as convoca de forma comovente a unir-se em seu seio, como partidos “simpatizantes”. A Comintern só pode decompor e destruir as organizações proletárias, não fortalecê-las nem educá-las. A colaboração que pretendemos supõe uma atitude honesta perante os fatos e as idéias, uma crítica fraternal e o respeito mútuo.

Os quatro primeiros congressos da Comintern

A política revolucionária é inconcebível sem a teoria revolucionária. No mínimo, aqui temos que começar desde o princípio. Baseamo-nos em Marx e Engels. Os primeiros congressos da Internacional Comunista deixaram-nos uma valiosa herança programática: o caráter da época moderna como época imperialista, isto é, de decadência capitalista; a natureza do reformismo moderno e os

⁴ Segundo Congresso da Internacional Comunista (julho-agosto de 1920): reunido num momento em que vários partidos centristas solicitavam sua filiação à Comintern, votou uma série de condições que tinham o objetivo de dificultar a entrada na Comintern dos que não haviam rompido totalmente com o reformismo. As condições de filiação, que originalmente eram dezenove e finalmente ficaram em vinte e uma, foram escritas por Lênin.

métodos para combatê-lo; a relação entre democracia e ditadura proletária; o papel do partido na revolução proletária; a relação entre o proletariado e a pequena burguesia, especialmente o campesinato (questão agrária); o problema das nacionalidades e a luta de libertação dos povos coloniais; o trabalho nos sindicatos; a política de frente única; a relação com o parlamentarismo, etc. Os quatro primeiros congressos submeteram todas estas questões a uma análise principista que ainda não foi superada.

Um dos primeiros e mais urgentes objetivos das organizações que incluíram a necessidade de regenerar o movimento revolucionário a seu programa consiste em analisar as resoluções de princípio dos quatro primeiros congressos, incluí-las em sua pauta e submetê-las a uma séria discussão à luz das futuras tarefas do proletariado. Em nossa opinião, esta conferência tem que apontar as vias e os primeiros passos a serem dados para encarar este trabalho tão necessário.

Lições estratégicas da última década

A vida política da vanguarda proletária não se deteve nos primeiros congressos da Internacional Comunista. Influenciada pelas circunstâncias históricas, isto é, pelo processo da luta de classes, o aparato da Comintern inclinou-se totalmente do marxismo ao centrismo, do internacionalismo à limitação nacionalista. Assim como foi impossível construir a Terceira Internacional sem varrer dos ensinamentos de Marx as deformações impostas pelo reformismo, hoje é impossível criar partidos proletários revolucionários sem remover dos princípios e métodos do comunismo as falsificações impostas pelo centrismo burocrático.

A luta (cheia de grandes sacrifícios) da Oposição de Esquerda contra as oscilações do aparato stalinista reflete-se numa série de documentos programáticos e estratégicos. A partir das etapas políticas mais importantes da última década, estes documentos encararam os seguintes problemas: a construção econômica da URSS, o regime partidário, a política de frente única (por um lado o Comitê Anglo-russo, por outro, a experiência alemã), os rumos da revolução espanhola (a “ditadura democrática”), a luta contra a guerra, a luta contra o fascismo, etc. As conclusões básicas desta luta, que já leva dez anos, estão resumidas nos “onze pontos” do pré-congresso internacional da Oposição de Esquerda. Submetemos este documento programático à vossa consideração.

Não é necessário dizer que, de nossa parte, consideraremos com a maior atenção todas as teses, resoluções e declarações programáticas nas quais outras organizações aqui representadas tenham expressado ou possam expressar sua caracterização dos objetivos e perspectivas. Não queremos outra coisa que o intercâmbio de experiências e idéias. Sentimos grande satisfação ao comprovar que a “Declaração de Princípios” do Partido Socialista Revolucionário da Holanda⁵ concorda em todas as questões fundamentais com a plataforma da Oposição de Esquerda Internacional. Certamente, esta conferência não pode discutir com a necessária profundidade os ensinamentos programáticos e estratégicos que derivam da luta revolucionária mundial. Mas é hora de começar a fazê-lo. Permitimo-nos expressar o anseio de que todas as organizações aqui

⁵ O *Partido Socialista Revolucionário* (RSP) da Holanda foi fundado sob a direção de Henricus Sneevliet. Participou da Conferência de Paris, assinou a Declaração dos Quatro em favor de uma nova Internacional e pouco depois da conferência filiou-se à Liga Comunista Internacional (nova denominação da Oposição de Esquerda Internacional).

representadas reproduzam em sua imprensa nossos “onze pontos” com todos os comentários que forem necessários, e que depois nos seja dada a possibilidade de defender de maneira polêmica nossas teses nos mesmos jornais. De nossa parte, comprometemo-nos a publicar, para informação e discussão de nossas seções, todos os documentos programáticos apresentados por outras organizações, às quais concederemos o espaço adequado em nossa imprensa para que defendam suas posições.

A URSS

O problema da URSS adquire importância excepcional para o movimento operário mundial e, portanto, também para a correta orientação deste congresso. *Nós, os bolcheviques leninistas, consideramos que a URSS, mesmo com suas características atuais, é um Estado operário.* Esta caracterização não implica em ter ilusões nem em embelezar a realidade.

Não se pode sentir mais que desprezo por esses “amigos” da URSS que declaram que toda crítica à burocracia soviética é contra-revolucionária. Se os revolucionários fossem guiados por essas normas de conduta, a Revolução de Outubro nunca teria sido realizada.

Rejeitamos como uma zombaria ao pensamento marxista a posição brandlerista⁶ de que a política da burocracia stalinista representa em todos os demais países um acúmulo de erros, mas continua infalível na URSS. Tal “teoria” é baseada na negação dos princípios gerais da política proletária e rebaixa a Internacional a uma simples soma de partidos nacionais cujos dirigentes estão sempre dispostos a fechar os olhos frente a seus respectivos pecados. Um marxista não pode ter nada em comum com esta concepção social-democrata.

A política da burocracia stalinista na URSS parte dos mesmos princípios que a da Comintern. A diferença não está nos métodos, mas nas condições objetivas; na URSS a burocracia apóia-se nos fundamentos implantados pela revolução proletária, e se conseguiu dilapidar o patrimônio da Comintern em uma década, na URSS minou, mas não liquidou, as bases do Estado socialista. Na realidade, privado do partido, dos sindicatos e dos soviets, dos quais a burocracia se apropriou, o proletariado soviético defende o Estado operário com suas tradições revolucionárias, evitando que retroceda ao capitalismo.

Identificar a ordem social da URSS com um “capitalismo de estado” tipo norte-americano, italiano ou alemão significa ignorar o problema social fundamental, isto é, *o caráter da propriedade*, e abrir as portas às conclusões mais falsas e perigosas. Opinamos que não pode haver ambigüidades nem compromissos sobre esta questão. Defender o Estado operário do imperialismo e da contra-revolução continua sendo hoje a obrigação de todo trabalhador revolucionário. Mas isto não significa, de maneira alguma, converter-se em instrumento da diplomacia soviética.

Os atos e declarações da diplomacia soviética provocaram mais de uma vez, especialmente no último período, a acalorada indignação, totalmente correta, da vanguarda operária. Nada debilita mais a posição internacional da URSS, apesar de todos os reconhecimentos e pactos de não agressão, que a política

⁶ *Heinrich Brandler* (1881-1967): dirigente do Partido Comunista Alemão no início da década de 20. Moscou usou-o como bode expiatório quando deixou-se escapar a situação revolucionária em 1923; foi expulso em 1929, quando a Comintern entrou no “terceiro período” e deu um giro à esquerda. Fundou com August Thalheimer a Oposição Comunista de Direita (KPO), cuja política era similar à da tendência de Bukharin-Rikov na União Soviética e a do grupo de Lovestone nos Estados Unidos durante a década de 30.

exterior totalmente oportunista dos stalinistas, impregnada com as ilusões pacifistas do “socialismo num só país”.

Não se pode defender a URSS sem a luta revolucionária do proletariado mundial; não haverá lutas revolucionárias sem independência da burocracia e da diplomacia soviéticas. Por outro lado, a crítica mais irreconciliável ao stalinismo não exclui, ao contrário, exige *uma frente única com a burocracia soviética contra os inimigos comuns*.

O regime partidário

Para a construção de novos partidos e de uma nova Internacional deve-se ter muita consideração com o problema do regime partidário. A democracia operária não é um problema organizativo, mas um problema social. Em última instância, a liquidação da democracia operária é consequência da pressão dos inimigos de classe por meio da burocracia operária. A história do reformismo nos países capitalistas e a experiência da burocratização do Estado soviético confirmam em igual medida esta lei histórica.

A social-democracia utiliza um complicado sistema para estabelecer o regime que lhe é necessário; por um lado expulsa sistematicamente do partido e dos sindicatos os trabalhadores com tendências radicais ou críticas, quando não pode comprá-los com postos bem remunerados; por outro, libera seus ministros, deputados, parlamentares, jornalistas e burocratas sindicais da obrigação de submeter-se à disciplina partidária. A combinação da repressão, do roubo e da mentira permite à social-democracia manter a fachada da discussão, as eleições, o controle, etc., enquanto ao mesmo tempo atua como um aparato da burguesia imperialista na classe operária.

Através do aparato estatal, a burocracia stalinista liquidou a democracia partidária, soviética e sindical, não só em essência, mas também formalmente. O regime da ditadura pessoal foi plenamente transmitido pelo Partido Comunista da União Soviética a todos os partidos comunistas dos países capitalistas. A tarefa dos funcionários do partido é interpretar a vontade da cúpula burocrática. As massas partidárias têm apenas um direito: calar-se e obedecer. A repressão, a perseguição, a mentira, são os métodos com que comumente a “ordem” é mantida no partido. Por este caminho, os partidos proletários marcham à decadência e à ruína.

Um revolucionário é formado num clima de crítica a todo o existente, incluída sua própria organização. Só se pode conseguir uma firme disciplina por meio da confiança consciente na direção. Para conquistar esta confiança são necessárias uma política correta e também uma atitude honesta em relação aos próprios erros. Por isso, o problema do regime interno é para nós tão extraordinariamente importante. Deve ser dada aos operários avançados a possibilidade de participação consciente e independente na construção do partido e na direção do conjunto de sua política. Os operários jovens devem ter a possibilidade de pensar, criticar, cometer erros e corrigir-se.

Por outro lado, fica claro que um regime partidário democrático conduzirá à formação de um exército de lutadores proletários fortalecido e unificado apenas se nossas organizações, apoiando-se nos firmes princípios do marxismo



e na democracia operária, estiverem dispostas a combater irreconciliavelmente toda influência oportunista, centrista e aventureira.

Todo o desenvolvimento do processo leva à orientação de uma nova Internacional. No entanto, isto não significa que propomos proclamar imediatamente a nova Internacional. Teríamos proposto, sem vacilar, se as organizações aqui representadas já tivessem chegado a um acordo real, isto é, provado pela experiência, respeito aos princípios e métodos da luta revolucionária. Mas não chegamos. Apenas o trabalho revolucionário comum e a séria crítica mútua nos farão chegar a uma unanimidade principista e, portanto, à Internacional.

Não se pode preparar uma nova Internacional sem participar praticamente dos acontecimentos que se sucedem. Certamente, seria falso contrapor a discussão programática à luta revolucionária. É necessário combiná-las. Saudamos o fato de que o congresso tenha posto em sua pauta problemas urgentes referentes à luta contra o fascismo e contra a guerra; em qualquer destes terrenos estamos dispostos a dar um verdadeiro passo adiante, ombro a ombro com as demais organizações.

Camaradas! Sem condução, sem direção internacional, o proletariado não poderá libertar-se de sua atual opressão. A criação de uma nova Internacional não depende apenas do desenvolvimento objetivo dos acontecimentos, mas também de nossos próprios esforços. É provável que já sejamos muito mais fortes do que acreditamos. Não em vão a história nos demonstra como uma organização que goza de autoridade, mesmo que tenha perdido o rumo, pode continuar acumulando erros aparentemente impunes durante um longo período, mas finalmente o curso dos fatos provoca o colapso inevitável. Ao contrário, uma organização em cuja bússola se pode confiar, mas que durante muito tempo foi uma minoria insignificante, pode elevar-se subitamente a um nível superior numa nova virada da história. Essa possibilidade se abre diante de nós com a condição de que nossa política seja correta. Tratemos de não perder esta oportunidade, unificando nossas forças. Nossa responsabilidade revolucionária é imensa. Que nosso trabalho criador eleve-se à altura dessa responsabilidade ■

Declaração do bloco dos quatro

Sobre a necessidade e os princípios de uma nova Internacional

Em uma conferência internacional de organizações comunistas e socialistas de esquerda, realizada em Paris em 1933, a Oposição de Esquerda Internacional formou um bloco com outras três organizações, o qual apresentou uma declaração – redigida por Trotsky – que estabelecia os pontos fundamentais para elaborar o programa da nova Internacional.

Com plena consciência da enorme responsabilidade histórica que lhes cabe neste momento, as organizações abaixo-assinadas decidiram, unanimemente, unir suas forças para trabalhar em conjunto pela regeneração do movimento proletário revolucionário em escala internacional. Como embasamento de sua atividade, estabelecem os seguintes princípios:

1. A crise mortal do capitalismo imperialista, que abalou os alicerces do reformismo (a social-democracia, a Segunda Internacional e a burocracia da Federação Sindical Internacional),¹ coloca-nos de forma imperativa a ruptura com a política reformista e a luta revolucionária pela conquista do poder e o estabelecimento da ditadura proletária como único meio de transformação da sociedade capitalista em uma sociedade socialista.

2. O problema da revolução proletária traz em si – por sua própria natureza – um caráter internacional. O proletariado somente poderá construir uma sociedade completamente socialista em base à divisão mundial do trabalho e à cooperação mundial. Em conseqüência, os abaixo-assinados recusam, categoricamente, a teoria do “socialismo em um só país”, que mina os próprios fundamentos do internacionalismo proletário.

3. Não menos energeticamente, há que se recusar a teoria dos austromarxistas,³ centristas e reformistas de esquerda que, sob o pretexto do caráter internacional da revolução socialista, propõem uma passiva expectativa no que diz respeito a seus próprios países, entregando assim o proletariado às mãos do fascismo. Nas atuais condições históricas, um partido proletário que elide a questão da tomada do poder comete a pior das traições. O proletariado vitorioso de um país deve fortalecer sua ditadura nacional com a construção do socialismo, a qual necessariamente será incompleta e contraditória até que a classe operária tome o poder político, no mínimo, em alguns países avançados. Simultaneamente, a classe operária vitoriosa de um país deve dirigir todos os seus esforços à expansão da revolução socialista a outras nações. Só uma atividade revolucionária conseqüente poderá resolver a contradição entre o caráter nacional da tomada do poder e o caráter internacional da revolução socialista.

4. A Terceira Internacional – que surgiu da Revolução de Outubro, estabeleceu os princípios da política operária na época do imperialismo e deu ao proleta-

LEON
TROTSKY

Tradução:
Roberto Barros

¹ A Federação Sindical Internacional – às vezes chamada Internacional de Amsterdã ou Internacional “Amarela” – era a principal organização sindical internacional, sob controle dos reformistas. Sua rival, sob direção stalinista, era a Internacional Sindical Vermelha, também conhecida como Profintern.

³ Austromarxismo designa a corrente reformista sediada no Partido Socialista da Áustria, seção da Segunda Internacional.

riado as primeiras lições da luta revolucionária pelo poder – caiu vítima de uma cadeia de contradições históricas. O papel traidor que desempenhou a social-democracia, assim como a imaturidade e inexperiência dos Partidos Comunistas, levaram à derrota dos movimentos revolucionários do pós-guerra no Oriente (Leste) e Ocidente (Oeste). A posição isolada da ditadura proletária em um país atrasado conferiu extraordinário poder à burocracia soviética, cada vez mais conservadora e nacionalmente limitada. A dependência servil das seções do Comintern no que diz respeito à direção soviética conduziu, por sua vez, a uma nova série de graves derrotas, à degeneração burocrática da teoria e prática dos Partidos Comunistas e ao seu enfraquecimento organizativo. Mais do que isso, o Comintern se demonstrou não somente incapaz de cumprir seu papel histórico mas, cada vez mais, tornou-se um obstáculo no caminho do movimento revolucionário.

5. O avanço do fascismo na Alemanha submeteu as organizações operárias a uma prova decisiva. A social-democracia confirmou uma vez mais o que já tinha apontado Rosa Luxemburgo³ e revelou-se, pela segunda vez, “um cadáver mal-cheiroso”. A superação das organizações, idéias e métodos do reformismo é a premissa necessária para a vitória da classe operária sobre o capitalismo.

6. Os acontecimentos da Alemanha revelaram – com igual magnitude – o colapso da Terceira Internacional. Em detrimento de seus catorze anos de existência, a experiência conquistada em gigantescas batalhas, o apoio moral do Estado soviético e os abundantes meios de propaganda, o Partido Comunista Alemão, sob as condições de uma grave crise econômica, social e política – condições excepcionalmente favoráveis para um partido revolucionário – revelou uma absoluta incompetência revolucionária. Conseqüentemente, demonstrou de maneira definitiva que, em detrimento do heroísmo de muitos de seus membros, tornara-se totalmente incapaz de cumprir seu papel histórico.

7. A situação do capitalismo mundial, a espantosa crise que afundou as massas trabalhadoras em uma miséria sem precedentes, o movimento revolucionário das massas coloniais oprimidas, o perigo mundial do fascismo, a perspectiva de um novo ciclo de guerras que ameaça destruir a cultura da humanidade: tais novas condições exigem, imperativamente, a fusão da vanguarda proletária numa (*Quarta*) Internacional. Os abaixo-assinados comprometem-se a dirigir todos os seus esforços à formação desta nova Internacional no mais breve lapso possível de tempo, sobre o firme embasamento dos princípios teórico-estratégicos estabelecidos por Marx e Lenin.

8. Ainda que dispostos a cooperar com todas as organizações, grupos e frações que realmente se desenvolvem desde o reformismo ou o centrismo burocrático (stalinismo) em direção à política do marxismo revolucionário, os abaixo-assinados declaram – ao mesmo tempo – que a nova Internacional não poderá tolerar nenhuma conciliação com o reformismo ou o centrismo. A necessária unidade do movimento operário não será conquistada sob a diluição de concepções reformistas e revolucionárias nem com a adaptação à política stalinista, senão com o combate às políticas de ambas e falidas internacionais. Para permanecer à altura de sua tarefa, a nova Internacional não deve permitir qualquer desvio dos princípios revolucionários nas questões que dizem respeito à insurreição, à ditadura proletária, à forma soviética do Estado etc.

³ Rosa Luxemburgo (1871-1919): destacada dirigente do movimento marxista e adversária do revisionismo e do oportunismo antes da Primeira Guerra Mundial. Presa em 1915, ajudou a fundar a Liga Spartakus e o Partido Comunista Alemão. Karl Liebknecht e ela foram assassinados em janeiro de 1919, por ordem de Gustav Noske, ministro de guerra social-democrata no Governo Ebert-Scheidemann.

9. Por seu embasamento de classe, por sua fundamentação social e pelas formas de propriedade que indiscutivelmente prevalecem em seu interior, a URSS permanece ainda hoje um Estado operário, ou seja, um instrumento para a construção da sociedade socialista. A nova Internacional inscreverá em sua bandeira, considerando-a uma de suas tarefas mais importantes, a defesa do Estado soviético face ao imperialismo e à contra-revolução interna. Precisamente a defesa revolucionária da URSS é o que nos coloca a imperativa tarefa de libertar as forças revolucionárias de todo o mundo da influência corruptora do Comintern stalinista e construir uma nova Internacional. A vitoriosa defesa da União Soviética somente será possível se conquistarmos total independência das organizações proletárias internacionais no que diz respeito à burocracia soviética e desmascarmos, incansavelmente, os seus falsos métodos diante das massas trabalhadoras.

10. A *democracia partidária* é uma premissa necessária para o desenvolvimento saudável dos partidos proletários revolucionários, tanto a escala nacional como internacional. Não há partido verdadeiramente revolucionário sem liberdade de crítica, sem a eleição de profissionais – de baixo para cima – e sem o controle do aparato pela sua base.

A necessidade de clandestinidade *sob condições de ilegalidade* muda completamente as formas de funcionamento da vida interna de um partido revolucionário e torna difíceis, se não em tudo impossíveis, a ampla discussão e as eleições. Mas ainda sob condições e circunstâncias as mais difíceis, mantêm absoluta vigência as premissas fundamentais de um regime partidário saudável: informação honesta sobre o partido, liberdade de crítica e uma unidade interna real entre a direção e a maioria partidária. Ao suprimir e esmagar a vontade dos operários revolucionários, a burocracia reformista transformou a social-democracia e os sindicatos em organismos impotentes, em detrimento de que pudessem se contar aos milhões as suas afiliações. Ao sufocar a democracia interna, a burocracia stalinista sufocou também o Comintern. A nova Internacional, assim como os partidos aderentes, devem construir toda sua vida interna em base ao *centralismo democrático*.

11. Os abaixo-assinados criaram uma comissão permanente de representantes delegados, atribuindo-lhe as seguintes tarefas:

- Elaborar um manifesto programático que seja a carta constituinte da nova Internacional.
- Preparar uma análise crítica das organizações e tendências do movimento operário de hoje em dia (comentário teórico ao manifesto).
- Elaborar teses sobre todas as questões fundamentais que dizem respeito à estratégia revolucionária do proletariado.
- Representar, sob as vistas de todo o mundo, as organizações abaixo-assinadas.

Assinam:

E. Bauer – Oposição de Esquerda Internacional (Bolchevique-Leninista),
J. Schwab – SAP (Partido Socialista Operário da Alemanha),
P.J. Schmidt⁴ – OSP (Partido Socialista Independente da Holanda) e
H. Sneevliet⁵ – RSP (Partido Socialista Revolucionário da Holanda).

[26 de agosto de 1933 – reimpresso no jornal *The Militant*, EUA, em 23 de setembro de 1933.]

⁴ Peter J. Schmidt: dirigente do Partido Socialista Independente (OSP) da Holanda, o qual algum tempo depois se unificou com o Partido Socialista Revolucionário, passando a seção holandesa da Liga Comunista Internacional.

⁵ Henricus Sneevliet (1883-1942): um dos fundadores de movimento marxista na Indonésia e do Partido Comunista da Holanda. Em 1933, enquanto estava preso por ter defendido os marinheiros “amotinados”, foi eleito para o Parlamento holandês. Assinou nesse ano a Declaração do Bloco das Quatro depois da qual seu partido, o RSP, aderiu à Liga Comunista Internacional. Em 1938, abandonou o movimento quarta-internacionalista e, a posteriori, foi executado pelos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial.

As bases de fundação da Quarta Internacional foram confirmadas pela história

Primeira das Teses para a Atualização do Programa de Transição escritas por Nahuel Moreno para servirem de base ao programa da Quarta Internacional – Comitê Internacional de Reconstrução (QI-CI), organização surgida em 1980 a partir da fusão de duas correntes: aquela liderada por Moreno, então chamada Fração Bolchevique e o Comitê de Reconstrução da Quarta Internacional, encabeçado por Pierre Lambert.

Nossa Internacional foi fundada em 1938, com base numa série de análises e princípios gerais que lhe deram sustentação. Essas bases fundamentais sobre as quais se construiu a Quarta Internacional foram completamente confirmadas pela experiência de mais de cem anos de luta operária e, concretamente, pelos últimos 40 anos de lutas do proletariado e dos povos coloniais. Esquemáticamente, esses princípios foram os seguintes:

NAHUEL
MORENO

Primeiro: as forças produtivas da humanidade haviam deixado de crescer sob o imperialismo e, em consequência disso, todo desenvolvimento técnico não melhorava o nível de vida das massas; pelo contrário, provocava miséria crescente e novas guerras. As forças produtivas, por outro lado, haviam entrado em contradição não somente com a propriedade privada capitalista e imperialista, mas também com a existência dos estados nacionais.

Segundo: devido a essas contradições, se abriria uma época histórica de guerras, crises e revoluções. Ao dizer *época histórica* nos referimos a um século, mais ou menos.

Terceiro: a luta de classes e a revolução passavam a ter um caráter mundial. Isso significava, concretamente, que entrávamos na época mais revolucionária da história, na qual todos os fenômenos deviam ser julgados do ponto de vista da revolução e da contra-revolução mundial, e não do ponto de vista dos Estados ou de qualquer outro fenômeno estrutural ou superestrutural.

Quarto: a crise da humanidade é consequência da crise de direção do proletariado, ou seja, enquanto o proletariado não solucionasse a crise de direção, a humanidade iria de crise em crise, cada uma mais aguda que a anterior.

Nahuel Moreno foi um dos grandes dirigentes trotskistas argentinos, fundador da LIT-QI

Quinto: a crise de direção do proletariado mundial não é um fenômeno abstrato, mas consequência do fato de que as direções reconhecidas do movimento operário e de massas, entre as quais a social-democracia, e principalmente o stalinismo, se bandearam para a ordem burguesa imperialista. Todas as direções burocráticas ou pequeno-burguesas (nacionalistas, esquerdistas, social-democratas e stalinistas) servem historicamente —de forma direta ou indireta— à contra-revolução imperialista.

Sexto: essa traição das direções deve-se a causas sociais: a burocratização das organizações operárias —entre elas a URSS— e a formação de uma aristocracia operária. A burocracia operária e a pequena-burguesia dirigente e seus partidos, por serem um setor privilegiado, são irrecuperáveis para a revolução. O stalinismo moscovita é o setor hegemônico entre os aparatos contra-revolucionários, já que monopoliza o controle do principal estado operário, fonte de privilégios sem limites.

Sétimo: a ideologia ou teoria de todas essas correntes pequeno-burguesas e burocráticas —principalmente o stalinismo— é a do socialismo num só país e da coexistência pacífica com o imperialismo. São a teoria, ideologia e programa mais nefastos para o proletariado mundial.

Oitavo: a única teoria e programa que se opõem coerentemente à teoria stalinista e social-democrata do socialismo num só país e de coexistência pacífica ou colaboração com o imperialismo é a teoria da revolução permanente, em sua segunda formulação, como teoria da revolução socialista internacional, da mobilização permanente da classe operária e seus aliados, para tomar o poder, instaurar uma ditadura revolucionária para derrotar o imperialismo no mundo todo, destruir revolucionariamente os estados nacionais e implantar a federação de repúblicas socialistas soviéticas do mundo, para começar a construir o socialismo.

Nono: a expropriação da burguesia e dos latifundiários nacionais é uma questão tática para a ditadura revolucionária do proletariado. Seu grande objetivo é desenvolver a revolução socialista na região e no mundo e liquidar as fronteiras nacionais, para impor o socialismo em todo o planeta.

Décimo: a principal tarefa para superar a crise de direção do proletariado passa por construir partidos trotskistas de massas e o partido mundial da revolução socialista, a Quarta Internacional, em todos os países do mundo. Esses partidos trotskistas de massas somente poderão ser construídos se levarem a cabo uma luta implacável no seio do movimento de massas contra todas as direções burocráticas e pequeno-burguesas, independentemente de que essas direções comandem —conjunturalmente— algumas lutas progressivas ou revolucionárias, obrigadas pela pressão do movimento de massas, e mesmo que cheguem a romper com a burguesia e a instaurar um governo operário e camponês.

Décimo primeiro: nada demonstra melhor o caráter contra-revolucionário do stalinismo do que seu papel como governo bonapartista na própria URSS. Esse governo conduz inevitavelmente a URSS a uma crise crescente de caráter econômico, social, político e cultural. A burocracia, com seu regime, solapa, dia a dia, o



primeiro Estado operário da história, degenerando-o progressivamente. Somente uma revolução política contra a burocracia, dirigida por um partido trotskista, poderá superar essa crise histórica do Estado operário, que se encontra num agudo processo degenerativo. Essa revolução tem como objetivo voltar a impor uma ditadura revolucionária do proletariado, seguindo o modelo de Lenin e Trotsky.

Décimo segundo: a revolução política que é necessário fazer na URSS contra a casta burocrática no poder é parte da luta mundial para varrer da direção do movimento de massas todos os partidos stalinistas, social-democratas e pequeno-burgueses que o dirigem.

Décimo terceiro: os pontos anteriores foram concretizados na letra e no método do Programa de Transição. É o programa para mobilizar o proletariado rumo à tomada do poder e à implantação da ditadura revolucionária do proletariado, e para desenvolver a mobilização permanente dos trabalhadores do mundo, visando a construir, ao ritmo dessa mobilização, a única direção revolucionária que pode ter tal processo: os partidos trotskistas da Quarta Internacional ■

O projeto estratégico da LIT-QI é reconstruir a IV Internacional

A LIT-QI considerou-se como uma ferramenta para a tarefa estratégica de reconstrução da IV Internacional desde sua própria fundação. Esta é nossa proposta de fundo a todas organizações revolucionárias com as quais iniciamos discussões mais profundas.

BERNARDO
CERDEIRA

Trata-se de uma definição fundamental mas, por sua vez, insuficiente. É necessário avançarmos para responder outras dúvidas relacionados a esta definição: Que tipo de Internacional propomos construir? Sobre quais bases programáticas? Qual é o método para reconstruí-la? Com quais organizações consideramos possível levar esta tarefa adiante?

Neste artigo, vamos tentar responder a estas perguntas, expressando o que, até agora, eram apenas debates e elaborações internas. Queremos, assim, abrir um diálogo sobre esta questão central com outras organizações e militantes revolucionários.

O significado atual da reconstrução da IV

Nós começamos por reafirmar a necessidade imperiosa que tem o movimento operário mundial de construir uma Internacional revolucionária com influência de massas. Afirmamos que é a única alternativa para que a classe operária possa dirigir uma revolução socialista triunfante e impedir que o imperialismo conduza a humanidade à barbárie.

Quando a LIT-QI foi fundada, em 1982, manifestávamo-nos da seguinte maneira:

“Esta situação, mais de sessenta anos depois de o mundo ter entrado na maior época revolucionária de sua história, remete-nos diretamente ao problema dos problemas: o da **direção revolucionária mundial**.

A maior necessidade material, objetiva, da humanidade, a revolução socialista mundial, tem uma correlação subjetiva: uma direção revolucionária mundial. Sem esta, aquela é impossível. Assim, a crise da humanidade agudiza-se dia a dia sem solução. Afirmamos que mais de seis décadas de revoluções e contra-revoluções provam inapelavelmente que, **com direções burocráticas, sem direção revolucionária internacional**, até os maiores triunfos do proletariado, os maiores avanços em direção à revolução socialista mundial, transformam-se em

Bernardo Cerdeira
integra a direção
da LIT-QI

seus contrários. A **necessidade absoluta objetiva da revolução socialista mundial é concreta, encarna-se na necessidade absoluta subjetiva de uma direção revolucionária - não burocrática - internacional.**¹

Acreditamos que a situação mundial, a ofensiva imperialista, as guerras do Iraque e do Afeganistão, a recolonização de três quartas partes dos países do mundo, as políticas neoliberais, a superexploração da classe operária, dos camponeses e dos setores populares, por um lado; e a ampla ação revolucionária das massas em todo mundo, que tentam conter suas direções traidoras integrantes de governos burgueses, por outro, deixam claro a urgência deste tipo de organização.

Neste sentido, reafirmamos mais que nunca a atualidade da motivação fundamental da fundação da LIT-QI:

“A Liga Internacional dos Trabalhadores (Quarta Internacional) – LIT (QI) – tem como objetivo fundamental superar a crise de direção do movimento operário mundial e construir a Quarta Internacional com influência de massas. Só assim, resolvendo a crise de direção do proletariado, a mobilização permanente dos trabalhadores e explorados do mundo contra o imperialismo e a burguesia poderá culminar com a vitória da revolução socialista internacional e com a implantação da ditadura revolucionária do proletariado.”²

Por que IV Internacional? Por que reconstruí-la?

Algumas organizações revolucionárias, às vezes de origem e tradição distintas do trotskismo, concordam com a necessidade de construir uma Internacional, mas nos perguntam: “Por que reconstruir a IV Internacional se esta nunca dirigiu uma revolução nem teve peso de massas? Por que reconstruir uma organização que teve uma forte crise e dividiu-se em muitas correntes internacionais e grupos nacionais? Por que não construir uma nova internacional revolucionária, a V, ou nem identificá-la com um número?”

Se bem que a questão do número possa parecer apenas um problema formal, tem um significado político importante. As sucessivas internacionais foram construídas devido a profundas necessidades da luta de classes no momento de sua fundação e seu número as identifica com a época e as tarefas históricas que enfrentaram.

A **I Internacional** correspondeu ao nascimento do movimento operário mundial, naquela época essencialmente limitado à Europa, e respondia à necessidade objetiva do proletariado agrupar-se numa Internacional operária para realizar suas lutas de modo mais organizado, consciente e independente da burguesia. Desapareceu em consequência da primeira derrota histórica do proletariado mundial, o terrível massacre da Comuna de Paris.

A **II Internacional** foi a organização dos partidos operários socialistas e marxistas que, pela primeira vez, tiveram peso de massas. O proletariado realizou em suas fileiras seu aprendizado político e sindical. No entanto, morreu como organização revolucionária devido à traição de seus dirigentes, quando cada partido defendeu sua respectiva burguesia nacional na Primeira Guerra Mundial. Esta traição foi o resultado do surgimento de burocracias parlamentares e sindicais, que se apoiavam em setores privilegiados de trabalhadores, a

¹ Teses de Fundação da LIT (QI).

² Estatutos da LIT.

“aristocracia operária”, nos países imperialistas. Ambos os setores, a burocracia pequeno-burguesa e a aristocracia operária, conseguiram um nível de vida superior à classe, graças às migalhas que sobravam da exploração das colônias por parte de seus países imperialistas.

A **III Internacional** nasceu como resultado da reação a esta traição e foi fortalecida pelo grande triunfo da Revolução Russa, pela qual, pela primeira vez na história, o proletariado tomou o poder e construiu um Estado operário. Foi a primeira tentativa de construir uma verdadeira direção revolucionária internacional que pudesse conduzir a classe operária mundial à Revolução Socialista, à vitória internacional sobre o imperialismo e à tomada do poder em todos os países do mundo. Por esses objetivos, constituiu-se como um Partido Mundial da Revolução Socialista.

A III foi burocratizada e degenerou-se como resultado de duas enormes derrotas da classe operária mundial: o triunfo do stalinismo na URSS e do nazismo na Alemanha. O retrocesso da revolução internacional levou ao isolamento da URSS que, combinado ao atraso econômico do país e à desaparecimento física de um milhão de operários na guerra civil, propiciou o surgimento de uma burocracia privilegiada e a degeneração do Estado operário. O stalinismo logo estendeu seu regime autoritário a todas as seções da III. Por sua vez, a tremenda derrota imposta pelo triunfo do nazismo na Alemanha, facilitado pela traição e a incapacidade do Partido Comunista, que se deixou derrotar sem luta, consolidou o domínio do stalinismo.

Trotsky lutou valentemente, por dentro da III e de seus partidos, contra o avanço do stalinismo e a burocratização da URSS e da III. Durante dez anos, ele recusou-se a romper com a III e buscou derrotar o stalinismo para resgatá-la como uma Internacional revolucionária, defendendo os princípios e os ensinamentos de Lênin. Por isso, a corrente trotskista autodenominava-se os “bolcheviques-leninistas” e sua corrente tinha o nome de *Oposição de Esquerda*, primeiro na URSS e depois na III. Só após o triunfo do nazismo em 1933, demonstrando que o Partido Comunista Alemão e a III já estavam burocratizados a tal ponto que foram incapazes de lutar contra o maior inimigo da classe operária, Trotsky decide chamar a construção de uma nova Internacional.

A **IV Internacional é uma continuidade da Terceira**. Surgiu para defender a herança do marxismo e lutar contra um novo fenômeno contra-revolucionário no interior do movimento operário: a burocracia stalinista. Ao mesmo tempo, mantinha, desde sua fundação, o mesmo objetivo estratégico da III: dirigir a classe operária no processo da Revolução Socialista Mundial.

A IV entrou em crise e dividiu-se no início dos anos 50. Entre os fatores que originaram esta situação encontra-se seu enfraquecimento histórico, resultante da perseguição e eliminação de Trotsky e de vários de seus dirigentes, por parte do stalinismo e do nazismo. Ademais, produziu-se um fortalecimento relativo dos Partidos Comunistas por haverem dirigido a luta contra o nazismo e pelo surgimento dos novos Estados operários burocratizados, depois da II Guerra Mundial. Mas o fator principal foi a capitulação de sua direção às correntes pequeno-burguesas e burocráticas, como o maoísmo, o castrismo, o guevarismo, o sandinismo e outras, que dirigiram processos revolucionários.

Manter a proposta de reconstruir a IV fundamenta-se em que a tarefa histórica mais importante da época atual - a necessidade de construir uma dire-



ção internacional que possa conduzir a classe operária a realizar a revolução socialista internacional que derrote e acabe com o imperialismo e implante a ditadura revolucionária do proletariado em todo o mundo - continua mais vigente que nunca.

Com que programa reagrupar hoje os revolucionários?

Grande parte dos princípios e da estratégia revolucionária para nossa época estão condensados no que consideramos nossas “bases programáticas”: as resoluções dos quatro primeiros congressos da III Internacional e o Programa de Transição, votado na conferência de fundação da IV Internacional. Os estatutos da LIT-QI reivindicam de modo explícito essas bases:

“A LIT (QI) apóia-se teórica, programática e politicamente na experiência concentrada do marxismo revolucionário: o Manifesto Comunista, os ensinamentos estratégicos da Revolução de Outubro e dos quatro primeiros congressos da Internacional Comunista e o Programa de Transição (base de fundação da Quarta Internacional) são bases fundamentais deste desenvolvimento. (...) Esta continuidade do marxismo revolucionário não tem o caráter de um sistema dogmático, pois é enriquecido por todas experiências sociais progressivas da humanidade que conduzam à derrota do imperialismo, à expropriação da burguesia e à supressão definitiva das classes.”³

Isto é, temos bases sólidas legadas pela III e pela IV que tentamos manter nos documentos fundacionais da LIT-QI e em outros elaborados posteriormente. Por exemplo, no V Congresso, em 1997, as *Teses sobre a Reconstrução da IV* afirmavam: “*Só é possível abordar a tarefa de reconstrução da IV através da reafirmação do marxismo e das bases fundacionais deste, com todas as atualizações que forem necessárias.*”⁴

No entanto, estas “bases programáticas” tornam-se insuficientes para encarar as enormes e difíceis tarefas da atualidade. A IV Internacional só poderá ser reconstruída em base ao Programa de Transição. Mas tal programa tem que ser atualizado, especialmente a partir dos “acontecimentos do Leste”, marcados pela complexa combinação entre processos revolucionários de massas, por um lado, e a restauração capitalista nos países do Leste, China, Cuba, etc., por outro.

Com toda honestidade, não cremos que a LIT possa ou deva encarar sozinho a tarefa central de **atualizar o Programa de Transição**. Ao contrário, achamos que é um desafio colocado a **todas as correntes ou grupos que se propõem a reconstruir a IV** para responder ao desenvolvimento da luta de classes neste século. Esta é nossa proposta para estabelecer um diálogo com outras organizações na perspectiva dessa reconstrução.

Algumas linhas divisórias

Ao mesmo tempo, cremos que a situação atual da luta de classes já nos dá algumas **linhas divisórias** que podem ser transformadas em eixos dessa discussão programática. Creemos que os mais importantes são:

³ Estatutos da LIT

⁴ Teses sobre a reconstrução da IV (Tese 15).

a. A posição dos revolucionários frente aos governos de Frente Popular ou populistas de esquerda. Principalmente, frente ao governo de Hugo Chávez, na Venezuela, **uma verdadeira “prova de fogo” para as correntes que se reivindicam socialistas revolucionárias**. Defendemos a independência de classe frente a todos os governos burgueses, inclusive os de Frente Popular. Não participamos desses governos nem os apoiamos. Ao contrário, somos oposição a todos eles. Lutamos para que a classe operária não deposite nenhuma confiança e preserve sua completa independência de classe frente a governos nacionalistas-burgueses como o de Chávez.

b. Impulsionamos e defendemos a mobilização permanente da classe operária e seus aliados.

c. Defendemos a necessidade de lutar contra todas as burocracias e por um regime de democracia operária em todas as organizações da classe.

d. A grande tarefa da classe operária nesta etapa é tomar o poder, destruir o Estado burguês e suas Forças Armadas e estabelecer uma Ditadura Revolucionária do Proletariado.

e. O Estado operário revolucionário pelo qual lutamos deve estar baseado em conselhos operários, camponeses e populares e ter um regime da mais ampla democracia para a classe operária e a maioria absoluta do povo.

f. Rejeitamos a suposta “teoria” do “socialismo num só país”. A revolução socialista terá um caráter internacional, ou seja, **permanente**, ou estará destinada a retroceder. Se for detida nas fronteiras nacionais, será derrotada ou congelada pela contra-revolução, e permitirá a restauração do capitalismo. Esta foi a trágica experiência dos ex-Estados operários burocráticos dirigidos pelo stalinismo.

g. Reafirmamos a estratégia da Revolução Socialista Mundial para impor ditaduras do proletariado, derrotar o imperialismo e implantar o socialismo em todo o planeta. Todo Estado operário revolucionário deve ter como sua primeira tarefa impulsionar a revolução socialista em todo o mundo.

h. Destacamos o papel central da classe operária como sujeito da revolução socialista.

i. Reafirmamos a necessidade imediata e inadiável de construir uma Internacional Revolucionária

j. Defendemos a necessidade de construir partidos nacionais baseados no modelo do Partido Bolchevique (isto é, partidos operários de combate, baseados no princípio organizativo do centralismo democrático) em todos os países do mundo, como seções desta Internacional.

k. Defendemos a moral operária e revolucionária. O método e a moral revolucionários constituem para nós uma questão programática. A profunda degeneração das organizações trotskistas, produto da longa crise, das pressões do stalinismo no passado e do “vendaval oportunista” nas duas últimas décadas, produziram também uma degeneração metodológica e moral. Há numerosos exemplos desta degeneração, quase todos ao redor da luta pelo aparato: roubos de sedes, de mandatos parlamentares e de dinheiro; acusações sem provas e puras calúnias; agressões físicas entre organizações que se reivindicam revolucionárias; ocupações de sedes; fraudes em eleições de organismos do movimento operário e popular; descumprimento de acordos financeiros e um vasto etc.



Posicionamo-nos categoricamente contra estes métodos que caracterizam uma moral do “vale tudo”.

O regime partidário

O tema de um regime partidário centralista democrático é parte fundamental do programa que devemos discutir para a reconstrução da IV. Na década de 1930, quando a falência da III Internacional já era evidente e várias organizações defendiam a necessidade de construir uma nova Internacional revolucionária, a Oposição de Esquerda Internacional assinalava que o regime partidário era um problema fundamental para a construção de uma nova Internacional e seus partidos.

Trotsky explicava que a liquidação da democracia operária nos sindicatos, partidos e organizações operárias, assim como na URSS, era produto da pressão do imperialismo e das burguesias nacionais através da burocracia:

“Para a construção de novos partidos e de uma nova internacional deve-se levar em conta o problema do regime partidário. **A democracia operária não é um problema organizativo mas um problema social. Em última instância, a liquidação da democracia operária é consequência da pressão dos inimigos de classe através da burocracia operária.** A história do reformismo nos países capitalistas e a experiência da burocratização do Estado soviético confirmam em igual medida esta lei histórica.”⁵

Ele denunciava como as diferentes burocracias atacavam e destruíam, de diferentes maneiras, a democracia operária no interior do próprio movimento operário:

“A social-democracia utiliza um complicado sistema para estabelecer o regime que lhe é necessário; por um lado, expulsa sistematicamente do partido e dos sindicatos os trabalhadores com tendências radicais ou críticas, se não puder comprá-los com postos bem remunerados; por outro, libera seus ministros, deputados, parlamentares, jornalistas e burocratas sindicais da obrigação de submeterem-se à disciplina do partido. A combinação da repressão, do roubo e da mentira permitem à social-democracia manter a fachada da discussão, das eleições, do controle, etc., enquanto ao mesmo tempo atua como um aparato da burguesia imperialista na classe operária.

Através do aparato estatal, a burocracia stalinista liquidou a democracia partidária, soviética e sindical, não apenas em essência mas também formalmente. O regime da ditadura pessoal foi plenamente transmitido pelo Partido Comunista da União Soviética a todos os partidos comunistas dos países capitalistas. A tarefa dos funcionários do partido é interpretar a vontade da cúpula burocrática. As massas partidárias têm um só direito: calar-se e obedecer. A repressão, a perseguição, a mentira, são os métodos com que normalmente a ‘ordem’ no partido é mantida. Por este caminho os partidos proletários marcham à decadência e à ruína.”⁶

Para Trotsky, o regime partidário democrático era essencial para conseguir a confiança consciente da base em sua direção e ressaltava que, apenas desta

⁵ Trotsky, *Declaração da delegação bolchevique-leninista à Conferência das organizações socialistas e comunistas de esquerda*, “Escritos”, Tomo V, vol. 1, pág. 62, Editorial Pluma, Bogotá, 1979.

⁶ Idem.

forma, pode-se ter uma firme disciplina que forje o partido como um “*exército de lutadores proletários*”:

“Um revolucionário forma-se num clima de crítica a todo o existente, incluída sua própria organização. **Só se pode conseguir uma firme disciplina por meio da confiança consciente na direção. Para ganhar esta confiança são necessárias uma política correta e também uma atitude honesta em relação aos próprios erros. Daí que o problema do regime interno seja para nós tão extraordinariamente importante.** Deve ser dada aos operários avançados a possibilidade de participação consciente e independente na construção do partido e na direção do conjunto de sua política. Os operários jovens devem contar com a possibilidade de pensar, criticar, cometer erros e corrigir-se.

Por outro lado, fica claro que um regime partidário democrático conduzirá à formação de um exército de lutadores proletários endurecido e unificado somente se nossas organizações, apoiando-se nos firmes princípios do marxismo, estiverem dispostas a combater irreconciliavelmente, mesmo que com métodos democráticos, toda influência oportunista, centrista e aventureira.” (sublinhados nossos) ⁷

O caráter operário de nossos partidos

Outro problema central de nosso programa é o caráter de classe de um partido revolucionário socialista. Os partidos reformistas, burocráticos ou pequeno-burgueses refletem politicamente a aristocracia, as burocracias operárias e a pequena burguesia radicalizada, setores privilegiados que recebem migalhas da exploração imperialista. Ao contrário, o **partido revolucionário** deve refletir a base operária, em especial os setores mais explorados da classe. Isso significa refletir não somente os *interesses históricos* da única classe que pode destruir a burguesia imperialista mundial, mas também os *interesses imediatos* deste setor. Mas o partido revolucionário somente poderá fazê-lo se, por sua composição, refletir esta base operária.

Numa polêmica com a “fração antidesfensista da URSS” no interior do SWP dos EUA, Trotsky, que caracterizava este agrupamento como uma “corrente pequeno-burguesa dentro do partido”, explicava o perigo de uma grande afluência de setores pequeno-burgueses ao partido revolucionário e a importância de ter uma composição proletária em suas fileiras:

“A desintegração do capitalismo, que engendra um agudo descontentamento entre a pequena burguesia e empurra suas camadas mais baixas à esquerda, abre amplas possibilidades, mas também encerra graves perigos. A IV Internacional necessita apenas daqueles emigrantes da pequena burguesia que tenham rompido completamente com seu passado social e que tenham adotado definitivamente o ponto de vista do proletariado.

Esta mudança teórica e política deve ser acompanhada por uma verdadeira ruptura com seu velho ambiente e pelo estabelecimento de uma íntima ligação com os trabalhadores, em particular no recrutamento e na educação de proletários para o partido. Os emigrantes do meio pequeno burguês que

⁷ Idem.

tenham se demonstrado incapazes de conviver no meio proletário devem ser transferidos depois de certo tempo à categoria de simpatizantes, ao invés de permanecerem como membros do partido.

Os membros do partido que não tenham sido colocados à prova na luta de classes não devem ocupar postos de responsabilidade. Não importa o quanto inteligente ou consagrado ao socialismo seja este emigrante do meio burguês. Antes de se converter em professor, deve primeiro passar pela escola da classe trabalhadora. Os jovens intelectuais não devem ser colocados à cabeça da juventude intelectual, mas devem ser enviados a províncias por uns anos, a centros genuinamente proletários, para realizar duros trabalhos práticos.

A composição de classe do partido deve corresponder a seu programa de classe. Ou a seção norte-americana da IV Internacional se proletariza ou deixará de existir.” (Sublinhados nossos) ⁸

Trotsky dava tanta importância a este tema que chegava a dizer que o partido poderia perder seu caráter revolucionário se ficasse repleto de elementos pequenos burgueses e não proletários:

“O partido só tem uma minoria de verdadeiros operários fabris... Os elementos não proletários representam uma levedura necessária, e creio que podemos estar orgulhosos da boa qualidade de seus elementos... mas... **nosso partido pode ser inundado por elementos não proletários e pode até perder seu caráter revolucionário.** A tarefa não consiste, naturalmente, em impedir a afluência de intelectuais mediante métodos artificiais... mas sim **orientar praticamente todas as organizações para as fábricas, as greves, os sindicatos...**” (Sublinhados nossos) ⁹

Ao orientar o SWP para uma política de proletarização do partido, propunha que se dirigisse à classe operária e dava uma série de conselhos e critérios que, em nossa opinião, mantém toda sua validade na época atual, para a urgente e indispensável proletarização de qualquer organização revolucionária digna deste nome:

“Um exemplo concreto: não podemos dedicar forças iguais nem suficientes a todas as fábricas. Nossas organizações locais podem escolher para sua atividade no próximo período, uma, duas ou três fábricas dentro de sua área e concentrar todas suas forças sobre estas fábricas. Se numa delas temos dois ou três operários, podemos criar uma comissão especial de apoio de cinco não operários com o propósito de aumentar nossa influência nestas fábricas.

O mesmo se pode fazer nos sindicatos. Não podemos introduzir militantes não operários nos sindicatos operários. Mas podemos formar, com êxito, comissões de apoio para a ação oral e literária, conectadas aos nossos camaradas do sindicato. As condições invioláveis deveriam ser: não mandar nos operários, mas apenas ajudá-los; dar-lhes sugestões, armá-los com fatos, idéias, jornais de fábrica, boletins especiais, etc.

Semelhante colaboração teria uma enorme importância educativa, de um lado, para os camaradas operários, e, de outro, para os não operários que precisam de uma sólida reeducação. (...)

⁸ Trotsky, *Carta aberta ao camarada Burnham*, em “Em Defesa do marxismo”, Proposta Editorial, pág. 94

⁹ Trotsky, *De um arranhão ao perigo de gangrena*, em “Em defesa do marxismo”, Proposta Editorial, pág. 132

Podemos estabelecer de imediato uma regra geral: um membro do partido que não consiga ganhar um novo operário para o partido em três ou seis meses não é um bom membro do partido.

Se nós estabelecêssemos, seriamente, esta orientação geral, e se verificássemos a cada semana os resultados práticos, evitaremos um grande perigo; a saber, que os intelectuais e assalariados de outros setores afoguem a minoria operária, silenciando-a, e transformem o partido num clube de discussão muito inteligente, mas absolutamente inabitável para os operários. As mesmas regras devem ser elaboradas da mesma forma para o trabalho e recrutamento da organização de juventude; do contrário corremos o risco de formar bons elementos jovens como diletantes revolucionários e não como combatentes revolucionários.”¹⁰

O método para reconstruir a IV

As lutas das massas e a necessidade de dar-lhes uma resposta, o desencanto de setores de massas com os governos de Frente Popular, a traição das burocracias, o giro à direita das organizações outrora centristas geram uma tendência ao reagrupamento das organizações revolucionárias. Esta tendência toma forma, num primeiro momento, na ânsia de “unir **todos** os revolucionários do planeta”. Nosso apelo à reconstrução da IV baseia-se nesta aspiração.

No entanto, ante a dispersão das correntes revolucionárias, que já dura décadas, surge uma primeira pergunta: *como e com que método levar a cabo este processo de reagrupamento?* A segunda questão é se este processo de reagrupamento deve implicar na unidade incondicional de todas as organizações que se reivindicam revolucionárias ou devem existir critérios que orientem os acordos necessários.

Várias organizações romperam com correntes internacionais que cederam às pressões oportunistas ou se degeneraram totalmente, e estão buscando um reagrupamento revolucionário internacional. Vêm como “natural”, num primeiro momento, adotar o método de “Conferência Aberta” para reconstruir a IV. Isto é, agrupar todas as organizações que se reclamam revolucionárias para iniciar um processo de discussão e confluência.

Parece-nos que este método é equivocado. A própria experiência prévia à fundação da IV, na década de 30, e outras depois de sua crise, nos anos 50, demonstra sua ineficácia. Trotsky, ao analisar as propostas para construir a IV Internacional no momento em que o chamado “Bloco dos Quatro” era constituído, opinava assim:

“A proposta de chamar uma Conferência de todos os grupos que se reclamam da Oposição de Esquerda (...) reflete uma tentativa de fazer retroceder à roca e demonstra uma total falta de compreensão das condições e leis do desenvolvimento de uma organização revolucionária e dos métodos de seleção e educação de seus quadros. Não apenas rejeitamos, mas também condenamos tal atitude por estar em aguda contradição com a política organizativa do marxismo”.¹¹

“Trata-se da elaboração das bases fundamentais da política revolucionária para um longo período. Este tipo de problemas jamais foi resolvido por conferên-

¹⁰ Idem

¹¹ Trotsky, *Tarefas e métodos da Oposição de Esquerda Internacional*, “Escritos”, Tomo IV, vol. 1, pág. 69, Editorial Pluma, Bogotá, 1979

cias heterogêneas e improvisadas. Ao contrário, a falta de preparação política, a convocação apressada numa atmosfera de desordem, só servirão para correr o risco de aumentar o caos ideológico e o mútuo desespero dos diferentes grupos”.¹²

A necessidade de acordos sólidos

A LIT-QI, e a corrente morenista que lhe deu origem, sempre defendeu que os processos de unificação devem ser sólidos, preparados e discutidos com profundidade e, se necessário, lentos. Neste sentido, propomos critérios claros. O primeiro é que a reconstrução da IV deve basear-se **ao redor de um programa**. Isto é, na compreensão comum da realidade e das tarefas que propomos ao proletariado para a época e a etapa atuais.

O segundo critério são os acordos sobre os fatos fundamentais da luta de classes e a ação conjunta sobre ela. Trotsky defendia estes mesmos critérios na década de 1930:

“Em relação a nossas relações com o SAP, o problema deve ser reduzido ao programa, tática e o regime do novo Partido. É óbvio que não se necessita de fórmulas gerais abstratas, mas a constatação, nos fatos, de todas as experiências dos últimos anos em que participaram ambas organizações” (...) “Tampouco colocamos mecanicamente os problemas aos dirigentes. Dizemos: ‘Antes de chegar a uma resolução definitiva sobre nossa colaboração, que desejamos ser a mais estreita possível, é necessário ter plena segurança de que compartilhamos de uma mesma posição a respeito dos problemas fundamentais da estratégia proletária. Aqui estão nossas posições construídas ao calor da luta de classes em diferentes países. Qual é sua atitude a respeito desses problemas? Se vocês não têm uma posição definitiva, vamos estudá-los juntos, começando pelos problemas políticos mais imediatos e candentes’. Creio que esta forma de colocar a questão não tem nenhuma pitada de sectarismo. Em geral, os marxistas não podem fazê-lo de outro modo. É preciso acrescentar que estamos dispostos a colaborar na ação sem esperar uma resposta definitiva a todos os problemas em discussão”.¹³

Finalmente, para desenvolver a discussão, propunha: “Os meios técnicos para examinar os problemas espinhosos ou não resolvidos não são difíceis de achar: boletim de discussão, órgão teórico conjunto, uma série de discussões na direção e nos grupos de base”.

Com quem reconstruí-la?

Entendemos que a reconstrução da IV é uma tarefa para todos os revolucionários, não só para os trotskistas. Fazemos nossas as palavras de Trotsky quando afirmava que, numa IV com peso de massas, os trotskistas poderiam ficar em minoria. Uma IV reconstruída deverá agrupar revolucionários formados em diferentes tradições do marxismo, em torno ao acordo com um programa revolucionário.

Neste sentido, mantemos o que dizíamos no documento aprovado em nosso congresso de 1997:

¹² Trotsky, *A oposição de esquerda e o SAP*, “Escritos”, Tomo IV, vol.2, pág. 319, Editorial Pluma, Bogotá, 1979

¹³ Idem

“Afirmamos, não em base a alguma idéia potencial, mas aos fatos históricos e à realidade presente, que a reconstrução da IV, e da LIT-QI para encarar esta tarefa, será baseada na confluência de indivíduos, grupos e partidos que não só não vêm do trotskismo, mas tampouco do marxismo.”¹⁴

Em segundo lugar, esta tarefa só pode ser realizada com as organizações que queiram construir hoje um partido mundial da revolução socialista. Evidentemente, não podemos agrupar-nos com organizações que estejam contra esta tarefa. Nesse mesmo documento de 1997, dizíamos: “As correntes que vêm do marxismo revolucionário, mas que renunciam hoje à luta pela construção de um partido mundial da revolução socialista, podem empreender todas as tarefas que queiram menos a da reconstrução da IV Internacional”.¹⁵

Tampouco podemos reconstruir a IV com aqueles que, reivindicando-se trotskistas, abandonaram seus princípios há muito tempo. Estas correntes cruzaram a fronteira de classe em direção à colaboração e à capitulação à burguesia. Algumas, como a corrente internacional chamada Secretariado Unificado (SU) **usurpam o nome da IV Internacional** e, se ainda se reivindicam trotskistas, fazem-no unicamente para aproveitar a atração da figura de Trotsky e do trotskismo sobre os novos militantes revolucionários que surgem.

As organizações sectárias

Esta proposta tampouco significa reagrupar as organizações sectárias que se contentam em recitar o *Programa de Transição*, mas são incapazes de encontrar, nem sequer de buscar, com esse programa, o caminho das massas. O último período foi pródigo na geração de uma infinidade destas pequenas seitas, como um fenômeno que expressa uma reação ao “vendaval oportunista” e ao giro total de numerosas organizações trotskistas ao oportunismo. No entanto, é uma reação distorcida que provoca todo tipo de deformações degenerativas nestas organizações.

Como não é um fenômeno novo, não é casual que Trotsky tenha considerado necessário delimitar claramente, num capítulo do *Programa de Transição*, a diferença entre os revolucionários e os sectários. A descrição feita mantém toda sua vigência e aplica-se a vários grupos atuais:

“Incapazes de encontrarem acesso às massas, eles acusam-nas fervorosamente de serem incapazes de elevar-se às idéias revolucionárias. Estes políticos estéreis geralmente não necessitam de uma ponte sob a forma de reivindicações transitórias, pois não têm a intenção de atravessar para a outra margem. Eles simplesmente dão voltas no mesmo lugar, contentando-se em repetir as mesmas abstrações vazias. Os acontecimentos políticos são para eles a ocasião de fazer comentários, mas não de agir. Como os sectários, e em geral os confusos e milagreiros de toda espécie, são derrubados pela realidade a cada passo, vivem em estado de irritação permanente, **queixando-se do “regime” e dos “métodos” e entregam-se incessantemente a intrigas mesquinhas. Em seus próprios círculos eles costumemente exercem um regime de despotismo.** A prostração política do sectarismo serve para complementar, como sua sombra, a prostração do oportunismo, sem abrir pers-

¹⁴ Teses sobre a reconstrução da IV

¹⁵ Idem



pectivas revolucionárias. **Na política prática, os sectários unem-se aos oportunistas, sobretudo aos centristas, sempre na luta contra o marxismo.**” (Sublinhados nossos)

Opinamos que é impossível reconstruir a IV com seitas burocráticas e aparatistas, como a Fração Trotskista, encabeçada pelo PTS da Argentina, que somou, às características assinaladas por Trotsky, a política de fazer chamados permanentes ao “reagrupamento dos revolucionários” com a única intenção de parasitar organizações trotskistas mais importantes e tirar delas alguns militantes. Constroem-se, assim, numa espécie de “canibalismo político” e deslealdade permanente e não pela genuína intervenção na luta de classes.

Em particular, rejeitamos o método, usado freqüentemente por estas organizações, de praticarem o **entrismo** (e o trabalho fracional secreto) nas organizações com quem dizem querer aproximar-se. O entrismo é uma tática que só pode ser admitida em organizações inimigas e oportunistas; não em organizações revolucionárias.

Por isso, qualquer tentativa de reconstruir a IV com estes grupos significará, inevitavelmente, a paralisia provocada por intermináveis lutas internas.

A necessidade de relações leais e fraternais

Ao enfatizar esta delimitação clara com os grupos sectários e sua metodologia, já começamos a expressar outro critério fundamental para um projeto de reconstrução da IV. As relações entre organizações revolucionárias devem ter como objetivo uma aproximação de posições e ações comuns para, à medida que houver acordos sólidos, avançar até uma unificação.

Por isso, relações baseadas **num método comum de honestidade, franqueza e lealdade** são uma pré-condição. Isto é, num marco de respeito mútuo, buscar os acordos que nos unem e discutir com total clareza as diferenças que existem. Se existirem acordos fundamentais, poderão haver avanços rumo a uma unificação. Em caso contrário, mesmo que a unificação não ocorra, poderão ser mantidas relações fraternais e acordos de menor nível. Reiteramos que este método implica o rechaço ao entrismo entre organizações que se reconhecem como revolucionárias e a qualquer tipo de manobras fracionais.

A LIT-QI está à disposição dos revolucionários como uma ferramenta para reconstruir a IV

Até aqui, assinalamos os eixos programáticos, o método e os atores com os quais propomos reconstruir a IV Internacional. No entanto, fica um ponto central para discutir: qual é o **marco organizativo** a partir do qual ela pode ser reconstruída?

Frente a esta questão, a LIT está à disposição das organizações revolucionárias e militantes revolucionários de todo o mundo como uma ferramenta e um espaço democrático para a reconstrução da IV.

Nós nunca nos definimos, nem cremos ser, a “única corrente internacional revolucionária do mundo”. Recentemente, unificamo-nos com outra corrente

revolucionária internacional (o CITO). Uma organização nacional importante (o PdAC da Itália) ingressou há pouco tempo na LIT-QI e estamos discutindo com outra organização internacional (a UIT).

É muito provável que apareçam outras correntes revolucionárias nacionais e internacionais que se disponham a construir uma Internacional revolucionária seguindo o modelo da III e da IV, em base a fatores tais como a agudização da luta de classes; a traição e a crise dos aparatos e da grande maioria das correntes internacionais do trotskismo.

Este último fator reveste-se de uma importância particular. As organizações “trotskistas” ultrapassaram a fronteira de classes. Passaram-se à colaboração, ao apoio ou à participação aberta em governos burgueses. Isto é, deixaram de ser organizações trotskistas, abandonaram princípios básicos do marxismo. Coerentes com essas posições, abandonaram a estratégia da revolução socialista mundial e a tarefa de construir a IV Internacional.

O “movimento trotskista” - considerado como um conjunto de organizações e correntes que, apesar de suas diferenças, mantinham sua independência dos aparatos social-democratas, stalinistas, nacionalistas burgueses ou pequeno-burgueses, mesmo quando capitulavam politicamente a eles em diversos casos - acabou-se, já não existe mais. A maioria de suas organizações, mesmo que continuem existindo ou inclusive se fortaleçam, já não são independentes, mas apêndices de esquerda do castro-chavismo, da social-democracia ou de aparatos nacionais.

Apesar deste giro majoritário à direita, a LIT-QI, bem como outras organizações, manteve-se como uma organização internacional principista. Estamos abertos a unificações com outras correntes revolucionárias internacionais, e inclusive a integrar-nos a outra organização, se esta for qualitativamente mais forte, à medida que tenhamos acordos programáticos e metodológicos.

De imediato, colocamos todo o patrimônio político e militante da LIT-QI, sua estrutura de seções e publicações a serviço da reconstrução da IV. Num certo sentido já o fazemos, ao realizar nosso IX Congresso, e suas respectivas discussões precongressuais, aberto a diversas organizações com as quais estamos discutindo.

Nas atuais condições, a LIT-QI é atualmente um “espaço natural” para que as correntes revolucionárias integrem-se e atuem internacionalmente, debatam e intervenham nos centros da luta de classes e contribuam à necessária atualização programática que as mudanças da situação mundial exigem.

Por isso, colocamos nossa Internacional à disposição de todas as correntes internacionais ou organizações nacionais revolucionárias para que a tomem como um instrumento para construir esta Internacional revolucionária, isto é, para reconstruir a IV.

Esta atitude não representa nenhum tipo de autoproclamação. **Nós não somos nem nos julgamos a IV reconstruída.** Esta é uma tarefa que está por ser feita e esperamos realizá-la com todos os revolucionários dispostos a encará-la.

Desde sua fundação, esta concepção foi expressa nos Estatutos da LIT:

“A LIT (QI) não proclama ser a direção revolucionária do proletariado mundial, nem representa a superação da atual crise da Quarta Internacional, mas

no momento constitui a única organização mundial democraticamente centralizada que combate com estes objetivos. A LIT (QI) reafirma que a crise de direção revolucionária será resolvida no curso da mobilização de massas, mediante acordos e fusões com outras tendências e organizações que, impulsionadas pelo ascenso, comprometam-se à luta contra os aparatos contra-revolucionários stalinistas, social-democratas, das burocracias sindicais e das correntes oportunistas pequeno-burguesas nacionalistas e contra o revisionismo, que se reivindica trotskista mas capitula a eles.”

Democracia e centralismo na reconstrução da IV

Sabemos que, apesar dessa declaração, existem organizações que fazem objeções ao funcionamento centralizado de uma Internacional. Seguramente, as experiências negativas do passado contribuíram para tanto. Por isso, cremos que esta discussão deva ser abordada.

Ao defender a proposta de uma organização que funcione com um regime centralista democrático, rechaçamos a concepção federativa de uma Internacional. Baseamo-nos em razões objetivas e subjetivas; históricas e atuais. Nas *Teses de Fundação da LIT*, relacionando a situação da luta de classes e o regime da Internacional, assim nos expressávamos:

“Afirmamos que **a necessidade de uma direção internacional, de estruturar uma organização com centralismo democrático, tenderá no futuro a crescer e não a diminuir.** Isto é assim porque a situação objetiva – a derrocada e o desprestígio vertiginoso dos aparatos - está abrindo ao trotskismo oportunidades como jamais as teve. Grandes correntes que rompem com os velhos aparatos e que se radicalizam navegam objetivamente até o porto do trotskismo: Estas grandes oportunidades implicam igualmente os maiores perigos.”

Nessas mesmas Teses, não por acaso, explicava-se como a terrível experiência da longa crise da IV Internacional, os desvios revisionistas e o nacional-trotskismo, obrigaram o trotskismo principista a uma “longa marcha” de décadas para reconstruir uma organização internacional:

“Por fim, afirmamos que, sem exceção alguma, todas as experiências de federalismo ou de trotskismo nacional terminaram na lata de lixo da história. Queremos, como é nossa norma, chamar as coisas por seu nome: federalismo é sinônimo de dissolução. Federalismo hoje é deixar apenas o SU revisionista como única direção trotskista internacional. Isto significa, pura e simplesmente, a liquidação. Dizemos igualmente que, em nenhum lugar do mundo, o trotskismo conheceu até agora um partido federativo que não tenha degenerado. Para nós, os rumos de Lambert e Healy não são casualidades. Não é tampouco casual que o SWP, federalista por toda a vida, seja o partido do SU mais corrompido por Castro. Em síntese, tanto a experiência desta longa, difícil e demorada marcha para construir uma direção revolucionária internacional, como o atual panorama mundial da luta de classes, de-

monstram-nos a necessidade de **contar com uma organização internacional regida pelo centralismo democrático.**”

Mantendo esta concepção, cremos que numa Internacional, e assim funciona a LIT-QI hoje, **o pólo democrático deva ter o maior peso atualmente.** Neste sentido, a LIT-QI já é, e deve ser cada vez mais, um espaço democrático para todas as organizações revolucionárias.

Neste aspecto, os Estatutos da LIT-QI, explicam que “... até que a direção internacional seja provada na luta de classes e apoiada em partidos com influência de massas, as relações entre o Comitê Executivo Internacional e as seções serão regidas pelas seguintes normas:” e afirmam que: “O CEI não poderá intervir em nenhuma seção oficial ou simpatizante, nem obrigá-la a implantar uma tática ou linha política ou organizativa nacional.”

Estamos tão convencidos da necessidade deste caráter democrático da LIT-QI que aqueles que hoje compomos sua direção estamos dispostos a ser minoria, na eventualidade de uma unificação com novas organizações. Os revolucionários não lutam por postos, nem por aparatos sindicais ou parlamentares, nem sequer pelo aparato da LIT-QI. Lutamos por um programa revolucionário. Se chegarmos a sólidos acordos programáticos com diversas organizações e isso significar ser minoria na LIT-QI, aceitaremos com prazer esta situação, porque significará um salto na reconstrução da IV. Estamos convencidos de que o espaço democrático desta “nova LIT” será mantido, porque a unificação com estas organizações também será dada através de um método são e democrático que continuará vigente na “nova” Internacional unificada.

Chamamos as organizações revolucionárias de todo o mundo a encararmos juntos a reconstrução da IV Internacional

A LIT-QI está firmemente convencida de que a situação mundial abre novas possibilidades para aproximarmo-nos de nossa tarefa histórica: a construção de uma Internacional revolucionária, o que, para nós, significa a reconstrução da IV. A nova situação da luta de classes, a experiência da vanguarda e de um setor de massas com os governos de Frente Popular e o processo de reorganização do movimento de massas, abrem novas possibilidades de reagrupamento dos revolucionários. Isto é, de reconstruir a IV.

A LIT-QI e todas as organizações que se reivindicam revolucionárias e principistas têm pela frente esta responsabilidade. Estamos chamados a cumprir um papel de vanguarda neste processo. Isto é, somos obrigados a encarar o desafio e a oportunidade de reconstruir a IV Internacional.

A LIT-QI está disposta a assumi-lo e já o estamos fazendo. Com esta disposição, fazemos um chamado a todas as organizações revolucionárias para que nos unamos nesta tarefa, de cuja resolução dependerá a possibilidade de triunfo da Revolução Socialista Mundial ■

O “trotskismo reformista” rompe a barreira de classe

BERNARDO
CERDEIRA

Historicamente, o confronto em relação ao apoio ou à participação das organizações de esquerda em governos burgueses “progressistas” foi um divisor de águas no movimento operário internacional. Tradicionalmente, este debate marcou um enfrentamento entre correntes reformistas, que defendiam a colaboração com a burguesia “progressista”, e setores revolucionários.

Esse enfrentamento ocorreu entre a ala reformista e os setores revolucionários durante a discussão sobre a participação de Millerand em um governo burguês na França, antes da Primeira Guerra Mundial.

Também foi o eixo do enfrentamento entre Lenin e os mencheviques e entre Lenin e a ala oportunista do Partido Bolchevique, liderada por Kamenev-Stalin, que apoiou o Governo Provisório burguês do príncipe Lvov na Rússia, em fevereiro de 1917.

O VI Congresso da Internacional Comunista, em 1935, votou a política de Frente Popular, isto é, uma política permanente de aliança das organizações operárias oportunistas com um setor da burguesia imperialista. A partir daí, a política de colaboração de classes dos partidos operários oportunistas com setores burgueses e o apoio e a participação em governos de coalizão de classes foi não só defendida pelos partidos social-democratas e stalinistas, como implementada como uma “política de estado” pela URSS. Um dos exemplos mais ilustrativos é a imposição do governo da URSS, no pós-guerra de 1945, de que os Partidos Comunistas da França e da Itália, que tinham condições de lutar pela conquista do poder, entrassem em governos burgueses para respeitar os acordos de Yalta e Potsdam e preservar esses dois países no “campo ocidental” e capitalista.

A IV Internacional, dirigida por Leon Trotsky, surgiu lutando contra o imperialismo e a burocracia stalinista e, entre outros combates, contra essa política traidora dos partidos comunistas. A questão da luta contra a Frente Popular caracterizou o trotskismo na França, em 1936, e na Espanha, durante a revolução e a guerra civil de 1936 a 1939.

No entanto, 70 anos depois da fundação da IV, no início do século XXI, presenciamos o nascimento de uma aberração neste terreno: o surgimento de organizações que se reivindicam “trotskistas”, ou de origem trotskista, mas que participam ou apóiam governos burgueses de colaboração de classes ou populistas de esquerda.

Este fenômeno se verificou com mais freqüência na América Latina, correspondendo à “onda” de eleições de governos de Frente Popular ou populistas

de esquerda. Vai desde a participação da Democracia Socialista —antiga seção da corrente internacional *Secretariado Unificado* (SU), organização que se autoproclama “a” IV Internacional— no governo Lula, até o apoio de diversas correntes internacionais que se reivindicam trotskistas ao governo Chávez (a TMI dirigida por Alan Woods, o MES do Brasil, o MST da Argentina, Marea Socialista da Venezuela, o SU e a corrente internacional dirigida pelo SWP da Inglaterra). Mas esse mesmo fenômeno apareceu também na Europa. Por exemplo, durante o governo burguês de Romano Prodi, que contou com a participação do Partido da Refundação Comunista (do qual participava a seção italiana do SU).

O que antes só acontecia de forma esporádica, e sob a forma de uma capitulação disfarçada com um discurso revolucionário (por exemplo, o apoio do SU ao governo da Frente Sandinista na Nicarágua, em 1979), é agora uma orientação generalizada.

Entretanto, se a participação ou o apoio dessas correntes a esses governos é um fato, as justificativas políticas e teóricas de seus dirigentes são elípticas e se baseiam em argumentos deliberadamente confusos. Essa “ginástica” intelectual é imprescindível porque é preciso ocultar a ruptura total desse tipo de “trotskismo” com os princípios do marxismo revolucionário defendidos por Lenin, Trotsky e pela própria tradição da IV Internacional.

Neste artigo, estudaremos as posições do SU, não só porque é a corrente internacional de origem trotskista mais importante, senão também porque nos parece que é a “matriz” teórica desse surto oportunista.

O SU e a estratégia: Frente Popular ou Governo dos Trabalhadores?

Daniel Bensaid, um dos principais dirigentes da Liga Comunista Revolucionária da França e do SU, tratou o tema em um artigo publicado em 2006, intitulado *O início de um novo debate: o retorno da estratégia*.

Celebrando o que ele chama de *o retorno da política* —que, em seu modo de ver, surge do ascenso da luta popular nos primeiros anos deste século— e o reavivamento dos debates estratégicos, Bensaid trata de vários temas tais como a experiência das revoluções do século XX, a greve geral insurrecional, a guerra popular prolongada, o programa de reivindicações transitórias e outros. Neste trabalho, iremos nos circunscrever ao tema do governo dos trabalhadores, dos governos de colaboração de classes e a posição das organizações revolucionárias sobre estes últimos.

Abordando o problema da conquista do poder nacional pela classe operária, e do programa de reivindicações transitórias, necessário para mobilizar as massas rumo a este objetivo, Bensaid pondera que “a questão mais complicada da dimensão transitória é a do **governo dos trabalhadores**”. Desenvolvendo seu raciocínio, o autor discorre sobre o debate que se deu no V Congresso da III Internacional sobre o balanço da revolução alemã de 1923 e os governos social-democratas com participação dos comunistas de Saxônia/Turíngia (verão de 1923). A discussão abordou vários aspectos, mas o principal era se a consigna de “governo dos trabalhadores” (ou “governo operário e camponês”) deveria

ser um sinônimo da ditadura do proletariado ou ser um governo dos partidos operários reformistas. E, neste último caso, se os comunistas poderiam apoiá-lo ou, inclusive, participar dele.

Assinalando as contradições e dificuldades do debate, Bensaïd propõe uma definição de critérios que, em sua opinião, permitiriam a participação no que chama um “governo de coalizão”:

Seria irresponsável dar uma solução universalmente válida; no entanto, podem ser combinados três critérios para avaliar a participação em um governo de coalizão com uma perspectiva transitória:

- a) A questão da participação surge em uma situação de crise ou pelo menos de um significativo ascenso nas mobilizações sociais, e não no vazio;
- b) governo em questão deverá estar comprometido com o início de uma dinâmica de ruptura com a ordem estabelecida. Por exemplo, (...) de uma reforma agrária radical, “incursões despóticas” no domínio da propriedade privada, a abolição de privilégios fiscais, uma ruptura com as instituições como as da Quinta República na França, Tratados Europeus, Pactos militares, etc.;
- c) Finalmente, que a relação de forças permita aos revolucionários assegurar que, caso não consigam garantir que os não-revolucionários no governo cumpram suas promessas, façam com que eles paguem um preço elevado pelo não cumprimento.

Mas, surpreendentemente, tomando como base esses critérios, Bensaïd passa a avaliar a participação da Democracia Socialista no governo Lula, onde um de seus dirigentes, Miguel Rosetto, participou como ministro da Reforma Agrária. Segundo Bensaïd, a opção de entrar no governo Lula teria sido um erro, embora circunstancial, “tático” e não de princípios. Vejamos como ele explica a questão com suas próprias palavras:

À luz desses critérios, a participação no Governo Lula no Brasil se apresenta como um erro:

- a) Nos últimos 10 anos, com a exceção do movimento dos Sem Terra, os movimentos de massas se encontram em refluxo;
- b) A campanha eleitoral de Lula e sua “Carta aos Brasileiros” anunciavam claramente uma política social-liberal, hipotecando antecipadamente o financiamento da reforma agrária e do programa “Fome Zero”;

Finalmente, a relação de forças dentro do partido e do governo era tal que, com um semi-ministério de agricultura não era uma questão de apoiar ao governo “como a corda sustenta o enforcado”, mas sim como um fio de cabelo que não poderia sustentá-lo. Posto isso, e levando em conta a história do país, sua estrutura social e a origem do PT, optamos por não tornar essa questão uma discussão de princípios (embora tenhamos expressado oralmente nossas reservas aos camaradas acerca da participação e os alertamos para os perigos). Preferimos acompanhar a experiência de forma a elaborar um balanço com os camaradas, em vez de dar lições à distância.

Ilusionismo oportunista

Apesar desse ato de prestidigitação —um verdadeiro “ilusionismo” teórico— ter sido bem feito, não é difícil desmascarar seu autor. Ao introduzir a discussão sobre “governo dos trabalhadores”, ocorrida durante a revolução alemã, para depois estabelecer critérios gerais e aplicá-los criticamente à participação da DS no governo Lula, Bensaid quer produzir a impressão de que se trata da mesma discussão.

Nada mais falso. A discussão que se deu na III Internacional era sobre a correção ou não de participar em um governo dos trabalhadores formado por partidos operários reformistas, **sem a participação de partidos burgueses**. É a famosa *hipótese teórica muito pouco provável*: que os partidos operários oportunistas rompam com a burguesia e assumam o poder, que Trotsky levanta no Programa de Transição. É discutível se o partido revolucionário deve participar ou não desse tipo de governo e, caso possa participar, em quais condições. Por isso, existiu o debate na Terceira, limitado, contudo, a essas circunstâncias.

O caso do governo Lula é totalmente diferente. Desde o princípio, foi um governo de aliança entre setores da burguesia nacional e o imperialismo com os principais partidos operários oportunistas do país (principalmente o PT, mas também o PC do B) e as principais centrais sindicais (CUT e Força Sindical). A burguesia estava representada, entre outros ministros, por Roberto Rodrigues, ministro da Agricultura e representante do grande capital ligado ao agronegócio; Furlan, dono da empresa Sadia, um dos maiores grupos exportadores de alimentos do país, de capital monopolista nacional, e por Henrique Meirelles, presidente do Banco Central, ex-presidente do Bank of Boston.

Um governo de coalizão entre as organizações operárias oportunistas e setores da burguesia nacional e imperialista. Ou seja, um governo de colaboração de classes, comumente conhecido na literatura política de cunho trotskista como um *governo de Frente Popular*, em referência à política adotada pelo stalinismo em 1935. O trotskismo sempre caracterizou esse tipo de governos como **burgueses**, apesar de “anormais”, porque a classe operária vê tais governos como “seus governos”, na medida em que seus representantes participam deles.

Portanto, para quem está muito familiarizado com os princípios e fundamentos do marxismo, como obviamente é o caso de Bensaid, não pode haver nenhuma dúvida de que o governo Lula sempre foi, desde o princípio, um **governo burguês** até a medula. Algumas organizações trotskistas questionam, inclusive, se o governo Lula deve ser caracterizado como uma Frente Popular ou se seria um governo burguês “normal”. Isso é discutível. Mas não há dúvidas de que se trata de um governo burguês.

Por tratar-se de um governo burguês, os critérios de participação tais como “ascenso nas mobilizações sociais”, “dinâmica de ruptura com a ordem estabelecida” ou “relação de forças”, todos circunstanciais, não se aplicam em absoluto, porque **existe um problema de princípio** que se antepõe aos demais: *os revolucionários nunca participam de um governo burguês*.

Ao tentar utilizar os critérios citados e outros elementos, tais como “a história do país, sua estrutura social e a origem do PT”, e não um problema de princípio para julgar a política da DS, Bensaid procura estabelecer um prece-

dente teórico e político: a definição de que o apoio ou a participação em governos burgueses de colaboração de classes seria uma questão tática.

A posição de Trotsky sobre a Frente Popular

Não pode haver dúvidas sobre qual era a caracterização e a posição de Trotsky sobre a Frente Popular. O revolucionário russo caracterizava esse tipo de aliança como uma frente **contra-revolucionária** e o governo surgido dela como um governo burguês. Nada melhor do que reproduzir com suas próprias palavras sua caracterização da Frente Popular formada entre o Partido Socialista, o Partido Comunista e o Partido Radical na França, em 1936:

A “Frente Popular” é uma coalizão do proletariado com a burguesia imperialista, representada pelo Partido Radical e outras podridões da mesma espécie e menor envergadura. A coalizão se estende ao terreno parlamentar.¹

Trotsky é, em seguida, ainda mais enfático sobre a caracterização da Frente Popular:

...a “Frente Popular”, em sua forma atual, não é outra coisa que a organização da colaboração de classes entre os exploradores políticos do proletariado (reformistas e stalinistas) e os exploradores da pequena burguesia (radicais).

Muitos poderiam perguntar: por que é uma questão de princípios para os revolucionários não participar nem apoiar politicamente alianças e governos desse tipo? Afinal, um governo assim não poderia ter alguma coisa progressiva frente a outros governos burgueses?

O problema é que esse tipo de governo surge justamente em momentos de ascenso, ou quando a classe operária e as massas ameaçam com suas ações revolucionárias a dominação da burguesia. Ou quando, em uma situação pré-revolucionária, se acumulam contradições que caminham neste sentido. Nessas condições, um setor da burguesia lança mão de uma aliança com organizações operárias oportunistas para frear ou desviar o ascenso das massas.

Trotsky, tomando a Frente Popular da França como exemplo, explicava que o objetivo desse tipo de coalizão e de governo é **“frear o movimento de massas orientando-o em direção à colaboração de classes”**. Depois, ressaltava:

[num momento em que] as massas estão impacientes e prontas para explodir, torna-se necessário um freio mais sólido, com a participação dos “comunistas”. Os atos comuns, as marchas com grande espetáculo, a união da bandeira da Comuna com a bandeira de Versalhes, os gritos, a demagogia, tudo isso não tem mais que um objetivo: **conter e desmoralizar o movimento de massas**.

Indo mais longe, Trotsky chegava a identificar a Frente Popular com sua tarefa contra-revolucionária, criando uma caracterização funcional de extrema utilidade. Para ele, era possível resumir assim **“...a definição da Frente Popular: uma válvula de segurança contra o movimento de massas”**.

Trotsky ressaltava que a burguesia (representada pelo Partido Radical) atuava na Frente Popular impedindo e paralisando as organizações operárias, se

¹ Todas as citações de Trotsky são do livro “Aonde vai a França?”.

estas se vissem pressionadas pelas massas para atender suas reivindicações: “Em ambos os terrenos, o Partido Radical, que conserva toda sua liberdade de ação, limita brutalmente a liberdade de ação do proletariado”.

Dessa maneira, paralisando e desmoralizando o movimento operário e as massas, a Frente Popular prepara as futuras derrotas do proletariado, pela via eleitoral ou, inclusive, permitindo que a burguesia prepare um golpe militar contra-revolucionário. O golpe de Pinochet contra o governo da Unidade Popular de Salvador Allende no Chile, em 1973, é um exemplo que não deixa dúvidas.

Portanto, para Trotsky, a questão da participação de organizações operárias em governos burgueses era uma evidente traição aos princípios revolucionários. Isto é, não participar desses governos, nem apóia-los, era uma questão de princípios.

Trotsky destacava que, inclusive nas mais difíceis condições vividas pela jovem república soviética, durante a guerra civil e a brutal crise econômica que a seguiu, jamais a Internacional Comunista orientou alguma de suas seções a realizar uma Frente com a burguesia nacional:

...de 1918 a 1923, quando a diplomacia soviética se viu freqüentemente obrigada a andar com rodeios e a aceitar acordos, jamais ocorreu a nenhuma seção da Internacional Comunista que podia fazer um bloco com sua burguesia!

Refutando a calúnia stalinista, que afirmava que a política de Frente Popular era inspirada em Lenin, Trotsky desafiava: “Os senhores falsificadores poderiam indicar em que fase, em que momentos e em que circunstâncias o partido bolchevique realizou na Rússia um simulacro de Frente Popular?”

Depois, explicava que Lenin adotava uma posição de princípio radicalmente oposta a uma aliança com setores burgueses. Segundo Trotsky, Lenin não aceitava “nem ‘programas’ comuns, nem organizações permanentes, nem renúncia a criticar os aliados”.

Por fim, sobre a política que os revolucionários deveriam adotar sobre esse tipo de frente de colaboração de classes, Trotsky defendia uma posição categórica sobre a Frente Popular e sobre a direção oportunista da classe operária, nos seguintes termos:

A condição da vitória do proletariado é a liquidação da direção atual. A consigna de “unidade”, nessas condições, converte-se não só em uma estupidez, mas ainda num crime. **Nenhuma unidade com os agentes do imperialismo francês e da Sociedade das Nações.**

Um “trotskismo” que já não é mais trotskista

Se as posições clássicas de Lenin e Trotsky eram tão cristalinas, e se é evidente que os governos atuais de colaboração de classes, como o de Lula, são tão burgueses e pró-imperialistas como as Frentes Populares da década de 1930, então, a conclusão forçosa é que essas organizações deixaram de ser trotskistas. Como afirmamos no princípio, o SU é o exemplo mais acabado dessa degeneração.

Essa mudança de qualidade fica ainda mais clara quando a comparamos com o passado dessas mesmas organizações. A capitulação do SU a governos

burgueses não é nova. Na revolução boliviana de 1952, o Partido Operário Revolucionário (POR), seção da IV Internacional, orientado pela direção da IV daquela época, apoiou “criticamente” o governo burguês do MNR de Paz Estenssoro e não levantou a reivindicação de que a Central Operária Boliviana (COB) tomasse o poder. Foi uma capitulação vergonhosa que contribuiu para a derrota da revolução boliviana, na medida em que o POR possuía uma grande influência política na Federação dos Mineiros e na COB.

Mas, apesar dessas capitulações, a direção do SU era obrigada a respeitar uma mínima fronteira de classes: a não participação em governos burgueses. Um exemplo é particularmente ilustrativo: o do *Lanka Sama Samaja Party* (LSSP, Partido Socialista dos Trabalhadores do Ceilão, atual Sri Lanka), que foi, junto com o POR, um dos partidos trotskistas com mais influência política de massas no mundo. O LSSP possuía deputados desde a década de 1930, grande influência em uma central sindical e em federações de funcionários públicos.

No entanto, em 1964, o Secretariado Unificado expulsou a maioria do LSSP de suas fileiras, porque o LSSP resolveu apoiar e participar do governo burguês de Frente Popular da primeira ministra Sirimavo Bandaranaike. O LSSP se dividiu, uma minoria se opôs à decisão de participar desse governo burguês e constituiu outro partido, apoiado e reconhecido pela direção do SU. É interessante observar que os argumentos defendidos por esta minoria para romper se baseiam exatamente em razões de princípio, relacionadas diretamente com a decisão da maioria de participar no governo burguês. A resolução da Conferência que fundou o novo partido afirmava:

A decisão da maioria reformista do LSSP de entrar em uma coalizão com o governo capitalista do SLFP... e, portanto, de se transformar em um instrumento da classe capitalista no Ceilão, **constitui uma completa violação dos princípios básicos do trotskismo, no qual está baseado o programa revolucionário do partido.** Essa degeneração é o resultado lógico da linha parlamentar reformista que a maioria da direção do partido vem seguindo há vários anos, da substituição da luta de classes e das perspectivas revolucionárias pela luta reformista e parlamentar e do recrutamento sistemático de elementos não-revolucionários para o partido sobre esta base. Dada esta situação, os revolucionários do LSSP decidiram se organizar sobre a base do programa do partido. Portanto, se retiram da Conferência e, daqui por diante, funcionarão como uma organização separada com o nome de Lanka Sama Samaja Party (Seção Revolucionária).²

Como resposta, o Secretariado Unificado enviou uma mensagem ao LSSP (RS) dizendo que concordava em “Reconhecer esta Conferência de Emergência como a constituição oficial da organização que representa a continuidade do movimento trotskista no Ceilão e credenciá-lo para falar e atuar em qualquer assunto pertinente à seção da Quarta Internacional neste país”.³

É evidente que neste importante episódio havia uma fronteira de classe que ainda não podia ser ultrapassada. O SU de então já adotava uma política de permanente capitulação aos partidos pequeno-burgueses e burocráticos (o que se viu no caso da revolução boliviana de 1952), mas se mantinha como uma corrente trotskista independente dos grandes aparatos social-democratas e co-

² *International Socialist Review*, 1964, New York, p. 79, citado por Robert J. Alexander em “Trotskyism in Ceylon/ Sri Lanka: Split and Decline of Ceylon/Sri Lanka Trotskyism”, Duke University Press, 1991

³ *International Socialist Review*, 1964, New York, page 114, citado por Robert J. Alexander, op. cit.

munistas. Hoje, deu um salto rumo a uma organização oportunista reformista que integra governos burgueses e teoriza abertamente sobre a “oportunidade” de participar deles, a partir de considerações “táticas”.

O abandono da ditadura do proletariado

Renegar de tal forma a política e os princípios defendidos por Lenin, contra a social-democracia, e por Trotsky, contra o stalinismo frente-populista, não poderia ser feito sem um questionamento mais profundo das bases do próprio marxismo. É inevitável. Portanto, não é casual que, no mesmo artigo sobre estratégia, Bensaïd faça a defesa da eliminação da expressão **ditadura do proletariado** dos estatutos da LCR, realizada por uma conferência dessa organização. A justificação é a forma, já que, segundo ele, o termo “ditadura” tem hoje uma conotação negativa:

A questão do governo dos trabalhadores nos traz inevitavelmente para a questão da ditadura do proletariado. Uma conferência da LCR decidiu por maioria de mais de dois terços remover sua menção dos estatutos. **Foi uma decisão justa.** Hoje em dia o termo “ditadura” mais facilmente evoca as ditaduras militares ou burocráticas do século XX que a venerável instituição romana de poderes de emergência temporários devidamente concedidos pelo Senado. Desde que Marx considerou a Comuna de Paris como “a forma política acabada” dessa ditadura do proletariado, seríamos mais bem compreendidos se utilizássemos a referência da Comuna, soviets, conselhos ou autogestão, do que nos mantendo presos a uma palavra fetiche que a história converteu em uma fonte de confusão.

Em primeiro lugar, é preciso deslindar a falsa discussão sobre a forma. Essa justificação não se sustenta. Poderia ser matéria de discussão se estivéssemos falando de uma forma de popularizar, ou tornar mais acessível, o conceito de “ditadura do proletariado”. Neste caso seria possível falar de “governo operário e camponês”, “governo dos trabalhadores”, “governo dos soviets ou dos Conselhos operários”, etc.

Mas, apesar de Bensaïd mencionar outras formas pelas quais “seríamos melhor compreendidos”, é muito fácil ver que não se trata disso. A mudança foi realizada no documento constitutivo da LCR, seu estatuto. O estatuto é um documento que trata os objetivos gerais, normas e princípios organizativos de qualquer organização para seus militantes, novos membros e simpatizantes. Não é um documento de agitação ou propaganda externa, mas tem uma grande importância para a educação interna da militância.

É evidente, para os militantes e simpatizantes da LCR, que houve uma mudança fundamental, programática, em sua organização, que agora não tem mais como **seu objetivo fundamental** a luta para que a classe operária tome o poder para **instaurar uma ditadura do proletariado.**

É preciso ir, portanto, ao problema de conteúdo. Ninguém sintetizou melhor do que Trotsky o objetivo de um partido ou de uma Internacional revolucionária: “Nosso programa se resume em três palavras: ditadura do proletariado”.



Lenin acompanhava Trotsky nessa definição. Para ele, a ditadura do proletariado é “...o conteúdo essencial da revolução proletária”. E destacava: “Pode-se afirmar, sem temor de exagerar, que é o problema principal de toda a luta de classe do proletariado”.⁴

O caráter central, decisivo, que os dois grandes dirigentes da primeira ditadura revolucionária do proletariado na história davam a esse conceito não é casual. É o objetivo central do programa do partido revolucionário para a revolução socialista. Nas palavras de Marx:

Entre a sociedade capitalista e a sociedade comunista há uma mediação: o período da transformação revolucionária da primeira na segunda. A este período corresponde também um período político de transição, cujo Estado não pode ser outro que a ditadura revolucionária do proletariado.⁵

Essa ditadura significa um Estado de transição ao socialismo, onde o proletariado, acaudilhando a imensa maioria da população, submete a classe exploradora, que é uma ínfima minoria, reprime sua resistência a abandonar seus privilégios, ao mesmo tempo em que implanta um regime de democracia nunca visto antes para a imensa maioria do povo. Conquistar o poder para instaurar a ditadura do proletariado em um país, desenvolver a revolução internacional, derrotar o imperialismo e estendê-la a todo o planeta, é a primeira tarefa histórica do proletariado na revolução socialista.

Evidentemente, o imperialismo, através de todo seu aparato ideológico de propaganda, redobra seus esforços para desmerecer e distorcer o conceito e o objetivo da ditadura do proletariado. Em especial, depois da queda dos regimes stalinistas do Leste europeu, recrudesceram essas pressões, procurando confundir as ditaduras burocráticas do stalinismo, base para os privilégios de uma casta, com o Estado operário revolucionário.

O abandono, por parte da LCR e do SU, da ditadura do proletariado não é nada mais que uma capitulação às pressões do imperialismo, uma adaptação aos preconceitos da democracia burguesa e, como diria Lenin, um abandono do próprio marxismo.

Um exemplo entre os que defendem os princípios do marxismo

Atualmente, não somos os únicos que denunciavam esse processo de degeneração de correntes trotskistas. Organizações que foram do SU compartilham as mesmas críticas e caracterizam da mesma forma a evolução dessa corrente. A organização grega OKDE-EP (que provém do SU), em seu documento **A IV Internacional em perigo mortal**, expressou uma visão com a qual concordamos em essência:

Já faz vários anos que a IV Internacional está em uma profunda crise que vai piorando e tornando-se cada vez mais profunda. O XV Congresso Mundial (Fevereiro de 2003) durante o qual se deu a mudança no estatuto, foi decisivo e determinou em grande medida a crise da IV Internacional e seu curso rumo à desintegração. Hoje cabe perguntar se ela ainda existe ao menos como uma

⁴ Lenin, “A revolução proletária e o renegado Kautsky”, Obras escogidas, vol. IX, p. 4, Editorial Progreso, 1977, Moscou.

⁵ Marx, *Crítica do Programa de Gotha*, citado por Lenin, op. cit.

entidade (um corpo), sem falar de existência como uma organização revolucionária, tal como quiseram vê-la seus fundadores e também as dezenas de milhares de militantes revolucionários que, em circunstâncias muito difíceis, lutaram por sua construção, um trabalho que eles viram, e é, de fato, equivalente à emancipação do proletariado e a vitória da revolução socialista.

Há vários anos, talvez desde meados dos anos 80 e particularmente desde 1989-90 há um constante e gradual abandono de todos os princípios fundamentais do marxismo revolucionário e das conquistas históricas e programáticas da IV Internacional. As mudanças no estatuto da IV Internacional são o resultado dessa traição política e ideológica, que vem transformando o Partido Mundial da Revolução Socialista em uma organização “pluralista” que luta pelo socialismo.

Este curso de mutação que a IV Internacional vem seguindo está em total contradição com os princípios e tarefas do marxismo revolucionário, a profunda crise do sistema mundial capitalista, o ascenso das lutas de classe e as mudanças que vêm ocorrendo dentro do movimento operário e também com a tarefa de derrubar o sistema capitalista e preparar a revolução socialista.

Os camaradas da OKDE-EP chegam a conclusões muito similares às nossas com relação à participação de seções do SU em governos burgueses. Nesse mesmo documento, resumem o significado da degeneração das seções do SU que participaram de governos burgueses como uma vergonhosa traição:

A abolição dos princípios do marxismo revolucionário e das conquistas programáticas, estratégicas e táticas da IV Internacional, da mesma forma que a implementação de políticas de Frente Popular, tanto no conteúdo como na forma, conduziu a fenômenos sem precedentes em nosso movimento, como os casos das seções brasileira, francesa e italiana (que não são as únicas). A participação da seção brasileira no governo burguês de Lula e da seção italiana no governo imperialista de Prodi (ultimamente houve uma ligeira diferenciação na atitude desta última) **significa participar de governos que votam medidas reacionárias contra os trabalhadores, contra os pobres, contra as massas populares, a juventude e o proletariado mundial** —da mesma forma que a participação da seção portuguesa na formação reformista de direita do Partido da Esquerda Européia, depois de sair da Esquerda Européia Anticapitalista e se desintegrar num Bloco de esquerda—, **uma traição total e uma vergonha para nosso movimento.**” (Grifos nossos.)

Finalmente, localizam esses fatos como um processo de conjunto com várias expressões políticas, programáticas e teóricas.

A maioria da direção da IV Internacional (...) optou por abandonar os princípios do marxismo revolucionário e destruir as conquistas programáticas de nosso movimento. **Abandonaram a ditadura do proletariado.** A Democracia Socialista foi substituída por “Democracia”. Abandonaram as posições do marxismo revolucionário de apoio crítico a movimentos e países atrasados contra o imperialismo e adotaram “posições neutras” ou, pior ainda, se declararam a favor de intervenções imperialistas ou da ONU (Timor Leste, Iugoslávia, etc.). Abandonaram o Centralismo Democrático por um funcio-



namento supostamente “democrático” pluralista, o que em realidade não é senão o triunfo do individualismo, frações, camarilhas e ditaduras de direções que carecem de controle, seja burocrático ou não. Começaram a levantar críticas à Revolução de Outubro que não se diferenciam das críticas feitas pela social-democracia...

Esta confrontação global ao trotskismo reformista é apenas um dos exemplos que mostram que existe um setor de organizações trotskistas principistas, e/ou organizações revolucionárias de diferentes tradições teóricas, que resistem a este “vendaval oportunista”.

No entanto, falta uma conclusão. A grande tarefa das organizações principistas é a reconstrução da IV Internacional, para dotar o proletariado mundial de uma direção revolucionária. E só será possível reconstruí-la tomando distância e, ao mesmo tempo, enfrentando esse trotskismo oportunista que se degenerou irremediavelmente.

Neste princípio do século XXI, quando comemoramos os 70 anos da fundação da IV Internacional, todas as organizações que reivindicam os princípios do marxismo revolucionário estão chamadas a assumir a responsabilidade pela construção dessa Internacional revolucionária, que para nós é a IV Internacional ■

A aristocracia operária fora dos países imperialistas

A existência e perenidade de uma forte burocracia sindical no Brasil, que controla as duas mais poderosas centrais sindicais brasileiras, CUT e Força Sindical, além de controlar os maiores sindicatos do país, e a existência de uma série de pequenas centrais (CGT, CGTB etc.) obriga-nos a nos debruçar sobre o tema e tentar entender de onde vem sua força e onde se apóia esta burocracia para se manter e se reproduzir dentro do movimento operário brasileiro.

Ademais, na América Latina, dois fenômenos têm se expressado com força relativa importante: a volta do nacionalismo de base populista e o surgimento de partidos anticapitalistas nos moldes europeus.

Lenin e Moreno, como veremos mais adiante, afirmam que as correntes pequeno-burguesas e reformistas representam, no movimento operário, os seus setores aristocráticos. No Brasil, então, não há nem o que falar do PT, o maior partido operário e marcadamente reformista.

Apesar disso, a discussão que aqui apresentamos quer, única e exclusivamente, responder a uma pergunta: é admissível ou não falar, do ponto de vista teórico-marxista, em aristocracia operária em países coloniais, semicoloniais, independentes e em processos de recolonização e, inclusive, nos estados operários que existiram? a teoria marxista clássica coloca a aristocracia operária como um fenômeno apenas dos países imperialistas centrais ou deixa em aberto outras possibilidades?

Como ficará claro mais abaixo, buscaremos nos clássicos a origem do termo e seu posterior desenvolvimento. Nos centraremos nos autores mais reconhecidos do marxismo revolucionário, com uma exceção, Nicolai Bukharin, que não faz parte de nossas tradições, mas que escreveu um excelente livro sobre o imperialismo — *A Economia Mundial e o Imperialismo* — anterior à obra de Lenin sobre o mesmo tema e que adiantou uma série de posições que depois foram aprofundadas por Vladimir Ilich no seu livro *Imperialismo – Fase Superior do Capitalismo*.

Bukharin dá um primeiro passo na definição de aristocracia operária e cremos que vale a pena iniciar com ele este importante estudo teórico.

Bukharin e os efeitos do superlucro

Em que pese o fato de que Marx e em especial Engels¹ terem observado que um dos motivos pelo qual a classe operária inglesa era tão conservadora devia-se a seu aspecto ou modo de vida às vezes burguês, nenhum dos dois

JERÔNIMO
CASTRO

¹ Carta a Marx, de 7 de outubro de 1858. Escrevia Engels: “O proletariado inglês está-se aburguesando, de fato, cada dia mais; de modo que esta nação, a mais burguesa de todas, aspira aparentemente a chegar a ter, ao lado da burguesia, uma aristocracia burguesa e um proletariado burguês. Naturalmente, por parte de uma nação que explora o mundo inteiro isso é, até certo ponto, lógico”.

Jerônimo Castro é militante do PSTU-Brasil

teóricos pôde desenvolver mais profundamente esse raciocínio. Aliás, se observarmos o Manifesto Comunista em seu segundo capítulo, veremos que Marx propõe em 1848 a construção de um partido único de toda a classe trabalhadora². A razão que o leva a isso é que a classe operária em seus primórdios não contava ainda com uma aristocracia claramente delimitada.

Esse será um fenômeno da era dos monopólios e da exportação do capital, ou seja, da era do capitalismo imperialista.

Bukharin, em 1915, ao escrever sobre a mundialização do capital observa que:

A política colonial constitui uma fonte enorme de lucros para as grandes potências, isto é, para suas classes dominantes, para o “truste capitalista nacional”. É essa a razão da política colonial da burguesia. Por meio desta, entretanto, tem a possibilidade, ao preço da exploração das populações selvagens das colônias e dos povos conquistados, de aumentar os salários operários.³

Assim, o então jovem teórico bolchevique delimita pela primeira vez um setor específico da classe trabalhadora que se beneficia da exportação de capitais e da exploração das colônias, no entanto, ainda não dá a esse setor o nome moderno que tem hoje.

Mais adiante, delimita o alcance desse fenômeno aos países capitalistas avançados, a saber, aos países europeus e aos Estados Unidos: “A exploração de terceiros (produtores pré-capitalistas) e do trabalho colonial levou assim a um aumento do salário para os operários europeus e americanos”⁴.

Finalmente, Bukharin observa que o superlucro aumenta os salários de certas camadas da classe operária e nomeia as mais qualificadas como sendo as principais beneficiárias deste privilégio: “O superlucro obtido pelo Estado imperialista faz-se acompanhar de um salário elevado para certas camadas da classe operária e, em primeiro plano, para os operários qualificados”⁵.

Assim, em Bukharin já se encontra a gênese da definição de aristocracia operária, qual seja, beneficiar-se do superlucro imperialista e constituir uma camada mais bem paga dentro da classe operária.

A definição de Lenin

Lênin, quando define a aristocracia operária em “*Imperialismo...*”, parte já da definição prévia de Bukharin, cujo livro ele prefaciara.

Há duas definições em Lenin. A primeira, de que sempre nos lembramos, está descrita na introdução do livro, onde se lê:

É evidente que tão gigantesco superlucro (visto ser obtido para além do lucro que os capitalistas extraem dos operários do seu “próprio” país) permite subornar os dirigentes operários e a camada superior da aristocracia operária⁶.

Essa definição é, no entanto, insuficiente, na medida em que não leva em consideração outra definição do próprio Lenin, também de “*Imperialismo...*”, ao final, onde diz:

obtenção de elevados lucros monopolistas pelos capitalistas de **um entre muitos ramos da indústria**, de um entre muitos países, etc., oferece-lhes a

² Qual a posição dos comunistas em relação aos proletários em geral? Os comunistas não formam um partido à parte, oposto aos outros partidos operários. Não têm interesses diferentes daqueles do proletariado em geral. Não formulam quaisquer princípios particulares a fim de modelar o movimento proletário.

³ Bukharin, *A Economia Mundial e o Imperialismo*.

⁴ Idem.

⁵ Idem.

⁶ V.I. Lênin, *Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*.

possibilidade econômica de subornarem certos setores operários e, temporariamente, uma minoria bastante considerável destes últimos, atraindo-os para o “lado” da burguesia desse ramo ou dessa nação, contra todos os outros.⁷

Para Lenin, então, uma determinada indústria poderia “subornar” seus operários ou uma parcela deles e “aristocratizar” esse setor para usá-lo como apoio na luta contra outros setores operários. Essa não é uma conclusão menor. Levando ao pé da letra, significa dizer que um país não-imperialista pode, sim, ter uma aristocracia operária em suas indústrias mais desenvolvidas, se estas geram um superlucro.

Assim, um setor que tenha, de alguma maneira, seja por proteção estatal, nicho comercial ou outro fator, conseguido se erguer muito acima do lucro médio, poderia, em teoria, pagar a um setor de operários um salário superior à média do país e, inclusive, de sua própria indústria, criando no seio da classe uma divisão sobre a qual apoiaria a exploração dos demais operários.

Vale a pena notar também que para Lenin esse é um fenômeno temporário, ou seja, um setor pode transitar de aristocrático para não-aristocrático, dependendo da situação geral.

Trotsky e a aristocracia operária

Em *A Revolução Traída*, Leon Trotsky vê a formação de uma aristocracia operária na Rússia como base de apoio e sustentação da burocracia.

A amplitude dessas variações de salários estabelece uma diferença suficiente entre o operário “de elite” e o operário “comum”. Isto não basta ainda à burocracia. Os stakhanovistas são literalmente cumulados de privilégios. São cedidos a eles alojamentos; fazem-se reparações nas suas habitações; beneficiam-se de férias suplementares em casas de repouso e em balneários; mandam-se em domicílio mestres de escola e médicos; têm entradas gratuitas nos cinemas; chegam a ser barbeados gratuitamente ou com prioridade. Muitos desses privilégios parecem ser intencionalmente acordados para ferir e ofender o operário médio. A obsequiosa benevolência das autoridades tem como conseqüência, ao mesmo tempo, o carreirismo, a má consciência dos dirigentes locais que procuram avidamente a ocasião de sair do seu isolamento, fazendo beneficiar de privilégios a uma aristocracia operária⁸.

Claro está que não se pode falar da Rússia de 1936 como potência imperialista ou como exportadora de capital. Aliás, Trotsky observa, no mesmo livro, que a aristocracia operária soviética existe graças ao desempenho da economia soviética: “a formação de uma aristocracia operária só foi possível graças aos êxitos econômicos anteriores”. Assim, ele não nega que são os êxitos econômicos, a existência de algum excedente, o que gera a aristocracia operária, mas não vincula tal formação à exportação de capitais e a superlucros.

É claro que na economia soviética, onde o único que fornecia trabalho era o Estado e onde se concentrava a economia de todo o Estado, era possível criar arbitrariamente uma aristocracia tirando de outros setores sociais.

⁷ Idem.

⁸ Leon Trotsky, *A Revolução Traída*.



Não entraremos mais a fundo na complexa economia soviética burocraticamente planejada e nas suas distorções, queremos sumamente marcar o método de Trotsky para definir a aristocracia operária stakhanovista.

Trotsky foi descritivo para definir a aristocracia operária. Esse método consiste simplesmente em observar que os *stakhanovistas*⁹ viviam de maneira diferente e qualitativamente superior ao operário comum, que formavam um setor social distinto ainda que também trabalhassem e que serviam de base de sustentação e eram necessários à burocracia stalinista.

No entanto, Leon Trotsky não analisa apenas a existência da aristocracia operária na URSS. Em seu texto *Os Sindicatos na Época da Decadência Imperialista* ele observa que

os países coloniais e semicoloniais não estão sob o domínio de um capitalismo nativo, mas do imperialismo estrangeiro. Mas este fato fortalece, em vez de debilitar, a necessidade de laços diretos, diários e práticos entre os magnatas do capitalismo e os governos que deles dependem nos países coloniais e semicoloniais. **À medida que o capitalismo imperialista cria nas colônias e semicolônias um estrato de aristocratas e burocratas operários, estes necessitam do apoio dos governos coloniais e semicoloniais, que desempenhem o papel de protetores, de patrocinadores e às vezes de árbitros.** Esta é a base social mais importante do caráter bonapartista e semibonapartista dos governos das colônias e dos países atrasados em geral. Essa é também a base da dependência dos sindicatos reformistas em relação ao estado.” (Grifo nosso.)

Isso quer dizer que em algum momento o imperialismo pode criar, nos países coloniais e semicoloniais, um estrato de aristocracia operária. Trotsky não diz categoricamente que o imperialismo cria uma aristocracia nos países coloniais, mas ele não descarta tal possibilidade. Obviamente porque isso vai depender do grau de desenvolvimento da própria colônia, do seu papel na divisão internacional do trabalho, e dos interesses próprios do imperialismo.

Trotsky também avança nas conseqüências políticas do surgimento dessa aristocracia e do seu papel, coisa que não faremos aqui por não ser o objetivo do presente trabalho.

O papel da aristocracia operária e sua localização na produção

Nahuel Moreno, ao estudar a burocracia, observa o seguinte:

De modo geral, podemos dizer que existem hoje, ligados à classe operária, três setores claramente delimitados: a burocracia, a aristocracia e a base operária. Tanto a aristocracia quanto a base são parte da classe operária, trabalham nas empresas capitalistas; já a burocracia não trabalha nas empresas capitalistas, não é parte estrutural da classe operária, e sim da moderna classe média, de acordo com a definição de Trotsky.

Sem entrar na interessante polêmica sobre o caráter de classe da burocracia, pois esse não é nosso objetivo, podemos dizer que Moreno define como

⁹ Stakhanov era um mineiro de carvão que se tornou conhecido por quebrar recordes de produtividade. Os trabalhadores “stakhanovistas”, que cumpriam (ou superavam) as exigências de produtividade e disciplina no trabalho, tinham direito a salários um pouco mais altos do que os demais, além de vantagens como melhores habitações, acesso a escolas especiais, transporte particular, possibilidade de consumo mais regular de bens controlados ou escassos.

parte da classe operária apenas os operários de base e a sua aristocracia, pois ambos trabalham nas empresas capitalistas. Tal definição tem uma importância capital, pois deixa clara a possibilidade de que em dadas circunstâncias um setor da aristocracia possa se mover inclusive de forma revolucionária.

No nosso entender, essa afirmação não contradiz uma outra, do próprio Moreno, sobre o papel da aristocracia operária. Tal afirmação está na tese XIII da *Atualização do Programa de Transição*, quando Moreno diz o seguinte: “A aristocracia operária é a correia da transmissão da burocracia para o movimento operário (Tese XII)”¹⁰. Ora, essa é a função comum e corrente da aristocracia, mas nada impede que em situações excepcionais, tais como um ataque brutal da burguesia que prejudique inclusive os seus interesses, ela se mova e se alie aos setores mais explorados da classe. Cremos que a regra fundamental aqui é que a aristocracia é um setor da classe, e voltando a Lenin, que sua distinção social do restante da classe é temporária e, portanto, instável.

Vale a pena especular sobre um outro aspecto da discussão: é possível a existência perene, duradoura, de uma burocracia no seio do movimento operário sem contar com esta correia de transmissão? Antes, porém, de responder a esta questão vamos apenas apontar uma outra, a de que *a aristocracia operária é a base material do reformismo*.

Nahuel Moreno assim o diz: “As correntes pequeno-burguesas e burocráticas do movimento operário refletem um setor privilegiado do movimento de massas”¹¹.

Lenin vai ainda mais longe, ou pelo menos de forma mais dura na definição:

Essa camada de operários aburguesados ou de “aristocracia operária”, inteiramente pequeno-burguesa pelo seu gênero de vida, pelos seus vencimentos e por toda a sua concepção do mundo, constitui o principal apoio da II Internacional e, hoje em dia, o principal apoio social (não militar) da burguesia. Porque são verdadeiros agentes da burguesia no seio do movimento operário, lugares-tenentes operários da classe dos capitalistas, verdadeiros veículos do reformismo e do chauvinismo. Na guerra civil entre o proletariado e a burguesia colocam-se, inevitavelmente, em número considerável, ao lado da burguesia, ao lado dos “versalheses” contra os “communards”.¹²

Lenin vê claramente que a aristocracia operária não é apenas a base fundamental, a correia de transmissão da burocracia no movimento operário, não, ele também conecta o fato de a aristocracia operária ser o principal apoio do reformismo de todo tipo. E, em última análise, agentes da burguesia no movimento operário. Ademais, Lenin dá como demonstraremos no nono item do próximo ponto, uma definição precisa do que é a aristocracia operária.

Claro que, pensando inversamente, não basta a existência dessas correntes políticas reformistas para provar que existe de fato aristocracia operária, mas valeria a pena perguntar-se onde, e em quais setores da classe essas correntes se apóiam.

Algumas conclusões

De tudo o que foi exposto podemos tirar algumas conclusões teóricas iniciais.

Primeiro: a aristocracia operária é um fenômeno que se cristaliza no século

¹⁰ Nahuel Moreno, *Teses para a Atualização do Programa de Transição*.

¹¹ Idem.

¹² V.I. Lênin, *Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*.

XX, em que pese já existir em forma embrionária nos países de capitalismo mais adiantado do século XIX.

Segundo: a aristocracia operária é fruto de um lucro especial, qualitativamente superior ao da média de lucro, um superlucro, normalmente obtido da exportação de capitais e da exploração de colônias ou da apropriação de outras formas de renda como a renda pré-capitalista.

Terceiro: a aristocracia operária é um fenômeno temporário, podendo ter maior ou menor perenidade.

Quarto: uma empresa em separado, independente de ser ou não de um país imperialista, que consiga obter um superlucro, pode criar em seu próprio interior uma distinção tal que gere uma aristocracia operária.

Quinto: os países operários podem ter aristocracia operária e, no caso específico da União Soviética, houve uma aristocracia operária.

Sexto: a aristocracia operária cumpre um papel fundamental para a burocracia sindical, é sua correia de transmissão.

Sétimo: as correntes burocráticas e pequeno-burguesas são o reflexo político da aristocracia operária e nelas se apóiam.

Oitavo: a aristocracia operária é parte orgânica da classe operária.

Nono: a aristocracia operária é inteiramente pequeno-burguesa pelo seu modo de vida, pelos seus vencimentos e por toda a sua concepção de mundo; são verdadeiros agentes da burguesia no seio do movimento operário, veículos do reformismo e do chauvinismo.

Décimo: a aristocracia operária pode ser criada nos países coloniais e semicoloniais pelo capitalismo imperialista ■

O Veredicto da História

Rússia, China, Cuba. Da Revolução Socialista à Restauração do Capitalismo

A Editora Sundermann acaba de lançar um livro fundamental para se entender um dos acontecimentos cruciais do século XX, cujos reflexos vêm incidindo de forma clara sobre todo o desenrolar do século XXI: a restauração do capitalismo na URSS e no Leste Europeu. Escrito por Martín Hernández, dirigente da LIT(QI), o livro recebe prefácio de Valério Arcary, do qual publicamos aqui um extrato.

O livro de Martín Hernández que a Editora Sundermann apresenta aos leitores de língua portuguesa é um trabalho de investigação consistente e, teoricamente, corajoso, que apresenta hipóteses inovadoras para a compreensão de um processo ainda hoje pouco estudado pelo marxismo e, sobretudo, imerso em terrível confusão na esquerda. A restauração capitalista na URSS e no Leste Europeu, e o desmoronamento das ditaduras de partido único que passaram à história pela denominação de regimes estalinistas, foram das transformações históricas mais importantes da segunda metade do século XX, e permanecem um dos problemas mais complexos para o marxismo revolucionário contemporâneo. Diante de grandes acontecimentos existe sempre o perigo teórico de subestimar o seu valor ou, ao contrário, sobredimensioná-los. O perigo político é ainda maior e consiste em ficar apaixonado ou zangado com a realidade, porque o desenlace dos acontecimentos não correspondeu às nossas esperanças, ou contrariou nossas preferências. Uma parcela da intelectualidade de educação marxista, assim como da esquerda militante, conseguiu cometer estes dois erros. Diminuiu a importância da derrubada das ditaduras burocráticas pela mobilização operária e popular - a quinta vaga da revolução mundial no século passado - e uma das ondas de revoluções democráticas mais impressionantes da história. Em coerência, desvalorizou o significado da fragilização das organizações e partidos comunistas, que eram satélites do aparelho de Moscou, para a reorganização de uma esquerda internacionalista para o século XXI liberta das pressões que o estalinismo exerceu durante sessenta anos. Agigantou, por outro lado, as consequências da restauração capitalista, interpretando-a

Prefácio de
VALÉRIO
ARCARY

Valério Arcary é professor no CEFET-SP e membro da direção nacional do PSTU.



como uma derrota histórica de consequências irreversíveis. Não surpreende, portanto, que o cepticismo sobre as perspectivas da causa socialista tenha adquirido dimensões colossais. Reavaliar estes acontecimentos nas suas devidas proporções não era, portanto, um desafio pequeno. Entre outros méritos, este livro inverte de cabeça para baixo estes dois impressionismos, e articula de forma explicativa as condições político-sociais em que estes processos de signos históricos opostos – um progressivo, o outro regressivo – se desenvolveram, no contexto da luta entre revolução e contra-revolução, sem exaltações inadequadas, e sem pessimismos desnecessários. A elaboração que agora está reunida neste volume é o resultado de muitos anos de uma minuciosa pesquisa, que não dispensou várias viagens à Rússia e outros países do Leste Europeu, e a participação de seu autor em incontáveis debates e polémicas, com os mais variados interlocutores e as mais distintas posições. O marxismo crítico que inspirou as conclusões que o leitor encontrará neste livro procurou, na análise fria e objetiva da realidade, construir explicações sólidas que têm um duplo e indivisível compromisso: o primeiro com o rigor histórico, e o segundo com o projeto socialista. Só um marxismo radical, portanto, ancorado na tradição revolucionária, mas aberto aos desafios que uma realidade sempre nova nos coloca, seria capaz de unir um olhar sem medo do passado, mesmo quando ele nos foi adverso, com uma antevisão do futuro com valentia, que é a condição de poder dar passos firmes no presente.

A discussão da restauração capitalista evoca alguns dos tópicos teóricos e políticos mais difíceis do marxismo: os critérios dos clássicos para a qualificação da natureza social dos Estados; o papel da burocracia como casta privilegiada nas experiências de transição pós-capitalistas, em especial, no processo pioneiro e decisivo, que foi a ex-URSS; o sentido econômico-social das quatro modernizações iniciadas sob a direção de Deng Xiao Ping na China, no final dos anos setenta; a apreciação do significado político da Glasnost e Perestroika lideradas por Gorbatchov nos anos oitenta; em uma dimensão mais histórica, a avaliação da estratégia estalinista de transição ao socialismo dentro de fronteiras nacionais, e da decadência econômica que, pelo menos desde os anos sessenta, levou a uma desaceleração e posterior estagnação da URSS; e, finalmente, o balanço das mobilizações operárias e populares que, entre 1989 e 1991, levaram à queda quase fulminante dos regimes de partido único, mas não foram suficientes para reverter a restauração capitalista. Todos estes problemas nos levam de volta à questão russa, ou seja, à natureza do estalinismo. A questão russa foi um tema teórico e político incontornável nos debates marxistas do século XX. Sendo um fenómeno original, historicamente, exigia uma nova elaboração, ainda que inspirada nas premissas teóricas legadas pelas gerações marxistas anteriores. Foram muitas e variadas as tentativas de compreensão da natureza da URSS: se as relações sociais capitalistas tinham ou não sido superadas; se o Estado soviético era um Estado socialista ou burocrático, ou operário burocraticamente degenerado; se a URSS era ou não um Estado que impunha uma relação imperialista aos outros Estados não-capitalistas, ou até, aos Estados que conquistaram a independência nacional no pós-Segunda Guerra Mun-

dial. Entre marxistas, a elaboração de Leon Trotsky, e daqueles entre a velha guarda bolchevique que a ele se associaram nas oposições dos anos vinte, como Rackovsky, se destacou como uma das principais referências. Trotsky partiu da análise histórica marxista da transição do feudalismo ao capitalismo, para refletir, da mesma forma que Lênin tinha ensaiado em seus escritos nos primeiros anos do regime soviético, sobre o desafio das condições de uma passagem histórica ainda mais complexa, a transição do capitalismo ao socialismo. Marx não confundia a análise da dinâmica das relações sociais de produção que se desenvolveram no seio das sociedades europeias, entre o século XV e o século XVIII, o período da acumulação primitiva de capital, com a análise sobre a natureza social dos Estados absolutistas, ainda com formas semi-feudais, como o francês antes da revolução de 1789. Os amálgamas mais estranho foram sempre um padrão na evolução histórico-social, e não encontraremos correspondência harmoniosa entre as formas econômico-sociais e as super-estruturas políticas. A colonização portuguesa do Brasil, por exemplo, utilizou massivamente a escravidão ao serviço da acumulação capitalista. A história não prefere a congruência. Marx admitiu como hipótese que a transição histórico-social ao comunismo exigiria uma fase intermediária, o socialismo, e Trotsky concluiu que a passagem econômico-política ao socialismo exigiria, também, uma etapa transitória. O conceito de Estado operário burocraticamente degenerado, uma fórmula que busca em uma síntese a expressão de um conflito social e histórico, se insere nestes marcos teóricos. A caracterização da URSS como um Estado controlado por uma casta socialmente privilegiada, mas que só poderia se perpetuar pelo controle político monolítico, ou seja, uma ditadura - um regime político inferior, historicamente, à democracia-liberal dos Estados capitalistas nos países imperialistas - mas que se apoiava em relações de propriedade superiores ao capitalismo, admitia que a formação social existente na URSS era um híbrido histórico instável: se a revolução mundial não obtivesse triunfos, relativamente rápidos, em alguma das sociedades mais industrializadas e mais educadas, a dinâmica regressiva na própria URSS seria irremediável, e a restauração do capitalismo seria uma questão de tempo. A existência de países onde a propriedade privada dos grandes meios de produção foi expropriada, ainda que os seus regimes políticos fossem aberrantes deformações burocráticas - um híbrido histórico, necessariamente transitório - colocou o marxismo revolucionário em uma situação paradoxal, ou até desconcertante. Deveria defender a natureza social dos Estados diante da pressão imperialista pela restauração capitalista. Deveria defender as conquistas da revolução contra os diferentes movimentos das frações que surgiram do interior das castas burocráticas para eternizar seus privilégios sociais e seu controle político que, na longa duração só seria possível com a restauração. Deveria, porém, ao mesmo tempo, apoiar as mobilizações dos trabalhadores e da juventude pelas liberdades democráticas, contra os regimes políticos de opressão, para reabrir o caminho para a democracia socialista e o retorno ao internacionalismo. Ou seja, uma defesa condicionada ao signo de classe do conflito. Algo muito mais complexo do que uma defesa incondicional ou uma oposição incondicional. A oscilação do pêndulo foi



sempre, no entanto, muito complexa nas mais variadas conjunturas, provocando nos seus extremos inevitáveis desequilíbrios: estalinofilia nos defensistas mais esquemáticos, ou estalinofobia nos anti-defensistas mais extremistas.

Não parece mais ter sentido um debate se houve ou não restauração capitalista. Pelo menos no que diz respeito à URSS e ao Leste europeu, já que em relação à China e a Cuba, não são poucos aqueles na esquerda que ainda estão convencidos que seriam Estados engajados em algum tipo de transição, mesmo que na longa duração, ao socialismo. Mas, quando, como e porque a restauração capitalista teria acontecido na URSS e no Leste Europeu, permanece uma questão envolvida em grande polêmica. A restauração capitalista nos anos noventa confirmou que a URSS não estava em transição ao socialismo, como acreditavam os apoiadores dos Partidos comunistas pró-soviéticos, mas não era, tampouco, capitalista, e menos ainda social-imperialista, como pensavam os apoiadores das organizações influenciadas pela elaboração de Mao Tse Tung e da direção chinesa, dando razão, portanto, à elaboração que a Quarta Internacional sustentou ao longo de meio século. Mas, a ironia da história, é que esta vitória intelectual não poupou os trotskistas das seqüelas da imensa confusão, e até desmoralização, que atingiu o conjunto da esquerda marxista mundial. Afinal, durante seis décadas, tanto os líderes imperialistas, quanto os dirigentes da URSS – e seus aliados na direção dos partidos comunistas e suas colaterais pelo mundo afora – acusaram ou defenderam a URSS como sendo socialista. Este consenso levou uma grande maioria dos trabalhadores com aspirações socialistas a concluir, ingenuamente, que a URSS era socialista. A restauração capitalista diminuiu, portanto, a credibilidade do socialismo entre os trabalhadores e afetou todas as correntes da esquerda, mesmo aquelas que eram mais críticas diante do estalinismo. Tão importante quanto, no entanto, é responder se a restauração capitalista significou uma mudança da época histórica aberta pela vitória da primeira revolução socialista em 1917, e que foi compreendida pelo marxismo como uma época de revoluções e guerras, isto é, um longo período histórico em que o capitalismo conheceria, hegelianamente, seu apogeu e sua decadência. Os apologistas do capitalismo não esperaram muito para proclamar sua vitória. A restauração do capitalismo seria a prova irrefutável da sua superioridade histórica sobre o tipo de sociedade que existia na URSS e no Leste Europeu. O fim da URSS seria o fim do socialismo. O futuro seria o capitalismo, e a perspectiva de uma nova época de prosperidade, crescimento econômico sustentável e paz mundial foi anunciada com euforia pelos meios de comunicação e repercutiu, também, nos meios acadêmicos. Mesmo a esquerda revolucionária não permaneceu imune a estas pressões. Admitida a hipótese de que a restauração do capitalismo - sem feroz resistência dos trabalhadores em defesa de suas conquistas sociais - teria sido uma derrota histórica contundente, ou seja, uma mudança global desfavorável das relações de forças entre a revolução e a contra-revolução à escala mundial, a conclusão inescapável seria que uma mudança de época ocorreu, e que a luta pelo socialismo teria sofrido um revés incontornável, ou seja, com consequências devastadoras por algumas longas décadas. A época aberta pelo outubro russo estaria, histórica-

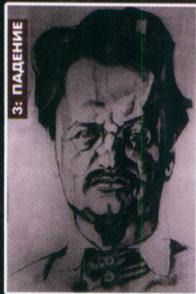
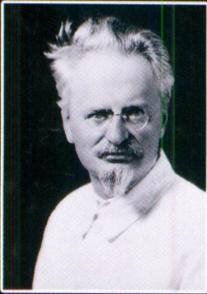
mente, encerrada. Derrotas históricas nacionais, como foi a derrota do proletariado chileno diante de Pinochet em 1973, são processos que determinam o quadro geral da relação de forças pelo intervalo, pelo menos, de uma geração. Derrotas históricas em um país de importância decisiva, com mais razão, podem deixar sequelas em uma escala continental, como foram, no seu tempo, a derrota do proletariado soviético diante da reação estalinista, ou do alemão diante do nazismo em 1932/33, e têm consequências mundiais sobre a relação de forças. Em consequência, uma derrota em todo um sub-continente como era a URSS e os países do Leste europeu seria um cataclismo irreversível por toda uma etapa histórico-mundial. Como a luta pelo socialismo foi sempre compreendida, na tradição marxista, como um projeto, em primeiríssimo lugar, político, portanto, uma aposta que deve ser plausível nas dimensões de uma vida humana, os exageros da caracterização da derrota histórica não podiam deixar de alimentar as perspectivas mais sombrias. O livro de Martin Hernández consegue contextualizar o desenlace do processo da luta de classes na URSS e no Leste Europeu, entre 1985 e 1991, sem ampliar ou reduzir o seu significado e consequências, evitando os excessos desmoralizadores. Não era das tarefas mais fáceis, porque assim como liberais e gorbachevistas se uniram, antes de 1989, para defender que a URSS era socialista, depois se uniram para argumentar que as massas populares tinham se mobilizado pela restauração. Demonstra a partir de uma análise serena e documentada que, na URSS e no Leste Europeu, mais do que uma resistência, houve uma revolução operária e popular contra a restauração capitalista e não o contrário.

A restauração capitalista na ex-URSS e no Leste Europeu se não resolveu, pelo menos colocou em um outro patamar um velho e hemorrágico debate sobre a natureza destas sociedades e seus Estados. Durante décadas a esquerda discutiu, apaixonadamente, se eram sociedades socialistas, como argumentavam os partidos comunistas alinhados com Moscou; se existia algum tipo de capitalismo de Estado, como argumentaram os dirigentes chineses; ou se eram Estados operários burocraticamente degenerados, como argumentavam os militantes da Quarta Internacional, entre outras hipóteses com menor influência na esquerda organizada. Esta discussão foi resolvida, irrevogavelmente, pela história. A restauração capitalista demonstrou que não eram ainda, antes de meados dos anos oitenta, formações econômico-sociais capitalistas. Confirmou, por outro lado, que essas sociedades não estavam, evidentemente, em transição ao socialismo. Afinal, as ditaduras de partido único foram derrubadas pelas massas proletárias e populares que, supostamente, seriam as suas beneficiárias. Não obstante, o processo da restauração confirmou, também, que as relações econômico-sociais que existiam na URSS e no Leste Europeu eram superiores ao capitalismo, e não inferiores. Durante os anos noventa aconteceu na Rússia e, em maior ou menor medida, nos países da Europa Oriental uma regressão econômica-social e cultural que só pode ser comparada, historicamente, às sequelas de uma guerra de devastação. Não é legítimo o exercício de comparação histórica entre uma Polônia e uma Áustria, ou entre uma Romênia e uma Holanda. A comparação apropriada é entre a situação, por exemplo, na Ucrânia antes

e depois da restauração. A migração desesperada de centenas de milhares de ucranianos para a Europa Ocidental em busca de emprego nas atividades mais mal remuneradas, infinitamente inferiores às suas qualificações, nos conduz a uma conclusão incontestável: a restauração capitalista aprofundou a crise nacional destas sociedades. O problema político-histórico colocado pela restauração capitalista permanece, entretanto, intacto para os socialistas, enquanto o marxismo não oferecer uma resposta satisfatória à questão decisiva: quais foram os processos que levaram à vitória da contra-revolução e que tornaram possível um desenlace tão dramático. O livro de Martin Hernández não hesita em ir além das aparências na busca destas respostas. É uma daquelas obras que já nasce, portanto, como um trabalho de referência” ■



ISSN 1806-1591



Marxismo Vivo

